

ALESSANDRA ROSINI CARRASCO

**Interface saúde mental/economia solidária:
caminhos possíveis rumo à autonomia**

São Paulo

2023

ALESSANDRA ROSINI CARRASCO

**Interface saúde mental/economia solidária:
caminhos possíveis rumo à autonomia**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, Programa de Mestrado Profissional Formação Interdisciplinar em Saúde, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof^a Dr^a Helena Akemi Wada Watanabe

São Paulo

2023

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação Odontológica
Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo

Carrasco, Alessandra Rosini.

Interface saúde mental/economia solidária: caminhos possíveis rumo à autonomia/Alessandra Rosini Carrasco; orientadora Helena Akemi Wada Watanabe. -- São Paulo, 2023.
187 p. : fig.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Programa Mestrado Profissional Formação Interdisciplinar em Saúde. -- Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo.
Versão corrigida.

1. Reforma psiquiátrica. 2. Empreendimentos em Economia Solidária. 3. Metodologias participativas. 4. Reabilitação psicossocial. 5. Inclusão pelo trabalho. I. Watanabe, Helena Akemi Wada. II. Título.

Carrasco AR. Interface saúde mental/economia solidária: caminhos possíveis rumo à autonomia. Dissertação apresentada à Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 21 / 09 /2023

Banca Examinadora

Prof(a).Dr(a).Helena Akemi Wada Watanabe

Instituição: FSP/USP Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Bernardo Parodi Svartman

Instituição: IP/USP Julgamento: Aprovada

Prof. Dr.Egeu Gomez Esteves

Instituição: Unifesp Julgamento: Aprovada

Dedico este trabalho a todas as trabalhadoras e trabalhadores,
facilitadoras e apoiadores do Ponto de Economia Solidária do Butantã
pela colaboração, por acreditarem no meu trabalho e principalmente por
compartilharmos o *esperançar* de uma sociedade cada vez mais justa e
solidária.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Neide e Sebastião, pelo sempre incentivo aos estudos, pelo suporte e por acreditar que posso sempre melhorar.

Às minhas filhas, Jacira e Jade, pelo amor, carinho e compreensão às minhas ausências.

À minha orientadora, Prof. Helena, pela maestria em me conduzir nesta pesquisa, pelo carinho e por acreditar na minha capacidade.

À Gilca Seidinger pelo excelente apoio na revisão deste trabalho.

À amiga/irmã Anaruez Moraes pela sempre prontidão ao apoio nas ferramentas de designer gráfico.

"É chegada a hora da reeducação de alguém
Do Pai do Filho do Espírito Santo amém
O certo é louco tomar eletrochoque
O certo é saber que o certo é certo
O macho adulto branco sempre no comando
E o resto ao resto, o sexo é o corte, o sexo
Reconhecer o valor necessário do ato
hipócrita
Riscar os índios, nada esperar dos pretos"

E eu, menos estrangeiro no lugar que no
momento
Sigo mais sozinho caminhando contra o vento
E entendo o centro do que estão dizendo
Aquele cara e aquela

É um desmascarar
Singelo grito
"O rei está nu"
Mas eu desperto
porque tudo cala frente ao fato de que o rei
é mais bonito nu

E eu vou e amo o azul, o púrpura e o amarelo
E entre o meu ir e o do sol, um aro, um elo
*("Some may like a soft brazilian singer
But i've given up all attempts at perfection.")*

Estrangeiro, Caetano Veloso

RESUMO

Carrasco AR. Interface saúde mental/economia solidária: caminhos possíveis rumo à autonomia [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Odontologia; 2023. Versão Corrigida.

Introdução: Enquanto facilitadora de Empreendimentos em Economia Solidária (EES), observa-se a pouca participação e limitada capacidade resolutiva nos processos autogestionados pelos trabalhadores associados a esses EES. Observa-se, por vezes, a dependência dos trabalhadores para com os facilitadores, dificultando a horizontalização da tomada de decisões no trabalho.

Objetivo: Propor e aplicar uma metodologia social que contribua com a participação efetiva em atividades produtivas em economia solidária num contexto de autogestão em sua interface Saúde Mental - Reabilitação Psicossocial.

Método: Pesquisa qualitativa e participativa, realizada no Ponto de Economia Solidária do Butantã, com a utilização da metodologia de Sistematização de Experiências proposta por Oscar Jara-Holiday, através da realização de quatro oficinas focadas no resgate histórico das experiências e na identificação das Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) somada a uma última oficina devolutiva de todo o processo aos participantes, para a validação dos resultados e a elaboração de plano de ação. O referencial teórico metodológico de análise utilizado foi a dialética materialista. Participaram do estudo uma média de 20 trabalhadores dos empreendimentos em cada oficina, assim como as quatro facilitadoras do Ponto entre os períodos de dezembro de 2021 a agosto de 2022.

Resultados e discussão: A Sistematização de Experiências, como uma ação reflexiva e crítica, a partir do resgate do processo vivido, permitiu a elaboração do histórico do Ponto, levantar os momentos mais significativos que marcaram o desenvolvimento das experiências, contextualizando o percurso, as práticas realizadas, as coerências ou incoerências do processo, a evolução e conseqüente adequação no que diz respeito aos diferentes momentos e conjunturas políticas. Foi possível também o monitoramento e a avaliação do trabalho realizado. A identificação das fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças, de forma participativa também possibilitou a elaboração de estratégias de ação para a

continuidade de seus trabalhos. **Conclusões:** A Sistematização de Experiência contribui de forma efetiva para o fortalecimento do trabalho colaborativo em equipe, amplia a compreensão dos determinantes de saúde e da saúde mental, buscando coerência entre princípios e práticas nas diversas áreas de nossa vida, auxiliando no fortalecimento de redes de apoio e conseqüentemente da autonomia. Dentre os sentidos que os sujeitos dão às suas ações coletivas no Ponto de Economia Solidária, a identidade de resistência pode ser vista como uma forma de re-existir cultural e social, formada através da criação de uma consciência compartilhada da opressão e de luta contra essas forças opressoras, que desafia valores hegemônicos da sociedade, visando uma transformação social e coerente com os princípios da Economia Solidária. O produto educacional desenvolvido neste estudo visa contribuir, através de uma proposta metodológica coerente com a realidade dos trabalhadores de empreendimentos de economia solidária e que tenham como uma de suas metas o reconhecimento e valorização do trabalho desenvolvidos com vistas à reinserção de pessoas com sofrimento psíquico no mundo do trabalho, bem como a sua participação na elaboração de estratégias para a autogestão.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica. Empreendimentos em Economia Solidária. Metodologias participativas. Reabilitação psicossocial. Inclusão pelo trabalho.

ABSTRACT

Carrasco AR. Mental health/solidarity economy interface: possible paths towards autonomy [dissertation]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Odontologia; 2023. Corrected Version. Versão Corrigida.

Introduction: As a facilitator of Solidarity Economy Enterprises (SEE), there is little participation and limited problem-solving capacity in the self-managed processes by the workers associated to these SEE. It is sometimes observed that workers are dependent on facilitators, making it difficult to horizontalize decision-making at work. **Objective:** This study aims to propose and apply a social methodology that contributes to the effective participation in productive activities in solidarity economy in a context of self-management in its interface Mental Health - Psychosocial Rehabilitation. **Method:** Qualitative and participatory research, carried out at the Butantã Solidarity Economy Point, using the Systematization of Experiences methodology proposed by Oscar Jara-Holiday, through the holding off our workshops focused on the historical rescue of experiences and the identification of Strengths, Opportunities, Weaknesses and Threats (SWOT) added to a last feedback workshop of the entire process to the participants, for the endorsement of the results and to the elaboration of an action plan. Dialectical materialism was the theoretical framework of analysis. An average of 20 workers from the enterprises participated in each workshop, as well as the four facilitators of the Point and two collaborators of the Point's work between December 2021 and August 2022. **Results and discussion:** The Systematization of Experiences, as a reflective and critical action, based on the rescue of the lived process, allowed the elaboration of the history of the Point, to raise the most significant moments that marked the development of the experiences, contextualizing the route, the practices carried out, the coherence or inconsistencies of the process, the evolution and consequent adaptation with regard to the different moments and political conjunctures. It was also possible to monitor and evaluate the work carried out. The identification of strengths, weaknesses, opportunities and threats, in a participatory way, also enabled the elaboration of action strategies for the continuity of its work. **Conclusions:** The Systematization of Experience effectively contributes to

strengthening collaborative teamwork, broadening the understanding of health and mental health determinants, seeking coherence between principles and practices in the various areas of our lives, helping to strengthen support networks and therefore autonomy. Among the meanings that the subjects give to their collective actions at the Solidarity Economy Point, the identity of resistance can be seen as a form of cultural re-existence, formed through the creation of a shared awareness of oppression and struggle against these oppressive forces, which challenges society's hegemonic values, aiming to a social transformation consistent with the principles of the Solidarity Economy. The educational product developed in this study aims to contribute, through a methodological proposal, coherent with the reality of workers in solidarity economy enterprises and that have as one of their goals the recognition and appreciation of the work developed directing to the reintegration of people with psychic issues in the world of work, as well as their participation in the elaboration of strategies for self-management.

Keywords: Psychiatric Reform. Solidarity Economy Enterprises. Participatory methodologies. Psychosocial rehabilitation. Inclusion through work.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1.1 - Quadro modelos de atenção em saúde mental, Brasil, 2010.....	31
Figura 3.1 - Mapa das divisões em Coordenadorias Regionais do município de São Paulo,2023	58
Figura 3.2 - Subdistritos que compõem a Supervisão Técnica de Saúde do Butantã (STS) pertencente à Coordenadoria Regional Oeste (CRO-SMS) do município de São Paulo, 2023	59
Figura 3.3 - Fotografia da oficina linha do tempo, Ponto de Economia Solidária do Butantã, São Paulo, 2021	67
Figura 3.4 - Fotografia da oficina Linha do Tempo, durante os trabalhos nos subgrupos, Ponto de Economia Solidária, 2021	69
Figura 3.5 - Fotografia da oficina Devolutiva e Validação dos Resultados, Ponto de Economia Solidária, 2022, Brasil, 2010.....	72
Figura.4.1 - Forças Identificadas por participantes do Ponto de Economia Solidária do Butantã, São Paulo, 2022	96
Figura 4.2 - Fraquezas identificadas por participantes do Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2022.....	98
Figura 4.3 - Oportunidades identificadas por participantes do Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2022.....	102
Figura 4.4 - Ameaças identificadas por participantes do Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2022.....	103
Figura 4.5 - Resultado da oficina FOFA, Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2022	105
Figura 4.6 - Estratégia Ofensiva como resultado da oficina Matriz Fofa, Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2022	106
Figura 4.7 - Estratégia de Confronto como resultado da oficina Matriz Fofa, Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2022	107
Figura 4.8 - Estratégia de Reforço como resultado da oficina Matriz Fofa, Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2022	109
Figura 4.9 - Estratégia Defensiva como resultado da oficina Matriz Fofa, Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2022	110
Figura 4.10 -Fotografia oficina devolutiva e validação dos resultados, Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2022	116

APRESENTAÇÃO

Na cosmogonia dos Krenak, um dos povos originários que habitam nosso país, o ato de sonhar ocupa um lugar muito importante e faz estreita relação com o cotidiano:

Sonhar é uma prática que pode ser entendida como regime cultural, em que, de manhã cedo, as pessoas contam o sonho que tiveram. Não como uma atividade pública, mas de caráter íntimo. Você não conta o sonho em uma praça, mas para as pessoas com quem tem uma relação. O que sugere também que o sonho é um lugar de veiculação de afetos. [...] Quando o sonho termina de ser contado, quem o escuta já pode pegar suas ferramentas e sair para as atividades do dia: o pescador pode ir pescar, o caçador pode ir caçar e quem não tem nada a fazer pode se recolher. Não há nenhum véu que o separa do cotidiano e o sonho emerge com maravilhosa clareza (Krenak, 2020).

Assim nasce ou se inicia este projeto de pesquisa. Nasce como um sonho de pensarmos uma sociedade cada vez menos desigual, com mais justiça social, qualidade de vida e radicalmente democrática. Pelo meu lugar de psicóloga da Rede de Atenção Psicossocial que já fez parte de equipes de Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO), Serviço de Residência Terapêutica (SRT) e Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), presenciei a mudança do direcionamento das políticas públicas de saúde mental para os serviços substitutivos – ambulatoriais e hospitais-dia em saúde mental tornando-se CAPS, assim como o ressurgimento dos CECCO's entre o fim de 1999 e 2003. Venho acompanhando as políticas públicas de saúde mental e os sistemas de proteção social no que se relacionam aos determinantes sociais da saúde mental e ações de desinstitucionalização. Percebo a importância de discutirmos a reabilitação psicossocial dos usuários da RAPS no que tange às possibilidades de iniciativas de geração de renda por parte desse público e sua reinserção na sociedade pelo trabalho. A nossa população-alvo – usuários de serviços de saúde mental – se encontra em grande desvantagem no mercado de trabalho, ou, posto de outra forma, esse mercado não está colocado para essa população. A maioria das pessoas que hoje se encontra adoecida e usando os serviços de saúde mental já passou pelo mercado de trabalho. Os insucessos nessas tentativas de inserção no mercado de

trabalho formal apontam no sentido de revermos essas ações. Mas qual caminho seguir?

Mesmo cada pessoa de sua tribo é fruto da semente onírica, pois esse sujeito já existe antes mesmo de ser concebido. Segundo essa tradição, para nascer foi sonhado pelos pais, e o sonho, narrado a alguém que o reconheceu como parte de uma intrínseca trama de narrativas, crenças e significados.

Ao tomar conhecimento do trabalho de geração de renda da Rede de Economia Solidária da Zona Oeste do município de São Paulo, onde vim a trabalhar em 2013, tive a oportunidade de me vincular à equipe que seria o esteio de formação do Ponto de Economia Solidária Comércio Justo, Cooperativismo Social e Cultura do Butantã (doravante denominado “Ponto”), onde atualmente trabalho como facilitadora/colaboradora de Empreendimentos em Economia Solidária (EES). Além desse lugar mencionado, também trabalho como psicóloga do CAPS da região e, em alguns casos, como referência técnica para o Projeto Terapêutico Singular (PTS) de alguns trabalhadores do Ponto e que também são usuários deste Caps. Enquanto militante social, atualmente sou conselheira gestora do segmento trabalhador do Ponto

Dentro desse cotidiano, passamos enquanto equipe pela pior crise sanitária dos últimos anos, que foi a pandemia do SARS – CoV2. Os trabalhadores do Ponto de Economia Solidária, que são usuários da RAPS, sofreram ajustes em seus processos de trabalho nos EES pelas alterações nas relações cogestivas com a Secretaria Municipal de Saúde do município de São Paulo, como aposentadorias de facilitadores e sua não reposição pelo município, além das mudanças impostas pelos protocolos de segurança para SARS – Cov2, que limitou alguns EES e diminuiu consideravelmente o número de pessoas circulando nas instalações.

Os múltiplos lugares que ocupo: facilitadora do Ponto, psicóloga de Caps e conselheira gestora, fazem com que eu esteja bastante implicada nesta experiência. A Sistematização de Experiência traz, enquanto ponto de partida, o pressuposto de que só aqueles inseridos na experiência possam sistematizá-la. Encontro assim um refúgio das minhas inquietações enquanto pesquisadora. A partir do uso de metodologias de trabalho participativas, vislumbro engendrar ações que visem a desnaturalização da opressão e a transformação das práticas a partir de um olhar crítico da experiência e assim contribuir com formas de exploração das potencialidades emancipatórias dos sujeitos envolvidos, valorizando alternativas à

hegemonia do capital e concebendo a democracia e a participação como valores na gestão em saúde, na busca da autonomia como princípio ético.

Lutar contra as exclusões talvez seja o que aproxima a saúde mental, a promoção de saúde e a economia solidária. Mas não só. A discussão política e econômica contextualiza um conceito de trabalho com o qual sonhamos e procuramos realizar, pois não nos basta qualquer geração de renda: escolhemos a autogestão, com suas relações de poder horizontalizadas, e a equidade como dispositivos de produção de saúde. Uma prática que tenta levar o conceito de democracia ao limite a partir da solidariedade humana.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA	23
1.1	Contexto	23
1.2	Reabilitação psicossocial: a inclusão pelo trabalho	32
1.3	Por que economia solidária?	35
1.4	Autonomia e promoção de saúde	39
1.5	Revisão teórico metodológico	45
1.6	Problematização e justificativa da pesquisa	54
2	OBJETIVOS	55
2.1	Objetivo geral	55
2.2	Objetivos específicos	55
3	METODOLOGIA	57
3.1	Campo de estudo	57
3.2	Participantes de pesquisa	61
3.3	Referencial teórico de análise	62
3.4	Coleta de dados e seus instrumentos	63
3.5	Aspectos éticos da Pesquisa	66
3.6	Sistematizando as experiências	66
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	75
4.1	Oficina: linha do tempo	75
4.2	Oficina: FOFA/SWOT	94
4.3	Oficina: análise de estratégias e planos de ação – Matriz FOFA .	105
4.4	Oficina: devolutiva e validação dos resultados	111
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	117
6	CONCLUSÕES	143
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
8	PRODUTO EDUCACIONAL	151
	REFERÊNCIAS	153
	APÊNDICE	163
	ANEXOS	177

1 INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Contexto

Quando abordamos o conceito de Saúde Mental, seja no campo do saber ou das práticas, notamos o quão polissêmico ele se apresenta. Considerando seus múltiplos entendimentos, a interdisciplinaridade, a desconstrução das heranças da psiquiatria clássica e de seus dispositivos totalitários de cuidado, movimentos coletivos se formaram para propiciar ações que desse corpo e alma a esse campo (Scarcelli, 2011).

A Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica são exemplos desses movimentos coletivos nacionais e que ocorreram concomitantemente, com suas origens advindas no final da década de 1970 par e passo com os movimentos pela busca de democracia, cidadania, assistência humanizada e integralizada. Esse processo, que encontrou seu auge na década de 80, com a reabertura democrática no Brasil, teve como marco a realização de duas Conferências Nacionais de Saúde (1987 e 1992), tendo como mote principal a saúde como direito do cidadão e dever do Estado.

A inscrição do Sistema Único de Saúde (SUS) na Constituição Federal em 1988 deu-se a partir da incorporação das propostas de emendas populares do movimento da Reforma Sanitária, fruto do trabalho militante de seus segmentos formadores: trabalhadores da saúde, pesquisadores da Saúde Coletiva e sociedade civil organizada.

A referida Carta Magna de 1988 instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), definido na Lei 8.080 de 1990, que dá lugar a um *sistema único*, porém descentralizado entre as três esferas de governo. Segundo Scarcelli e Junqueira (2011, p.345), fazem parte dos princípios doutrinários do SUS:

1. Universalidade: todas as pessoas, independente de diferença de classe, cor, raça, crença etc. têm o direito de acesso ao sistema de saúde
2. Igualdade: todo cidadão é igual perante o sistema e deve ser atendido de acordo com suas necessidades, que são diferenciadas conforme sua posição social.
3. Integralidade: as ações de saúde devem ser voltadas ao mesmo tempo para a proteção, a promoção e a recuperação, e o indivíduo deve ser concebido como ser humano integral nas suas necessidades físicas, psíquicas e sociais.

Conforme também elencam as referidas autoras, constituem ainda princípios organizativos fundamentais do SUS: **Regionalização**: com hierarquização entre atenção primária, secundária e terciária; **Descentralização** político/administrativa: onde os governos estaduais e principalmente os municipais tenham maior autonomia nas decisões e execução das políticas de saúde; **Controle Social**: que se dá pela participação popular no controle do sistema, exercido por conselhos de caráter deliberativo, que devem ser criados em todos os níveis de gestão. Conforme a Lei Federal nº 8.142, de 1990 (Brasil, 1990), o Conselho de Saúde é órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários; tem caráter permanente e deliberativo e atua na formulação de estratégias e no controle da execução política de saúde na instância correspondente (federal, estadual, municipal e local).

Segundo Paim (2015), a implementação e efetivação do SUS todo foi – e ainda se faz atualmente – entre avanços, retrocessos, alianças e rupturas. Sendo o próprio conceito de saúde um processo e não só ausência de doenças, ele tira do centro o discurso biomédico e amplia a discussão dos determinantes sociais da saúde, possibilitando novos arranjos assistenciais integralizados e participativos. Além dos fundamentos da universalidade do acesso, integralidade e controle social, a descentralização político-administrativa, com os municípios ganhando mais autonomia nas decisões, a lógica administrativa é descentralizada, promovendo o direcionamento para uma assistência mais territorializada e comunitária.

Concomitante à Reforma Sanitária, temos a incipiente, porém potente, mobilização dos profissionais da saúde mental em nosso país no fim dos anos 1970, a partir do descontentamento e denúncias desses profissionais e familiares com relação ao tratamento oferecido pelo Estado vigente, na época majoritariamente asilar e violador de direitos humanos (Amarante, 1995).

No Brasil de 1978, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) pode ser posto como um marco inicial para a Reforma Psiquiátrica; teve a influência de movimentos de outros países, principalmente da Itália e da França, gerando transformações tanto para o campo da saúde mental como para sociedade como um todo e inspirando uma série de novas abordagens junto à loucura e ao sofrimento psíquico (Amarante, 1995). Esse movimento de reforma nas práticas em saúde e na saúde mental em específico fez emergir um processo de construção de novos paradigmas, agregando novos atores sociais e ressaltando a coexistência de

várias dimensões inter-relacionadas, seja no campo político, estético, ético, social ou filosófico.

No cenário global, com o fim da Segunda Grande Guerra, um amplo movimento de reconstrução dos países envolvidos nesse conflito já tinha culminado, em 1948, na Declaração dos Direitos Humanos e conseqüentemente no rechaço das práticas autoritárias e na valorização dos direitos fundamentais dos seres humanos.

Essa verdadeira ação revolucionária que foi a reforma psiquiátrica para o mundo vai deslocar o papel central que a doença ocupa no campo nosográfico para se ocupar prioritariamente com o sujeito que sofre. Autores como Franco Basaglia em seu livro *A instituição negada* (1985), Michel Foucault em *O nascimento da clínica* (Foucault, 1977), Robert Castel em *A ordem psiquiátrica e a Idade de Ouro do alienismo* (Castel, 1978), apontaram a necessidade de um questionamento do saber sobre a loucura e, por consequência, também sobre suas práticas assistenciais.

Franco Basaglia, um dos expoentes da reforma psiquiátrica italiana na década de 60, propôs uma desinstitucionalização das práticas oferecidas na época em saúde mental. Nessa nova forma de enxergar o cuidado em saúde mental, a doença é colocada em parênteses para que possa emergir o sujeito que a carrega, em suas necessidades, desejos e demandas, sem a roupagem institucionalizada de práticas e saberes já instituídos. De certa forma, esse deslocamento epistemológico proposto pelo autor direcionou a Reforma psiquiátrica italiana a uma desconstrução, não só a uma simples reforma do modelo assistencial, mas uma desconstrução de todo o saber lógico científico, jurídico, político e ideológico que sustenta as práticas de exclusão da loucura.

Sobre isso, diz Amarante (1999, p.49)

Colocar um “fenômeno” entre parênteses representa uma importante demarcação epistemológica no âmbito da tradição do pensamento filosófico existencial: consiste na ideia de que o “fenômeno” não existe em si, mas é construído pelo observador, é um constructo da ciência, e só existe enquanto inter-relação com o observador. E, portanto, se o observador, sujeito do conhecimento, constrói o “fenômeno”, este é parte do primeiro, é parte de sua cultura e de sua subjetividade.

No Brasil de 1987, com o crescimento dessa insatisfação e da busca por novos modelos que não o asilar, foi realizado, na cidade de Bauru, o II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, quando foi possível sintetizar os objetivos do movimento que tomava corpo e cuja essência foi expressa através da frase “Por uma sociedade sem manicômios”. Esse verdadeiro grito de basta foi expresso e fundamentado em um manifesto que ficou conhecido como “Carta de Bauru” (Manifesto de Bauru, 1987). Nesse período, o deputado Paulo Delgado apresenta no Congresso Nacional o projeto de lei que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta com critérios as internações compulsórias. Somente em 2001 esse PL foi votado e aprovado como o novo marco legal:

Segundo Paim (2015), a implementação e efetivação do SUS todo foi – e ainda se faz atualmente – entre avanços, retrocessos, alianças e rupturas. Sendo o próprio conceito de saúde um processo e não só ausência de doenças, ele tira do centro o discurso biomédico e amplia a discussão dos determinantes sociais da saúde, possibilitando novos arranjos assistenciais integralizados e participativos. Além dos fundamentos da universalidade do acesso, integralidade e controle social, a descentralização político-administrativa, com os municípios ganhando mais autonomia nas decisões, a lógica administrativa é descentralizada, promovendo o direcionamento para uma assistência mais territorializada e comunitária. Segundo análise de Yasui (2010), a Reforma Psiquiátrica é um processo civilizador que vai ao encontro cotidiano do sofrimento, por vezes intenso, e que produz uma ruptura com os modelos hegemônicos, procurando inventar dispositivos diferentes de cuidado, diversificando ações, tecendo uma rede com o território, inventando formas de sociabilidade, produzindo valor social, construindo uma ética, insistindo em sonhar com um outro mundo possível.

Ao se romper com as hegemonias dos hospitais psiquiátricos e colocar em questão seu significado político-econômico, reduz-se seu poder enquanto instituição total e se alavanca sua substituição por serviços de base comunitária. A ampliação e o fortalecimento desses serviços substitutivos, organizados territorialmente de forma comunitária, assim como a conquista de direitos e garantias sociais para o portador de sofrimento psíquico no Brasil, são paulatinamente revistos e assegurados. O pensar sobre a saúde mental é desconstruído e levado ao campo da saúde coletiva, abrangendo as dimensões micro e macrossocial como a família, o trabalho e seu

contexto histórico, tentando produzir uma reinterpretação dos elementos culturais em torno do tema da loucura de cada sujeito, que promova direitos humanos.

Amarante (1999) descreve alguns pilares pelos quais se baliza o processo da reforma psiquiátrica:

- A dimensão epistemológica: se refere ao campo da produção de saberes e diz respeito à desconstrução dos fundamentos, das noções e dos conceitos fundantes da psiquiatria, como por exemplo, a noção de doença mental. Não se trata apenas de negar, romper, mas também de produzir novas noções e conceitos, tecendo linhas que dialogam e articulam diferentes disciplinas, num esforço de construir um novo paradigma no campo da saúde mental.

- A dimensão técnico-assistencial: em um constante movimento entre a prática e a teoria, ou seja, no movimento de uma práxis, propõe-se a construção de uma nova organização de serviços, articulando uma rede de espaços de sociabilidade, de produção de subjetividades, de geração de renda, de apoio social, de moradia, enfim, de produção de vida.

- A dimensão jurídico-política: Ações que objetivam construir uma nova pactuação de poder, lutando para dar voz a quem não tem direito, a quem não é cidadão. Trata-se, enfim, de uma luta política para uma transformação social.

- A dimensão sociocultural: há um imaginário social, construído historicamente, para a loucura, para a diferença. Um imaginário que desqualifica (“Isso é coisa de louco!”), que exclui (“Lugar de louco é no hospício!”), que teme (“Louco é perigoso e agressivo!”), que infantiliza (Que bonitinho! Nem parece feito por louco!”). Provocar a sociedade a refletir sobre sua relação com a loucura, com objetos e ações culturais.

Desse ponto de vista, desinstitucionalizar significa entender a instituição no sentido dinâmico e complexo das práticas e saberes que produzem determinadas formas de saber, entender e relacionar-se com os fenômenos sociais e históricos. Para Basaglia¹ (apud Amarante, 1996, p.78) a esta tarefa impõe-se:

Uma ação prática de desmantelamento das incrustações institucionais que cobriam a doença; era, assim, necessário tentar colocar entre parênteses a doença como definição e codificação dos comportamentos incompreensíveis, para buscar extrair as superestruturas dadas pela vida institucional, para poder individuar quais partes haveria contribuído para a doença, e quais as instituições, no processo de destruição do doente.

¹ Basaglia FO. Introduzione generale ed esposizione riassuntiva dei vari gruppi di lavori. In: Basaglia FO, organizadora. Torino: Einaudi, 1981. p.xix-xxiv. Basaglia Scritti I.

A tarefa de desinstitucionalizar envolve, dessa forma, a construção de novas perspectivas de vida e de subjetividades, um outro lugar social para a loucura, para o diferente. O sentido se configura dentro dessa perspectiva de transformação social a partir da qual se torna possível pensar em estratégias de cuidado que produzam e promovam sua autonomia no bojo de uma clínica que fomente o encontro e a produção de sentido.

A partir dessa perspectiva de **transformação social**, podemos pensar em estratégias de cuidado que produzam e promovam a autonomia e singularização do sujeito. Saúde mental como um processo, uma jornada, e não só como uma receita. Entender o sofrimento humano em sua complexidade dialética, não redutível apenas a uma prescrição médica.

Diz Amarante² (apud Yasui,2010,p.104):

Se fosse oportuno, nesse contexto complexo, questionar-se quanto ao principal objetivo da Reforma Psiquiátrica, talvez fosse possível responder que seria poder transformar as relações que a sociedade, os sujeitos e as instituições estabeleceram com a loucura, com o louco e com a doença mental, conduzindo tais relações no sentido da superação do estigma, da segregação, da desqualificação dos sujeitos ou, ainda, no sentido de estabelecer com a loucura uma relação de coexistência, de troca, de solidariedade, de positividade e de cuidados.

A luta por uma sociedade mais democrática e solidária, comprometida com princípios comuns como acesso universal, integralidade, interdisciplinaridade, territorialidade, saúde como direito e cidadania, se soma a uma visão singularizada trazida pela saúde mental, em que empoderamento social, aumento do poder de contratualidade e autonomia são valorizados visando transformar a concepção da loucura no imaginário social e as práticas técnico-assistenciais no cuidado à saúde mental. Podemos então entender uma proximidade entre os campos de saberes da saúde coletiva e da saúde mental, ambos articulados sobre saberes e práticas que atravessam várias disciplinas não restritas às doenças, mas que também incorporam as necessidades em saúde como objeto. Conforme esclarecem Scarcelli e Alencar (2011), a análise das políticas públicas de saúde e das práticas delas decorrentes sinaliza um trabalho interdisciplinar e intersetorial nos campos de saber, visando

² Amarante P. Loucura, cultura e subjetividade: conceitos e estratégias, percursos e atores da reforma psiquiátrica brasileira. In: FLEURY, S. (Org.) Saúde e Democracia: a luta do Cebes. São Paulo: Lemos, 1997.

romper com o paradigma biomédico e com tendências patologizantes e normalizadoras, que privilegiam o olhar sobre a doença em detrimento da saúde como processo e expressão de determinantes psicossociais, sociodinâmicos e institucionais.

Nesse ponto convergente entre a saúde coletiva e a saúde mental, a criação de Redes de Atenção à Saúde (RAS) pela portaria 4.279 de 2010 (Brasil, 2010) e, mais especificamente, da Rede de Apoio Psicossocial (Brasil, 2011) aumenta a qualidade da assistência, pois uma rede bem integrada evita a duplicação de cuidado, melhora a comunicação entre os níveis de atenção e contribui para valorização da atenção primária à saúde.

A chamada clínica ampliada surge como um modelo de efetivação dos cuidados, conforme visam os princípios do SUS onde ampliar a clínica é aumentar a autonomia do usuário do serviço de saúde, da família e da comunidade. É integrar a equipe de trabalhadores da saúde de diferentes áreas na busca de um cuidado e tratamento de forma singular com a criação de vínculo com o usuário (Brasil, 2013). A vulnerabilidade e o risco do indivíduo são levados em conta, e o diagnóstico é feito não só pelo saber dos especialistas clínicos, mas também considera a história de quem está sendo cuidado, visando transformar subjetividades, emancipar sujeitos, relações familiares e da comunidade.

Em paralelo à criação do SUS ou, mais circunstancialmente, à Reforma Psiquiátrica, com sua concepção de mundo solidário e inclusivo, temos um sistema político e econômico que se estrutura a partir de uma lógica de mercado e que encontrou na década de 90 o auge do neoliberalismo econômico. Para Batista Jr (1994), o neoliberalismo seria um aprofundamento dos conceitos liberais, por meio do qual o *Welfare State* tipicamente europeu foi amplamente reduzido através de privatizações de estatais, redução de gastos com proteção social, fortalecimento do mercado financeiro, precarização dos vínculos de trabalho, tanto no setor público quanto no setor privado, e da conformação e regulamentação de um sistema de saúde suplementar. Na América Latina, o receituário neoliberal nos foi imposto a partir do Consenso de Washington, no qual foram definidas as linhas da política macroeconômica para muitos países periféricos como o Brasil.

Segundo análise da Prof.^a Dr.^a Virgínia Junqueira, em sua aula “O SUS em debate” (Junqueira, 2021), a partir das décadas de 1970 até 2008, às diversas crises do capitalismo que se sucederam foram gerando uma disputa do fundo público, no

caso brasileiro, e a conseqüente diminuição do investimento em proteção social. O SUS foi se tornando cenário de disputas mercadológicas e possibilidades de acumulação do capital.

No âmbito da saúde, a indústria farmacêutica, com seu poderio financeiro, dentro de uma concepção normalizante e produtiva da visão capitalista, por meio do controle médico dos corpos e da medicalização da vida, encontrou um terreno fértil para seus avanços e domínio. Desenvolveu-se então uma concepção de saúde mental centrada nas categorias das ciências naturais e atrelada a uma ordem pública, sob o princípio do tratamento medicamentoso.

Assim como a rede privada encontrou brechas na legislação para continuar avançando dentro do SUS, uma rede paralela e cronificante se formaram na assistência em saúde mental, com base na medicalização e reforçada pelo sistema suplementar de saúde, no formato de convênios médicos. Sujeitos transformados em categorias diagnósticas são as novas camisas de força e reprodutoras de um modelo hegemônico com condutas médicas preponderantes, supressão sintomática e focada na doença. Esse tensionamento político/social dentro do campo da saúde, e mais especificamente da saúde mental, reflete o processo de internalização do capital, gerando uma má distribuição da renda, precarização do trabalho e da vida e conseqüentemente desigualdades econômicas e exclusão social extremamente grave (Junqueira, 2021) (comunicação verbal) ³

Enquanto movimento dialético de contradição entre dois modelos destacamos alguns pontos comparativos e algumas condições para a transformação de um modelo asilar para um modelo psicossocial:

- mudança na concepção de **objeto** e na participação e implicação do **sujeito** no tratamento;
- mudança na concepção de formas de organização institucional: dispositivos horizontais de maior participação, autogestão e interprofissionalidade;
- garantia de espaços de interlocução (agenciadora de subjetividades), instituição como ponto de fala e escuta;
- asilar: tamponar os sintomas X psicossociais: reposicionamento subjetivo a partir da narrativa de seu sofrimento.

³ Aula ministrada pela Prof^a Dr^a Virgínia Junqueira na Disciplina Psicologia Social e Políticas Públicas em Saúde. IP/USP, 2021

Na Figura 1.1, o quadro comparativo dos modelos de atenção em saúde mental no Brasil:

Figura 1.1 – quadro comparativo dos modelos de atenção em saúde mental no Brasil
Fonte: Yasui (2010, p. 110).

	Modelo psiquiátrico	Modelo de atenção psicossocial
Objeto	Doença	Sofrimento
Pressuposto teórico-conceitual	neurociência	Transdisciplinar
Estratégia de intervenção	biológico/isolamento	diversidade/clínica ampliada
Agente do cuidado	Médico	Coletivo
Lugar do cuidado	hospitalização	redes e intersectorialidade
Prática social	exclusão/violência	inclusão/solidariedade

A partir dessas considerações, compreender os arranjos organizacionais alternativos que possam existir dentro do sistema capitalista neoliberal, suas rupturas e contradições, e o quanto de potência envolvem esses novos arranjos e estratégias assistenciais torna-se fundamental para que possamos (re) existir, na tentativa de responder a essa nova gama de necessidades.

O pensamento antimanicomial envolve um grande movimento social pela inclusão, reintegração social e construção de novas formas de cuidado na assistência, o que exige de nós uma grande inventividade, ousadia e criatividade, de modo a fazer surgir um lugar social novo para essas pessoas para as quais só existia um tipo de institucionalização, a asilar, através do qual se reduzia sua autonomia, que via nos institucionalizados apenas aquilo que eles tinham perdido de produtividade e de potência criativa. Sendo assim, o desafio posto não seria somente de acabar com manicômios, mas criar outros serviços substitutivos com o objetivo de extrair a positividade naquilo que é visto apenas como negativo. A Reforma Psiquiátrica propõe a construção de um outro lugar para a loucura, para além dos muros concretos e metafóricos de uma cultura asilar, possibilitando a criação de outras formas de se

relacionar sociedade e loucura. Enquanto dimensão produtora de subjetividades adentramos então na questão da inclusão pelo trabalho.

1.2 Reabilitação psicossocial: a inclusão pelo trabalho

O cuidado em liberdade e o processo de reabilitação psicossocial trouxeram consigo novos desafios, entre eles o da inclusão social pelo trabalho.

Para Marx, principalmente em suas obras *Ideologia alemã* (1845) e *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844), o trabalho é o que humaniza o homem. Por essa via, nos distinguimos de todas as formas não humanas de vida. Nos processos de produção, construímos e desenvolvemos laços de cooperação social, intervimos sobre a natureza e produzimos cultura, ou seja, o trabalho, assim como a linguagem, é um processo de singularização e subjetivação.

Por outro lado, Marx também apresenta o trabalho como elemento de subordinação ao capital, como trabalho estranhado, de sacrifício e mortificação do homem, cuja expressão máxima se revela na perda dos objetos trabalhos e no próprio ato da produção, no qual o homem se sente fora de si, subtraído em algo. Desde a instauração do capitalismo este se encontra submetido a cifras e significados criados por esse modo de produção. Dentre alguns fenômenos produzidos pelo sistema capitalista, podemos destacar a mercantilização das relações, a exclusão social e a alienação ou trabalho estranhado (Oliveira, 2010, p.74).

Constitutiva do modelo capitalista, intrínseca a ele, a exclusão é o destino reservado pelo capitalismo para uma parte da classe trabalhadora. A uma parcela do contingente excluído, aquela julgada como incapaz – caso dos portadores de sofrimento mental, deficientes físicos e mentais – é proposta a assistência e a invalidação social subjetiva como destino. A outra parcela restante, também excluída, deverá compor o exército social de reserva de mão-de-obra.

Pedra fundamental para o capitalismo, a exclusão se associa numa articulação de sentidos tornada hegemônica sobre o valor e sentido do trabalho, conceitos como: mais-valia, lucro, propriedade privada, fetichismo, alienação, dentre outros. Pela mais-valia, o capital extrai o seu lucro, por meio do estabelecimento de uma diferença entre a força de trabalho investida por um trabalhador e o que lhe paga o patrão, proprietário dos meios de produção.

Segundo análise de Oliveira (2010), no sentido que lhe é dado por Marx, *alienação* é a ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), à natureza na qual vivem e/ou a outros seres humanos, e a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). A alienação permitirá ao capital estabelecer uma outra operação, tão poderosa e eficaz quanto ela, na qual o trabalhador é roubado mais uma vez e, dessa vez, em algo não mensurável, mas igualmente importante: o capitalismo rouba do trabalhador o sentido do seu trabalho. Nessa operação, o sentido do trabalho se transforma, passa de via de realização da existência para ser uma mera forma de subsistência. Alienação da nossa própria vontade, dos nossos sentidos, utilizados por quem detém o capital.

Dentro dessa perspectiva histórica, assistimos ao capitalismo neoliberal fazer ressurgir, em especial e de modo mais contundente nas chamadas economias periféricas (regiões mais pobres do mundo), o trabalho infantil, o trabalho escravo, a precarização das relações, como um dos efeitos do processo de globalização econômica, processo que explora e expropria trabalhadores em determinados cantos do planeta para tornar mais ricos os grandes capitais. As riquezas produzidas são concentradas novamente em poucas mãos. Os grandes grupos se agigantam e fazem desaparecer do mapa os pequenos e médios produtores e tudo que destoa do padrão produtivo. Não há lugar nessa lógica para as produções singularizadas, como não há para o trabalhador que produz e reproduz, sem qualquer traço de reconhecimento, como fruto do seu trabalho (Batista Jr, 1994).

O lado destrutivo do capital moderno atinge leis, trabalhadores, indústrias e meio ambiente com impiedade e cinismo ao tentar justificar a crescente e abissal desigualdade social e econômica. Mas como o mundo do trabalho diz respeito ao SUS?

Dentro dessa relação entre saúde e trabalho, Dejours (2004) desloca a questão não sobre que trabalho, mas qual trabalho. Para ele, o que se pode dizer é o que importa, no trabalho em relação à saúde mental, está relacionado à sua organização. Esse autor traz contribuição de estudos do ponto de vista da psicodinâmica do trabalho em que mostra que há organizações do trabalho que são muito perigosas para o funcionamento mental e outras que não são só menos nocivas, mas promotoras de saúde mental.

Insistir em falar de trabalho na reforma psiquiátrica hoje é, além de um desafio, uma provocação. Nós nos encontramos diante de um cenário que é absolutamente desfavorável. A reestruturação produtiva nos atravessa e cria obstáculos ao projeto de inclusão social dos loucos pelo trabalho, pois retoma e aprimora os processos de exclusão, alcançando agora novos sujeitos: jovens, mulheres, os negros, os índios, entre outros que passam a compor a massa dos novos inválidos, produzida pelo mercado contemporâneo.

1.2.1 Loucos por trabalho

Os antigos, quando se referiam à loucura, utilizavam o termo “alienação mental”, aquele que deixou de pertencer a si mesmo por domínios de espíritos malfazejos. Alguém que não ele mesmo o invadiu e se fez representar. Nessa perspectiva cultural, de como a sociedade enxerga o fenômeno da loucura, criam-se formas de exclusão que estão engendradas em nosso imaginário. Dessa forma, podemos entender melhor por que a Reforma Psiquiátrica não se limitou à transformação somente do locus do cuidado técnico-assistencial, e sim abarcou um processo de reforma mais profunda, sempre atrelado a uma transformação também cultural da dimensão da loucura (Amarante, 1995).

O cuidado em liberdade e o processo de reabilitação social trouxeram novos desafios, entre eles o desafio da inclusão social pelo trabalho. Como garantir inclusão e cidadania ativa para além do lugar de paciente-usuário da saúde mental? Nesse caso, entendemos que, além de discutir todas as implicações e os efeitos dessa conjuntura, ainda precisamos realizar um outro percurso crítico: formular concepções que referenciam o nosso campo em relação ao tema trabalho, desconstruir traços da cultura de invalidação e tutela e que prescreve a ocupação sem sentido como modo possível e único de produção para os ditos loucos.

A reabilitação, como estratégia, deve fazer parte de uma engrenagem maior que sustente e segure os sujeitos na conquista de sua cidadania. Segundo Saraceno (1999), um projeto de reabilitação não pode ser reducionista, tecnicista, e sim ter um cunho biopsicossocial, no sentido de constituir e fortalecer o poder contratual do sujeito nos três principais cenários: no lar, na rede social e no trabalho com valor social, que venha possibilitar um aumento de potência nesses sujeitos.

Ainda segundo o Diretor de Saúde Mental da OMS (Saraceno, 1999), que vem

da experiência italiana de Reforma Psiquiátrica, caberia construir alternativas de fato, de inclusão nesse cotidiano real que vivemos de um mundo capitalista, de um mundo onde a inclusão social não é a regra, onde a regra é a exclusão, fazendo isso de uma maneira programática, tenaz e permanente, com apoio do governo e de políticas públicas permanentes.

Dentre as formas de inclusão pelo trabalho, temos a iniciativa de empresas em estabelecer cotas para deficientes mentais e alguns casos graves de psicose, que em seu prognóstico levam a uma deterioração de seu componente cognitivo. Exemplos são os grandes supermercados ou empresas de *fast food*, a partir do suporte legislativo, conforme expresso na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ou Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no seu artigo 2º, ao definir deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar (Brasil, 2015).

Sob outro ângulo, ao lançarmos um olhar para a experiência internacional italiana, veremos que o trabalho das cooperativas foram experiências cruciais para que, nas regiões da Itália, onde a reforma avançou até o momento de forma bem-sucedida, pudessem se consolidar, aos olhos da opinião pública, como experiências positivas. Um componente fundamental da experiência italiana e que muita influência tem sobre nós no Brasil é justamente a inclusão social pelo trabalho das empresas sociais e das cooperativas. Em vários países do mundo, essa questão do trabalho protegido, como se concebe e de que forma se estabelece essa inclusão, é um componente fundamental do processo de mudança do modelo de assistência.

1.3 Por que economia solidária?

Uns são excluídos (e trancafiados) porque são loucos, outros porque são pobres. Há ricos, que enlouquecem porque empobreceram e há pobres, que enlouquecem porque ninguém os nota (o que é uma forma particularmente cruel de exclusão). A matriz comum de ambos é uma sociedade que fabrica pobres e loucos de modo casual e inconsciente (Brasil, 2005).

A economia solidária surge desse campo de forças e resiliência dentro do

sistema capitalista e evoca uma área múltipla de iniciativas, assumindo princípios cooperativos, com um caráter coletivo e poder horizontalizado, minimizando as relações assalariadas e impulsionando as ações para os interesses relacionados às questões de cidadania (Singer, 2002). Talvez a matriz em comum que possamos estabelecer entre nossa Reforma Psiquiátrica e a Economia Solidária seria esse trabalho com os excluídos do sistema capitalista em que o trabalho passa a ser visto como parte da subjetividade do trabalhador e não clivado a ele. Assim diz Pedro Gabriel Delgado durante oficina para integrantes de movimentos sociais e do governo federal das áreas de Saúde Mental e Economia Solidária em 2005 e citado por Paul Singer no documento final deste encontro:

[...] com essas condições adversas do mercado, que é um mercado que não inclui, mas exclui, entre a economia solidária e a reforma psiquiátrica há uma vocação cooperativa inevitável. [...] O fundamental é que ambos nascem de uma matriz comum [...] nessa vontade de mudar a sociedade, de modo que ela possa ser uma sociedade mais generosa, mais inclusiva, mais solidária etc. Essa é a matriz que nos interessa. Na verdade, a reforma psiquiátrica não é uma tecnologia de montar serviços de saúde mental, mas um movimento social de transformação profunda e de fato das concepções sobre a loucura e sobre a diferença (Brasil, 2005).

1.3.1 História da economia solidária

Paul Singer, filósofo, economista, professor emérito da USP, criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)(Singer, 2023). É ele quem sinaliza o sentido dessa verdadeira revolução social que está na concepção da economia solidária no documento final sobre a I Oficina de experiências de geração de renda e trabalho, que os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego realizaram em novembro de 2004:

A economia solidária é a resposta organizada à exclusão pelo mercado, por parte dos que não querem uma sociedade movida pela competição, da qual surgem incessantemente vitoriosos e derrotados. É antes de qualquer coisa uma opção ética, política e ideológica, que se torna prática quando os optantes encontram os de fato excluídos e juntos constroem empreendimento produtivos, redes de trocas, instituições financeiras, escolas, entidades representativas etc., que apontam para uma sociedade marcada pela solidariedade, da qual ninguém é excluído contra vontade (Brasil, 2005).

Segundo Singer, em seu livro *Introdução à Economia Solidária*, a ES tem sua origem pouco tempo depois do nascimento do capitalismo industrial, como uma reação à situação miserável que viviam após introdução de máquinas substituindo a mão de obra fabril. O Reino Unido, como berço da primeira Revolução Industrial, tinha a primeira classe do proletariado formada por camponeses oriundos dos domínios feudais com condições de trabalho genocidas, sem nenhum limite legal que protegesse o proletário em seu contrato de trabalho. A criação de cooperativas de trabalho tornava-se uma alternativa a toda essa exploração capitalista, pois rechaçavam o comércio que visava lucros exorbitantes e propunham leis de trabalho mais humanas:

Muitas sociedades cooperativas foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 (do séc. XIX) eram desta espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa dos salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos ou com ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria (Cole, 1944⁴, apud Singer, 2002).

Segundo Singer (2002), as origens da Economia Solidária (ES) estão muito ligadas às origens do cooperativismo a partir do qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos. Vista como um conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, crédito etc.), a Economia Solidária é organizada sob a forma da autogestão.

Segundo a LEI Nº 12.690/2012 em seu 2º artigo, incisos 1º e 2º:

Art. 2º Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com **proveito comum, autonomia e autogestão** para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

§ 1º A **autonomia** de que trata o caput deste artigo deve ser exercida de forma **coletiva e coordenada**, mediante a fixação, em Assembleia Geral, das regras de funcionamento da cooperativa e da forma de execução dos trabalhos, nos termos desta Lei.

§ 2º Considera-se **autogestão** o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o **funcionamento e as operações da cooperativa**, e os sócios decidem sobre a **forma de execução dos trabalhos**, nos termos da lei. (Brasil, 2012)

⁴ Cole GDH. A Century of Co-operation. Manchester: Co- -operative Union Ltd., 1944.

A autogestão é uma forma de organização dos trabalhadores na qual se pressupõe que as tomadas de decisões sejam realizadas dentro de processos democráticos, uma divisão de trabalho mais equilibrada, compartilhamento dos ganhos e das perdas, entre outros. Analisado por um prisma psicossocial, Svartman et al (2008) concluem que a viabilidade de um empreendimento autogestionado apoia-se num tripé:

- a) possibilidade de geração de trabalho e renda adequada para os cooperados, permitindo uma relativa segurança com relação à manutenção da vida;
- b) capacidade de gestão administrativa e financeira que permita transparência e planejamento;
- c) a existência de condições psicossociais que permitam a realização da autogestão e da participação dos sócios no empreendimento.

No Brasil as origens do cooperativismo talvez tenham início com nossos próprios povos originários, porém enquanto formação político-econômica chegou com a imigração europeia do começo do século XX, e como cooperativas autogestionárias, somente com a crise social das décadas de 1980 e 1990. Já no começo de 1980, a Cáritas, entidade católica ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou vários projetos comunitários que objetivaram gerar trabalho e renda para a periferia urbana e zona rural. Sindicatos e movimentos sociais ligados à indústria e à produção de alimentos aderiram às cooperativas de autogestão. O maior exemplo é o Movimento dos Sem-Terra (MST) e outros tantos grupos de produção associados ou incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). (Singer, 2002 p.122)

As cooperativas de autogestão, além de uma alternativa de gerar trabalho e renda, é parte de um processo de desenvolvimento emancipatório e podem ser entendidas como uma transformação radical e não apenas econômica (Gadotti, 2009) A autogestão tem como mérito principal o desenvolvimento humano nesse pressuposto ético, do qual trata Paul Singer, e que tem na solidariedade um de seus pilares. A solidariedade é um conceito que, fora do âmbito da Economia Solidária, costuma ser entendido com viés caritativo, pressupondo a manutenção da relação entre desiguais. Mas no âmbito da ES assume carga simbólica e subjetiva, em que se destaca o princípio da igualdade de direitos entre as pessoas e com respeito à diversidade. Por outro lado, a insuficiência da participação de seus associados, inseridos em um sistema político autocrático ou oriundo de uma educação patriarcal

e colonizadora, dificulta o pleno desenvolvimento das práticas autogestionárias.

1.4 Autonomia e promoção de saúde

Quando, no início, falamos sobre as reformas sanitárias e psiquiátricas no Brasil, trouxemos a matriz comum desses dois movimentos, que é a busca pelos processos democráticos, seja na esfera macro da governança como no micro das relações de cuidado técnico-assistenciais. A participação social pela via institucional através de conselhos gestores ou enquanto princípio ético, na busca emancipatória por igualdade de direitos civis e na defesa dos direitos humanos, está no bojo do Estado democrático de direitos o qual buscamos construir e fortalecer.

É importante assinalar que os processos de participação são constituídos por uma dinâmica individual e coletiva, que opera concomitantemente. Se a necessidade de participação é o que move o ator a praticar a ação, o sentido de sua participação num empreendimento coletivo pode ser altamente positivo. Dessa forma, o tema da autonomia aparece vinculado à ideia de participação social no sentido de uma desconcentração de poder. Sob o ponto de vista filosófico, a autonomia é um empreendimento da humanidade e uma forma de reflexão filosófica sobre o indivíduo dentro de um pressuposto e ao mesmo tempo um resultado da ética. Segundo Castoriades (1992), a pedagogia deve educar os indivíduos de sorte que eles possam interiorizar as instituições sociais, todavia não implica aceitá-las passivamente. Encontramos aí um dilema da Educação: “ajudar os seres humanos a construir sua autonomia, ao mesmo tempo em que absorvem e interiorizam as instituições existentes, ou apesar disso” (Castoriades, 1992, p.158). O autor traz sua concepção dialógica do termo “autonomia”, ao assinalar que as possibilidades e os limites para o exercício desta são dados historicamente por um conjunto de fatores: “primeiramente, a instauração de outro tipo de relação entre a sociedade instituinte e a instituída, entre as leis dadas a cada vez e a atividade reflexiva e deliberativa do corpo político. Em segundo lugar, a liberação da criatividade coletiva, permitindo formar projetos coletivos para empreendimentos coletivos e trabalhar neles (Castoriades, 1992, p.159-160).

Quando pensamos em práticas que visem a autonomia, estamos falando de um conceito específico desta, relacionado a uma concepção democrática e crítica: uma práxis em que seu desenvolvimento e seu exercício estão engendrados. De

acordo com essa perspectiva, Martins (2002) afirma que, em uma sociedade de alienação, a autonomia como prática social sempre será permeada pelas condições materiais de existência e por outros sujeitos e, portanto, a autonomia sempre será fruto de uma conjuntura histórica, e nunca a resposta definitiva para contradições e conflitos sociais.

Esse olhar dialógico da construção da autonomia também é registrado em outros trabalhos de pesquisa brasileiros. Roberto Kinoshita, em sua tese de doutorado, apresenta a autonomia enquanto capacidade do indivíduo de gerar normas para a própria vida a partir de suas relações sociais, sendo essa capacidade daquele que estabelece maiores relações em rede (Kinoshita,2001) ou mesmo, como complementa Campos e Campos (2006), autonomia não como contrária a dependência ou como liberdade, mas como fato dialógico, um processo (grifo meu) de co-constituição de uma maior capacidade de sujeitos compreenderem e agirem sobre si mesmo e sobre o contexto conforme objetivos democraticamente estabelecidos.

Realizada todas essas reflexões e ponderações acerca da práxis da autonomia, podemos lançar um olhar sobre as contingências em que ela se dá no nosso contexto histórico, com a cultura da medicalização. Sobre isso, a medicina moderna tem aniquilado formas tanto culturais como individuais de se lidar com as doenças humanas, tentando substituí-las por formas industriais e mercadológicas. Ao tomar para si o discurso hegemônico sobre as práticas de vida mais adequadas para nossa saúde tem-se, por outro lado, a perda da autonomia dessa população. Freitas e Amarante (2015) apresentam essa discussão em seu livro *Medicalização em psiquiatria*, do qual extraio essa citação de Ivan Illich, grande problematizador do tema em sua obra *Nemesis médica*: “quanto mais existem diferentes teorias com o poder de diagnosticar e definir um tratamento, mais razões existem para renunciar à responsabilidade de transformar o que, no ambiente, faz adoecer nosso amigo, e mais a doença se despolitiza (Illich, 1976⁵apud Freitas, 2015, p.28).

Falar de autonomia dentro de uma prática medicalizante com essa população acostumada a amarras, sejam físicas ou químicas, com os atuais psicotrópicos e seus efeitos esperados e colaterais, configura-se um desafio. Seguindo esse raciocínio, a medicalização nos isenta de assumir responsabilidades perante nossos processos de

⁵ Illich I. *Nemesis Médica: a expropriação da saúde*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1976.

vida, pessoais e coletivos, transformando o que é da ordem política, moral e existencial em categorias patológicas. Como construir ações visando autonomia dentro de uma cultura alienante e medicalizante? Como, pensando nessa população com a qual me proponho a trabalhar, em sua maioria usuários dos atuais psicotrópicos com seus efeitos, esperados ou colaterais, que padronizam formas de humor e comportamento?

Lutar contra as exclusões talvez seja o que aproxima a saúde mental, a promoção de saúde e a economia solidária. Mas não só. Também se faz necessária a discussão de um contexto político e econômico que abarque um conceito de trabalho com o qual sonhamos e procuramos colocar em prática. Não é qualquer geração de renda, pois escolhemos a autogestão, com suas relações de poder horizontalizadas e equidade, como um dispositivo de produção de saúde. Uma prática que tenta levar o conceito de democracia ao limite a partir da solidariedade humana.

Essa preocupação de construirmos ambientes propícios para o fortalecimento da autonomia de sujeitos, visando um empoderamento de suas ações no coletivo, nos remete às preocupações expressas pela *Carta de Ottawa*, de 1986, em que foram formalizadas as intenções da I Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde (OMS, 1986). Segundo esse documento, concebe-se a saúde como produção social e, dessa forma, engloba-se um espaço de atuação que extrapola o setor saúde, apontando para uma articulação com o conjunto dos outros setores da gestão municipal e seus membros como o setor econômico, político-social, cultural, ambiental etc. pois enfatiza a autonomia das pessoas ao sinalizar que a saúde é construída pelo cuidado de cada um consigo mesmo e com os outros, pela capacidade de tomar decisões e de ter controle sobre as circunstâncias da própria vida. Reforça a importância das condições sociais e pela luta a que permitam a obtenção da saúde por todos os membros de uma dada sociedade (OMS, 1986).

Cuidado, holismo e ecologia são temas essenciais no desenvolvimento de estratégias para a promoção da saúde. Além disso, os envolvidos nesse processo devem ter como guia o princípio de que, em cada fase do planejamento, implementação e avaliação das atividades de promoção da saúde, homens e mulheres devem participar como parceiros iguais (OMS, 1986). Tendo como perspectiva a saúde como um processo, algumas condições prévias são consideradas fundamentais para o pleno desenvolvimento da saúde: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema sustentável, justiça social e equidade. Ainda

segundo a Carta de Ottawa:

A **Promoção da saúde** é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente (OMS,1986).

As ações de promoção de saúde objetivam reduzir as desigualdades no estado de saúde da população, assegurando oportunidades e recursos igualitários que permitam a realização de todo seu potencial de saúde. Para isso, as pessoas necessitam controlar os fatores determinantes de sua saúde. Dessa forma, para além do cuidado, a política de promoção de saúde combina diversas abordagens em setores diferenciados, buscando assim a integralidade e promovendo a unidade dentro do diverso. A abordagem intersetorial, a participação e a responsabilidade da sociedade na formulação de políticas favoráveis à saúde levam a uma melhor condição de vida e de trabalho mais satisfatório e seguro.

Algumas reflexões sobre o conceito de participação social

O conceito de participação, do ponto de vista sociológico, pode ser considerado relacional e polissêmico, pois remete tanto à coesão quanto ao sentido da mudança social (Stotz,1989). Intrinsecamente ligado a um contexto histórico, esse conceito apresenta alto grau de ambiguidade e varia segundo o paradigma teórico em que se fundamenta.

Ainda sob o ponto de vista do conceito de participação social cidadã, Milani (2008) traz sua contribuição: “participação social cidadã é aquela que configura formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas (provenientes da “qualidade” da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições como o Estado”.

Para esse autor, a participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa. A cidadania define os que pertencem (inclusão) e os que não se integram à comunidade política (exclusão); logo, a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas, também, por relações de conflito e pode comportar manipulação.

(Milani,2008⁶ apud Gohn, 2019).

Demo (1988) enfatiza o conceito de participação como um processo de conquista e enquanto outra forma de poder. Afirma que para realizar participação é preciso encarar o poder de frente, partir dele e abrindo espaços de participação.

Young (1990), ao explicar sobre as faces da opressão, refere que certos grupos estão em situação de exclusão condenados ao desemprego estrutural do capitalismo contemporâneo e que efetivamente não podem contar com as garantias do estado de direito. A institucionalização e o aprisionamento dos que fogem à normalidade representam um exemplo de marginalização, enquanto boa parte dessa população marginalizada sofre as mazelas dessa exclusão também por questões raciais ou étnicas. A condução de políticas sociais que constroem e submetem a população atendida sob a forma da tutela e do controle social retira as possibilidades de participação, o que também representa uma forma de inviabilidade social. Além da marginalização, o sentimento de impotência seria outra categoria de opressão que a autora elenca e pela qual se restringe a participação em decisões que afetam a vida da própria pessoa ou de seus grupos de pertencimento. Vemos isso nas sociedades capitalistas onde a maioria dos trabalhadores não pode participar das decisões no ambiente de trabalho e tampouco das decisões políticas que afetam a organização de seu bairro ou instituições às quais se encontram vinculados.

Segundo Gonçalves Filho (1998), humilhação social seria uma modalidade de angústia disparada pelo “enigma” da desigualdade de classes e que traz, como resultado, um impedimento à participação, experiências com espaços expulsivos e sentimento de não possuir direitos.

Weil (2001) afirmou que a construção do futuro depende do alimento trazido pelo passado, mas um passado digerido e relacionado às questões do presente. Segundo esta autora, a identidade que a raiz apoia floresce e dá seus frutos apenas em um campo aberto de comunicação e participação, única possibilidade de que esse vínculo não se torne repetição rígida, mas efetiva assimilação e elaboração que sustenta uma aparição singular.

A noção de identidade passa a se relacionar intimamente com as possibilidades de participação aberta pelo campo social. A abertura e o entrelaçamento das

⁶Milani CRS. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. Revista de Administração Pública. 2008 maio-jun;42(3):551-79.

experiências temporais dependem do tipo de comunicação, do trabalho realizado e das estruturas sociais onde é produzido, portanto ele é símbolo dessa articulação e remete continuamente à história das atividades econômicas e das formas de convivência política (Weil, 2001). Desse ponto de vista, é a participação que permite ao indivíduo sentir-se responsável pelo futuro de sua coletividade e, ao mesmo tempo, herdeiro de um passado comum, que engloba a memória coletiva, a cultura e o lugar, relacionados por alguns autores a formas de enraizamento que fomentam nosso crescimento pessoal e coletivo.

Por outro lado, Weil (2001) também caracteriza o fenômeno do desenraizamento como uma "doença", e afirma mesmo tratar-se da doença mais perigosa das sociedades humanas. A autora traça um histórico que mostra como, desde a II Guerra Mundial, o tema do desenraizamento ganhou relevância, em função dos eventos traumáticos vividos durante esse período. Mas o aprofundamento dos processos sociais envolvidos com a globalização, especialmente nítidos a partir dos anos 1980, deu ao tema máxima relevância, apontando o efeito desterritorializado da globalização sobre povos e indivíduos, que passam a se caracterizar pelos sentimentos de alienação e perdimento que marcam a psicologia do homem moderno. O desenraizamento, segundo Weil (2001), seria esse rompimento de vínculos criativos com o passado, impedimento de participação igualitária ou mesmo a falta de pressentimento de futuro. Assim, a participação pode ser considerada uma forma de abertura da existência individual em direção a um futuro estabelecido coletivamente num campo de cooperação definido.

Dentre os espaços de participação pessoal, Ricoeur (1990) traz o aspecto referencial da linguagem enquanto mediadora das relações sociais. Destaca-se a capacidade de falar, de agir, narrar e responsabilizar-se, ou seja, a capacidade de agir eticamente sobre uma ação. Narrar sua história dentro de um contexto, sistematizar essas experiências, a forma de elaborar e expressar essas histórias, permite novas formas de expressão e, ao significá-las, talvez facilite um encontro consigo mesmo e um sentido para essa prática. A possibilidade de narrarem suas experiências, como lidam com suas adversidades, rupturas e relacioná-las com tempo/espaço pode talvez promover enraizamento e fomentar a participação numa coletividade.

1.5 Revisão teórico-metodológica

1.5.1 Metodologias Participativas em Saúde Mental

Ao refletir sobre algum caminho consonante aos ideários da Reforma Psiquiátrica Brasileira nessa interface com a Economia Solidária, chegamos ao terreno fértil das metodologias participativas. Ao considerar a busca da autonomia, o respeito às diferenças socioculturais, o protagonismo do usuário e o fortalecimento de sua rede de cuidado, os estudos que envolvem usuários de equipamentos de saúde mental e sua participação em pesquisas de forma mais ativa vêm sendo considerados fundamentais dentro das políticas públicas em saúde.

Na década de 1990, o movimento inglês denominado *“Nothing About Us Without Us”* (“Nada sobre nós sem nós”) apresentou denúncias de usuários sobre práticas de pesquisa que ocorreram sem o conhecimento dos participantes. Em vista dessas denúncias, o movimento reivindicou o envolvimento dos usuários em todos os níveis dos serviços a eles prestados e nas pesquisas em que têm suas vidas como objeto de análise (Phillips, 2006⁷apud Badaró Moreira; Onocko-Campos, 2017).

Sob esse ponto de vista, as pesquisas participativas também podem ser definidas como uma abordagem colaborativa que envolve todos os parceiros e reconhece os pontos fortes e únicos que cada um agrega ao processo. Também promovem uma parceria mais equitativa entre os membros de uma comunidade específica e pesquisadores acadêmicos, adaptando as intervenções propostas por essas pesquisas às necessidades da comunidade. Sob esse enfoque, a pesquisa é vista não só como um processo de criação de conhecimento, mas também como forma de educação, desenvolvimento da consciência, mobilização para tomada de decisões, ações e fortalecimento de sua autonomia (Keinert et al., 2018).

Estudos que se orientam por essa perspectiva (Passos et al., 2013; Serpa et al.⁸, 2014 apud Badaró Moreira; Onocko-Campos, 2017) indicam que, a partir da sua inclusão efetiva em pesquisas, o usuário tem aumentado seu poder contratual e participativo em geral, uma vez que esse tipo de envolvimento o desafia a ser mais

⁷Phillips R. Consumer participation in mental health research. *Social Policy Journal of New Zealand*.2006 Mar;(27):171-82.

⁸Serpa O. Jr., et al. Experiência, narrativa e conhecimento: a perspectiva do psiquiatra e a do usuário. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 2014;24(4):1053-77.

ativo política e civicamente. A experiência da inclusão de usuários de modo mais orgânico em pesquisas acadêmicas vem demonstrando efeitos que se estendem a outros aspectos da vida como a estimulação da cidadania e o reconhecimento da capacidade do sujeito em produzir-se a si mesmo (Passos et al., 2013).Essas experiências têm sugerido outras aberturas possíveis para a participação em diferentes espaços da vida acadêmica.

Algumas reflexões trazidas pelo trabalho de Gatto Júnior et al.(2018), ao tomar como base pesquisas com metodologias participativas através da pesquisa-ação, concluem que a participação enquanto um processo em construção, a flexibilidade no uso de técnicas de coleta de dados e outros dispositivos provocadores de transformação podem ser vistos como uma potente ferramenta a ser intensamente desenvolvida durante uma investigação:

A produção científica pode ser operacionalizada nos cotidianos, no campo da saúde e no campo da educação, de modo a diminuir a distância existente entre o que é produzido pela comunidade científica e a incorporação dessa produção científica no cotidiano do exercício profissional. Consideramos o desenvolvimento de mais estudos de natureza qualitativa e participativa como um caminho profícuo nessa direção. Portanto, pesquisas com metodologias participativas podem ser potentes para apoiar movimentos de consolidação de propostas também elaboradas de maneira participativa, tal como a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) (Gatto Júnior et al., 2018, p.8).

O uso de metodologias participativas é amplamente estimulado devido aos seus resultados positivos, conforme conclui revisão sistemática no Pubmed realizada por Keinart et al. (2018) e publicada no livro *Pesquisa participativa em Saúde Mental*. O objetivo principal desta revisão foi avaliar a abrangência da utilização da pesquisa participativa em estudos que abordaram questões relacionadas à saúde mental, verificar benefícios, limitações e resultados relatados nos estudos que se valeram de métodos participativos sobre populações com agravos ligados à saúde mental. Os estudos descrevem uma variedade de relatos positivos, não só na identificação de necessidades, planejamento e implementação de práticas que geram conhecimento, empoderam, bem como reduzem o estigma e aumentam a recuperação e qualidade de vida de populações com agravos relacionados à saúde mental. Contudo, apesar de todo o potencial relatado pelas pesquisas que fazem uso de metodologias participativas com usuários, seu uso em saúde mental ainda é pequeno, com poucas evidências disponíveis na literatura médica, conclui o artigo. Dessa forma, justifica-se

aqui também o uso dessa metodologia por parte do presente estudo.

A pesquisa-ação em saúde mental ou economia solidária

A economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando-a. Mas seus valores fundamentais precedem sua prática (Singer, 2005⁹ apud Gadotti, 2009).

A necessidade de termos pessoas mais participativas, capazes não só de realizar as atividades necessárias, mas também de estarem mais aptas a propor e gerir seus processos de trabalho num contexto de autogestão, foi o que nos trouxe até aqui com este projeto de pesquisa. Nesse sentido, emerge a questão com relação à forma como está sendo significada essa trajetória pelos trabalhadores do Ponto e se esse trajeto avança em direção ao fortalecimento de sua autonomia. A partir dessa perspectiva, acreditamos que a metodologia qualitativa trará conteúdos importantes à análise dessa questão. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possui modo e instrumentais próprios da abordagem da realidade, podendo ser importante para compreender os valores culturais e representações de um determinado grupo a respeito de temas específicos, sobre as relações que se dão entre os atores sociais e para avaliações realizadas por usuários das políticas públicas e sociais existentes.

Dentro da proposta de fortalecimento da autonomia e do empoderamento nas ações coletivas dos usuários do Ponto, pensar em métodos de pesquisa que fossem coerentes com o problema que busco resolver a partir desta investigação torna-se um imperativo ético. Identificando algumas bases que alicerçam o trabalho do Ponto de Economia Solidária, percebe-se que sua missão vai além da proposta de reabilitação em saúde mental, mas como projeto que trabalha visando algo mais amplo que é a promoção de saúde e que inclui aí a promoção de nossa saúde mental, física, social e política, buscando a integralidade e intersectorialidade das ações. Entretanto, segundo autores como Scarcelli e Junqueira (2011), a forma como a sociedade atual se organiza, tendo por base a mercantilização das relações e a exploração da mão de obra, só fortalece a discriminação e exclusão cada vez maiores da população mais

⁹ Singer P. 2005. A economia solidária como ato pedagógico. In: Kruppa, SMP (org.). Economia solidária e educação de jovens e de adultos. Brasília: Inep/MEC, p. 15-20.

vulnerável. Valores atrelados a um neoliberalismo como competição, individualismo, meritocracia são reforçados em detrimento aos valores de cooperação, democracia e respeito.

Outro importante desencadeador de reflexões sobre o desenho metodológico diz respeito ao produto educacional solicitado junto à dissertação de mestrado para obtenção do grau de mestre no Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Saúde, do qual faz parte o presente trabalho. Esse produto seria um material didático, instrucional ou ainda metodologia de ensino/social, voltado ao ensino/aprendizagem desenvolvido com base no trabalho de pesquisa; visa atender a um problema concreto de ensino na saúde, percebido na prática do local de trabalho desta pesquisadora. Buscando coerência entre esse produto e os objetivos desta pesquisa, pensar uma metodologia que contemplasse os diversos lugares que a pesquisadora ocupa e ao mesmo tempo, que pudesse fomentar a participação coletiva tornou-se a principal questão metodológica.

Estudando as metodologias psicossociais, fui identificando aquelas comprometidas com uma mudança das práticas sociais de exclusão e contributivas para a diminuição das desigualdades sociais e com a formação de sujeitos críticos e participativos. Segundo Tripp(2005), a pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisas reconhecidas para informar a ação que se decide tomar, para planejar e implementar uma mudança para melhorar a prática, monitorar e descrever os efeitos da ação, avaliar seus resultados, propiciar reflexões e extrair conceitos. De acordo com o autor, o método deve contemplar o exercício contínuo de espirais cíclicas: planejamento, ação, reflexão, pesquisa, ressignificação, replanejamento no sentido de gerar ações cada vez mais concernentes às necessidades coletivas e assim por diante.

Segundo Thiollent¹⁰ (apud Minayo, 2014), por pesquisa-ação se entende um tipo de investigação social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação voltada à solução de problemas comunitários e sociais. Nessa modalidade, os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Desse ponto de vista, percebemos que o envolvimento do pesquisador e dos participantes que atuam são partes integrantes e organicamente relacionadas nesse tipo de pesquisa.

¹⁰Thiollent M. metodologia da pesquisa-ação. 2ª ed. São Paulo: Cortez; 1987.

Encontro assim um refúgio metodológico, considerando que faço parte deste coletivo de trabalhadores ao qual pretendo analisar, atuando como facilitadora de EES.

A relação de contingência entre o sujeito investigador e o sujeito investigado cria desafios em pensar e manejar teorias e técnicas que norteiam e balizem essa aproximação com a construção da realidade estudada. Considerando a saúde de uma população como uma derivação de suas condições de vida, em uma análise investigativa qualitativa dos modos de vida e organização que engendram as situações de saúde-doença, considera Minayo (2014, p.42).

A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados que transborda dela. A possibilidade de enumeração dos fatos, por exemplo, é uma qualidade do indivíduo e da sociedade que contém em si, elementos de homogeneidade e de regularidades. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, que qualquer pensamento e qualquer discurso político ou teórico que tente explicá-la.

Partindo para a discussão que envolve a educação em contextos não formais e relacionados com as experiências de vida de cada sujeito, o educador Paulo Freire, no conjunto de sua obra, destaca a importância de uma educação dialógica que mobilize saberes e afetos propiciando uma educação que amplie a leitura de mundo e contexto de forma crítica, a partir de experiências. Essa busca por uma sociedade mais crítica e participativa, inclusiva em sua diversidade e democrática em seu bojo, pede uma metodologia para uma prática transformadora e que agregue esses diversos saberes e práticas hegemonicamente populares rumo à autonomia dos sujeitos. Segundo Gadotti (2009), há uma ligação umbilical entre a educação popular e a economia solidária, pois ambas se apoiam em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas e sua difusão entre aqueles que a peculiar dinâmica do capitalismo exclui do espaço econômico que ele domina.

Buscando um caminho que dialoguem com os campos da saúde mental e da economia solidária e promoção de saúde, entro no campo absolutamente fértil da Sistematização de Experiência.

A publicação do *Caderno de Sistematização em Economia Solidária* pela Cáritas Brasileira, em 2012, mostra a importância de sistematizar as mais diversas experiências de Economia Solidária, tanto para aqueles grupos que possuem uma longa história e caminhada quanto para aqueles que estão dando os primeiros passos.

Neste mesmo ano, em Porto Alegre-RS, aconteceu a Plenária Temática de Educação em Economia Solidária, com participantes das cinco regiões do Brasil. A Plenária foi organizada pelas instituições que implementaram nos anos de 2009 a 2012, os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES): CFES Sul – Unisinos, CFES Sudeste – Instituto Marista de Solidariedade, CFES Norte – UFPA, CFES Nordeste – UFRPE, CFES Centro-Oeste – ECOCUT e CFES Nacional – Cáritas Brasileira. Esta iniciativa junta-se à preparação da V Plenária Nacional de Economia Solidária organizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) pela formulação de um Plano Político Pedagógico, o Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) propõe a Pedagogia da Autogestão, que vem se construindo por meio das práticas educativas que ocorrem no espaço do trabalho autogestionário. Uma pedagogia baseada na produção de conhecimentos a partir das práticas, dos estudos, da partilha e da elaboração conjunta do processo educativo. No documento resultante desta plenária (Plenária Temática [...],2012), são apresentados seus princípios e diretrizes do processo formativo, bem como os tipos de conteúdo que devem ser trabalhados e com que procedimentos metodológicos. Um dos grandes princípios norteadores é o resgate e a sistematização das práticas como processo coletivo de produção de conhecimentos. Entre os conteúdos a serem trabalhados estão a história e as perspectivas do trabalho emancipatório e sua constituição, o marco jurídico, a participação cidadã, as relações intersubjetivas, o processo de incubação e a autogestão.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. (Singer, 2002,p.21)

Ao definir a ES como um ato pedagógico, Paul Singer traz à tona a pedagogia do trabalho associado e das experimentações autogestionárias, abrindo um novo campo da educação popular e, portanto, possibilitando a reinvenção das múltiplas pedagogias de Freire.

Gadotti (2009, p.36) defende que a economia solidária é uma práxis pedagógica e subentende todo um programa educativo. Afirma ele que:

(...) temos a necessidade de construir uma pedagogia da economia solidária. As pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa

nova realidade econômico-política que está se constituindo hoje. O ensino de autogestão é um exemplo prático. Como ensinar a autogestão? Só pelo exemplo. Não se trata apenas de oferecer cursos. Trata-se de construir valores, uma cultura, juntos.

A autogestão é afirmada então como princípio e como prática da Economia Solidária, que se vivencia nos diferentes momentos e espaços, sendo o espaço educativo também seu lugar.

O que significa sistematizar experiências?

Bondía (2002, p. 24) traz alguns significados e sentidos a se considerar quando pensamos a educação a partir do par experiência/sentido e sugere certo significado para essas duas palavras em distintos contextos:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

É possível sistematizar experiências para realizar reflexão sobre nossas práticas, utilizando a sistematização como princípio educativo e como parte do processo de produção de conhecimento científico. A sistematização de experiência, dentro das metodologias de pesquisa-ação, é um processo coletivo de recuperação, interpretação e reapropriação crítica da prática vivenciada por participantes de uma experiência. Nesse processo, são incorporadas diversas vozes e olhares, que agregam conhecimentos e saberes das pessoas ou grupos envolvidos. Esse processo realimenta e favorece o aprimoramento da prática social e seu potencial multiplicador, tendo em vista a transformação da sociedade (Sistematização de Experiência [...], 2012).

Segundo Jara-Holliday (1996, p.44)

A sistematização permite incentivar um diálogo entre saberes: uma articulação criadora entre o saber cotidiano e os conhecimentos

teóricos, que se alimentam mutuamente. Esta talvez uma das tarefas privilegiadas da educação popular, o que reafirma a importância fundamental de sistematizar nossas experiências, não só pelas possibilidades que tem, mas pela responsabilidade que implica para nós, educadores e educadoras populares.

Importante ressaltar a origem da sistematização de experiência como oriunda da educação popular, assim como a pesquisa-ação, convergindo na procura por uma metodologia que promova relações mais emancipatórias e que crie oportunidades, dentro do processo de pesquisa, por suscitar reflexões e provocar processos de aprendizagem, envolvendo a participação e construção coletiva. Implica em comunicar e socializar com outros(as) o conhecimento gerado, possuindo assim um caráter de experiência pedagógica para quem dela participa: formação e autoformação; contribui para potencializar a consolidação de práticas consideradas bem-sucedidas ou que estejam enfrentando dificuldades ou que necessitem de uma redefinição de estratégias de trabalho.

Jara-Holliday (1996) faz algumas constatações básicas quanto ao tema da sistematização de experiências. A princípio, afirma que efetivamente existe uma prática específica que merece o nome próprio de “sistematização”. Elabora uma fundamentação teórico-metodológica para essa experiência, dentro de um processo produtor de conhecimento. Segundo o autor:

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e por que o fizeram desse modo (Jara-Holiday, 1996, p.29).

A partir dessa afirmação, destacamos outras afirmações que compõem a sua proposta: interpretação crítica é resultado do esforço em compreender o sentido das experiências; a interpretação é possível a partir do ordenamento e reconstrução do processo vivido; a interpretação se caracteriza por revelar a lógica que conduz o processo.

Jara-Holliday (1996, p.85) apresenta sua proposta de sistematização em cinco etapas:

1. **Ponto de partida:** ter participado da experiência e ter o registro das experiências
2. **Perguntas iniciais:**

Para que queremos? (definir o objetivo)

Que experiência(s) queremos sistematizar? (delimitar o objeto a ser sistematizado)

Que aspectos centrais dessa experiência nos interessam sistematizar? (definir um eixo de sistematização)

3. Recuperação do processo vivido:

a. Reconstruir a história

b. Ordenar e classificar a informação

4. Reflexão de fundo: analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo

5. Pontos de chegada:

Formular conclusões

Comunicar a aprendizagem.

A sistematização só é possível em experiências práticas e concretas. Para o autor, experiências são processos sociais dinâmicos em permanente mudança e movimento, sendo também processos sociais complexos, que se inter-relacionam de modo contraditório. Um conjunto de fatores que envolvem objetos, sujeitos, o contexto em que se desenvolvem tais experiências; situações particulares a se enfrentar; ações dirigidas para se conseguir determinado fim; percepções, interpretações e intenções dos diferentes sujeitos que intervêm no processo; resultados esperados e inesperados que vão surgindo ao longo do processo, relações e reações entre os envolvidos, entre outros.

1.6 Problematização e justificativa da pesquisa

Dentro da minha prática como facilitadora de Empreendimentos em Economia Solidária (EES), me deparo com a pouca iniciativa e participação nos processos de gestão dos trabalhadores associados aos empreendimentos sociais de que participo, principalmente no que se relaciona à parte administrativa do comércio de orgânicos e ao caixa único do Ponto. Observo que, por vezes, se estabelece uma relação de dependência com os facilitadores dos EES, sofrendo a equipe com a dificuldade de alcançar um trabalho mais horizontalizado nas decisões.

Talvez a baixa crítica, iniciativa e participação na gestão dos EES estejam vinculadas à falta de formação para o trabalho em autogestão, além de um contexto político pedagógico e social que incentiva a educação depositária, a crítica alienante e principalmente pela dificuldade que existe em se apropriar coletivamente de algumas ferramentas e processos de gestão. Algumas questões emergem nesse cenário marcado por muitas contradições, tensões e vulnerabilidades, mas também de muita potência e vigor: Como está se dando essa experiência de trabalho para esses sujeitos no que concerne à sua autonomia e ao seu empoderamento enquanto ser social? Que fatores incidiram positivamente ou negativamente nesse sentido? De que forma podemos capacitá-los para uma efetiva participação autogestionária e que seja promotora de saúde?

Provocada por essas questões e enxergando a potencialidade que o Ponto de Economia Solidária carrega, não só enquanto reabilitador psicossocial, mas como promotor de saúde para toda uma comunidade, procuro me aprofundar nessas questões, na tentativa de propor caminhos que façam sentido nesse processo.

Enquanto serviço piloto em geração de renda e ligado à estrutura da SMS, destaco a importância de manter viva a memória de nossas práticas em Economia Solidária, explicitando nosso olhar sobre a sociedade, o mundo e a vida a partir da recuperação e interpretação crítica das experiências que vivenciamos, ou seja, problematizar e dar um novo sentido às práticas sociais de modo que possamos enfatizar o que estamos aprendendo com elas; em que elas se diferenciam das ideias hegemônicas e de outras práticas de geração de renda, bem como novos conhecimentos e saberes que possam estar sendo aí produzidos.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Propor e aplicar uma metodologia social que contribua com a participação efetiva em atividades produtivas em economia solidária num contexto de autogestão em sua interface Saúde Mental - Reabilitação Psicossocial.

2.2 Objetivos específicos

- Sistematizar a experiência dos trabalhadores do Ponto de Cultura e Economia Solidária do Butantã, desde sua inauguração, focalizando aspectos que dialoguem com os referenciais da Promoção de Saúde;
- Identificar os sentidos que esses sujeitos outorgam às suas ações dentro desses processos coletivos e que auxiliem na construção e no fortalecimento de sua autonomia e,
- Elaborar proposta de intervenção (Produto Educacional), baseada na sistematização de experiências para serviços da rede psicossocial na interface com a economia solidária.

3 METODOLOGIA

3.1 Campo de estudo

A IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, de 2010, em seu relatório final, no trecho que elenca algumas estratégias para geração de renda, traz como uma de suas propostas:

Regulamentar a Política Nacional de Saúde Mental, a implantação e consolidação dos projetos e oficinas de geração de trabalho e renda, priorizando a sua realização em sedes próprias, fora dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), reafirmando que o espaço destinado ao acolhimento de pessoas com transtornos mentais e particularmente à crise deve ser distinto do espaço de trabalho (Brasil, 2010).

Enquanto estratégias de Reabilitação Psicossocial do eixo VII da RAPS da Portaria nº 3088 de 32/12/2011 (Brasil, 2011), ao propor a articulação entre as redes de atenção à saúde e economia solidária, a criação de um lugar onde se pensa as relações do trabalho dentro de um espaço territorial diferenciado do lugar de tratamento, espera-se gerar deslocamentos importantes às várias necessidades dos usuários da RAPS no que tange à reabilitação psicossocial. Dessa forma, o Ponto de Economia Solidária emerge dessa necessidade de aglutinar as iniciativas de grupos de geração de renda em economia solidária, já existentes nos vários equipamentos de saúde da região Oeste da cidade de São Paulo, principalmente Butantã, Lapa, Pinheiros e Itaim Bibi, a partir da Rede de Economia Solidária Oeste, formado por profissionais da saúde, usuários e colaboradores de instituições de assistência e ensino em saúde e movimentos sociais da sociedade civil.

Na figura 3.1, mapa da divisão em Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) do município de São Paulo. Em destaque a CRSOeste:

Figura 3.1 – Mapa das divisões em Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) do município de São Paulo, 2023



Fonte: São Paulo(Município)(2022).

Os Empreendimentos em Economia Solidária (EES) são empresas ou grupos de pessoas que trabalham juntos aos valores e princípios da ES, visando o bem-estar comum e a igualdade econômica. Eles podem incluir cooperativas, associações de trabalhadores autônomos, empresas comunitárias e outras formas de organização. Alguns exemplos de EES incluem cooperativas de crédito, cooperativas agrícolas, fábricas autogestionadas, empresas comunitárias de energia ou comércio. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2006a, p. 13)

São organizações suprafamiliares, singulares e complexas como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados permanentes.

O Ponto de Economia Solidária Comércio Justo, Cooperativismo Social e Cultura do Butantã nasce a partir de uma portaria da Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo (SMS/PMSP) através da Portaria nº 1.707, de 17 de setembro de 2016 (São Paulo, 2016b), que institui e estabelece diretrizes para seu funcionamento. Em 2016 houve a inauguração do equipamento, em sede própria, ligado à Supervisão de Saúde do Butantã (STS/Bt), órgão da estrutura de gestão da SMS/PMSP. Está localizado no município de São Paulo, na região Oeste da cidade, mais precisamente no distrito do Butantã (conforme mapa apresentado através da figura 3.2) e que possui aproximadamente 500 mil habitantes, segundo o último Censo de 2010 (IBGE, 2010). Atualmente o Ponto conta com 20 trabalhadores, divididos em cinco empreendimentos sociais, a saber:

- Restaurante/Comedor Quiririm
- Orgânicos no Ponto
- Livraria Louca Sabedoria
- Loja/Artesanato Ybiatã
- Horta Comunitária.

Figura 3.2 - Subdistritos que compõem a Supervisão Técnica de Saúde do Butantã (STS) pertencente à Coordenadoria Regional Oeste (CRO-SMS) do município de São Paulo



Fonte: São Paulo (Município) (2022).

Cada EES possui um facilitador/técnico ligado à estrutura da SMS como servidor público, lotado no próprio Ponto, e um colaborador, ligado a outros equipamentos da SMS, como CAPS e CECCO, e que cumpre parte da sua carga horária semanal no Ponto de Economia Solidária. Desde 2016 encontro-me como colaboradora nas atividades de facilitação dos EES, conforme pactuação realizada junto à Supervisão Técnica de Saúde Butantã.

Quanto aos trabalhadores de EES, são em sua maioria mulheres, e de forma geral, trabalhadores(as) oriundos(as) da periferia do distrito do Butantã. Também em sua maioria (cerca de 70% do total de trabalhadores associados), são usuários da RAPS da região onde fazem ou já fizeram algum tratamento cujo Projeto Terapêutico Singular (PTS) inclui CAPS, UBS ou CECCO. O serviço de saúde não possui orçamento anual. O imóvel onde o Ponto está sediado pertence à Subprefeitura do Butantã, que paga pelos serviços de água, luz, serviço de limpeza geral e segurança patrimonial. Desde sua inauguração, o Ponto sempre contou com o apoio de muitos colaboradores de diversos meios: universitário, redes da economia solidária e principalmente da comunidade do entorno. Dentre as principais, destaco algumas:

- Associação de Mulheres em Economia Solidária (AMESOL)
- Associação de Moradores do Morro do Querosene
- Associação Vida em Ação (AVA)
- Instituto Terra Viva – Iperó Sorocaba
- Movimento Sem-Terra (MST) – Regional Grande São Paulo
- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – vinculada à Pró-Reitoria de Extensão Universitária (ITCP-USP)
- RAMA – Rede de Mulheres Agricultoras no Vale do Ribeira
- Rede de Economia Solidária e Saúde Mental
- Rede de Consumo Responsável “Comerativamente”
- Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais
- Trecho 2.8
- ViaTV - Canal da Via Butantã.

O Ponto desenvolveu, ao longo de sua trajetória, uma grande vinculação com seu entorno, seja através da comercialização de produtos, seja por abrigar dezenas de encontros culturais, socioeducacionais, sempre em torno dos eixos abrangidos

pelos trabalhos dos EES: comércio justo, sustentabilidade, cultura popular, cooperativismo etc. Seu Conselho Gestor possui uma formação abrangente que inclui os trabalhadores associados, facilitadores (trabalhadores da saúde) e membros da sociedade civil enquanto colaboradores.

3.2 Participantes de pesquisa

Nessa rica diversidade de atores envolvidos e que sustentam a trama das ações que permeiam o trabalho desse serviço, participaram os trabalhadores de cada EES, as facilitadoras e alguns colaboradores dos processos de trabalho. Assim, foram incluídos trabalhadores dos EES com ou sem histórico de cuidado pela Rede de Apoio Psicossocial (RAPS) do SUS, e que vivenciaram algum período de sofrimento psíquico que os impossibilitou de continuar no mercado formal de trabalho.

Pessoas com histórico de vulnerabilidade psicossocial, marcadas pela retirada de seus direitos básicos, como direito ao trabalho e renda digna, e que sofrem com o congelamento de participação a partir de uma invisibilidade pública, formam o grupo de trabalhadores do Ponto de Economia Solidária do Butantã.

Foi realizada também observação participante nos dispositivos autogestionários, como assembleias gerais do Ponto, reuniões de cada EES e do Conselho Gestor da unidade e registro no diário de campo.

Importante mencionar que os processos de trabalho dentro do Ponto sofreram grandes modificações a partir de 2020, devido à pandemia da Sars-CoV 2 e o consequente fechamento do atendimento para o público e diminuição da participação da maioria dos trabalhadores. Além do desafio de sobreviver à pandemia, outros desafios, como a inexistência de uma política pública que garanta não só a existência do Ponto, mas a sua expansão pela RAPS do município, assim como as constantes ações de desmonte das conquistas da própria Reforma Psiquiátrica Brasileira e do SUS de forma ampla, constituem algumas fragilidades em relação às quais procuramos nos fortalecer.

3.3. Referencial teórico de análise

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”

Karl Marx

Para fins de análise do material coletado, escolheu-se o referencial de análise dialético-histórica. Essa escolha se justifica tendo em vista os princípios pelos quais o método dialético trabalha, valorizando a historicidade e a relação entre a base material e as representações da realidade. Segundo Minayo (2014, p.347):

o exercício dialético considera como fundamento da comunicação as relações sociais historicamente dinâmicas, antagônicas e contraditórias entre classes, grupos e culturas. Ou seja, entende a linguagem como um veículo de comunicação e de dificuldade de comunicação, pois seus significantes, com significados aparentemente iguais para todos, escondem e expressam a realidade conflitiva das desigualdades, da dominação, da exploração e da resistência e da conformidade.

Essa visão da totalidade em movimento, a história como um encadeamento nos processos que se constrói a partir da prática dos sujeitos sociais numa determinada realidade preexistentes aos indivíduos e vista como múltipla, complexa e contraditória (Marx,2006) são alguns dos princípios em que se pauta a concepção dialética. Sua orientação de análise postula como fundamental realizar a crítica das ideias expostas nos produtos sociais, como textos, instituições, buscando, na sua especificidade histórica, a cumplicidade com seu tempo; e nas diferenciações internas, sua contribuição à vida, ao conhecimento e às transformações.

A importância de reconstruir a história do processo vivido por esses trabalhadores inseri-los e situá-los nesse fazer sócio-histórico possibilitou o resgate de aprendizagens realizadas e propiciou uma forma de elaboração e reflexão sobre essas experiências. Para Jara-Holiday (1996), a concepção metodológica dialética é uma maneira de entender a realidade, enquanto criação humana dentro de um processo histórico, mutante e contraditório, em que cada fenômeno pode ser compreendido como elemento de uma totalidade sócio-histórica. Fomenta-se assim, a partir desse ponto de vista, a criação de um acúmulo histórico, cultural, institucional,

alimentado por uma dinâmica de equipe, de forma a descentralizar a execução das responsabilidades de reflexão entre os diferentes integrantes dessa equipe e incentivar uma maior participação nos processos de gestão.

Dessa forma, procurei analisar a qualidade e o significado da participação desses sujeitos coletivos nas atividades ofertadas de sistematização de experiências dentro de um contexto de autogestão.

3.4 Coleta de dados e seus instrumentos

Reconstruir a história do Ponto de Economia Solidária através da sistematização de experiências envolveu algumas etapas de pesquisa e seu projeto de sistematização, conforme sugere Jara–Holiday (1986), consta no Anexo A deste documento. Suas ações, elencamos a seguir:

- Pesquisa documental das portarias que envolvem a criação instituinte do Ponto de Economia Solidária, nas três instâncias de governança, artigos, relatórios, produtos audiovisuais, notícias veiculadas nas mídias e informações coletadas no site da Prefeitura de São Paulo.

- Realização de quatro oficinas:

- 1 Sistematização da história do Ponto com a participação de trabalhadores, facilitadores e colaboradores;
- 2 Identificação das Forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do Ponto, através do método FOFA, que apresentarei mais adiante;
- 3 Desdobramento da Oficina FOFA com a identificação das estratégias de ação;
- 4 Devolutiva com a validação e socialização dos resultados da oficina para o grupo.

Da história individual à história coletiva, o grupo pode usar diferentes ferramentas (entrevistas, rodas de histórias, linhas do tempo, seleção e coleta de objetos, fotografias) para produzir registros que se tornam fontes e referências de sua história. Para a sistematização de experiência, tanto coletiva como a trajetória subjetiva de seus participantes, pensamos na utilização da técnica da linha do tempo.

A linha do tempo (Ferreira e Shimbo,) é um instrumento didático através do qual é possível reconstituir e apresentar uma sucessão de fatos e processos que possibilitam a compreensão da trajetória das experiências vivenciadas coletivamente. Originária dos estudos em História, essa ferramenta passou por variações metodológicas e de visualização e tem sido utilizada em processos de sistematização de experiências em Economia Solidária. A ferramenta linha do tempo contribui na etapa 3 da proposta de sistematização de Jara-Holliday (2006), que diz respeito à reconstrução do processo vivido.

Para ser utilizado de forma efetiva, esse instrumental necessita seguir alguns princípios e orientações metodológicas como:

1. Estabelecimento de uma periodização, para que seja possível identificar períodos na história da experiência;
2. Diferenciar “texto” de “contexto” da experiência, em que o “texto” é o conteúdo propriamente dito da experiência e o “contexto” o universo mais amplo em que o “texto” se insere;
3. Construção coletiva da linha de tempo, que facilitará a reapropriação crítica pelo grupo com objetivo de fortalecer sua identidade, aprimorar sua prática, gerar novos conhecimentos entre outros (Ferreira e Shimbo, p.7).

Encontrar formas criativas de articulação prática em que a sistematização e a avaliação agreguem valor à pesquisa social, e que se retroalimentam mutuamente, fomentando a participação e gerando conhecimento científico constitui um dos objetivos deste trabalho de pesquisa. Dessa forma, pensar uma técnica que proponha uma avaliação e planejamento de ações como tarefa através de questões norteadoras pode favorecer essa reflexão.

A análise SWOT é uma ferramenta utilizada para a análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico. Leva esse nome por causa das iniciais das palavras Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Alguns autores brasileiros utilizam a palavra FOFA para designar essa matriz, por ser acrônimo das palavras Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

Segundo levantamento bibliográfico, há um crescente uso desse método enquanto ferramenta gerencial, tanto na área da gestão privada quanto na gestão pública, identificando-se uma tendência crescente na área de planejamento em saúde e também dentro da ES, com estudos desenvolvidos em associações e

cooperativas(Lopes; Albuquerque, 2014; Machado et al., 2018) Relaciona e identifica as forças-fraquezas (internos), oportunidades e ameaças (externas), entrecruzando os elementos e, a partir da identificação de determinados fatores elencados pela equipe, se estabelece metas e estratégias para assim potencializar as ações.

Algumas adaptações, porém, são fundamentais, ressaltado o perfil do grupo em que será utilizada, conforme nos lembra este trabalho realizado junto a uma associação de catadores de materiais recicláveis, ao levar em consideração o perfil do grupo, sua vinculação aos preceitos da economia solidária e respeitando suas características de cooperação, autogestão e solidariedade (Lopes; Albuquerque, 2014).

O formato de oficina foi pensado tanto como instrumento de coleta de dados quanto de produção e apropriação de saberes e construção de práticas coletivas, de forma a ser coerente com a proposta de uma metodologia participativa, em que as pessoas pudessem trabalhar juntas e aprender umas com as outras de forma colaborativa, trazendo mais fidedignidade aos dados coletados. Assim,

Enquanto opção metodológica para pesquisa, as oficinas de trabalho constituem uma relação processual entre pesquisadores e pesquisados que permite, ao mesmo tempo, a coleta dos dados referentes às concepções iniciais dos pesquisados a respeito do tema e ao seu aprofundamento em momentos posteriores quando são introduzidas, pelos pesquisadores-coordenadores, questões verticalizadoras sobre os temas [...] numa segunda dimensão, propicia a reflexão imediata do grupo a respeito das contradições detectadas nos temas e subtemas, constituindo um espaço que é também pedagógico que têm como base a visibilidade do pesquisado como sujeito social, respeitando suas concepções [...] ao abrir mão de juízos de valores e levar os pesquisados à superação das contradições, cria-se um ambiente propício para ampliação da consciência crítica, direito inalienável de todo cidadão ou cidadã (Aranha e Silva,¹¹ 2003 apud Ballan, 2010, p. 44).

¹¹Aranha e Silva AL. Enfermagem na saúde mental: a ação e o trabalho de agentes de enfermagem de nível médio no campo psicossocial [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem; 2003.

3.5 Aspectos éticos da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e sobre as metodologias a serem utilizadas. Foi garantido o anonimato dos participantes da pesquisa e solicitado a eles que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo B - Oficina e Anexo C - Entrevista informante-chave).

Em respeito à Resolução CNS 466/2012 (Conselho Nacional de Saúde, 2012), o projeto inicial de pesquisa foi apresentado aos comitês de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde (Anexo D) e da Faculdade de Saúde Pública (Anexo E), sendo aprovadas em ambas as instâncias.

3.6 Sistematizando as experiências

3.6.1 Oficina: linha do tempo

Nessa oficina, o objetivo estabelecido foi o resgate do processo histórico do Ponto de Economia Solidária através das experiências dos próprios trabalhadores. Essa ação vem atender ao processo de sistematização de experiência proposto por Jara-Holliday (1996) no que tange ao passo 3: Recuperação do processo vivido.

A presente oficina ocorreu em dezembro de 2021. Escolhemos elaborar uma linha do tempo coletiva sobre a história comum aos membros do grupo, de forma a articular diferentes visões sobre acontecimentos, permanências e mudanças vividas por todos e às vezes de formas muito diferentes, e revelar como cada um contribui para essa história, além de proporcionar ressignificações de experiências vividas em seus afetos, facilidades ou dificuldades.

Já no início, escrevemos em uma lista o nome dos participantes e o ano em que entraram enquanto trabalhadores no Ponto. Também anotamos o nome de cada um nas etiquetas, para melhor identificação de cada participante. No passo seguinte, apresentamos a pesquisa, informando seus objetivos gerais e específicos, assim como o roteiro do que faríamos nessa oficina, já mencionando as oficinas subsequentes.

Após um rápido aquecimento em que foram empregadas técnicas de respiração, a fim de diminuir as ansiedades do grupo e trabalhar o foco na atividade, realizamos a apresentação de cada participante. Assim, cada um se apresentou, escreveu seu nome em uma tarjeta e colou na linha do tempo correspondente ao período em que iniciou no Ponto.

Como atividade inicial, levantamos o impacto que o Ponto representou na vida ou que habilidades foram adquiridas ao participar do Ponto. Pensamos nessa questão como forma de iniciar uma reflexão sobre o tema e que implicasse o subjetivo nesse trabalho coletivo (figura 3.3).

Figura 3.3 - Fotografia Oficina Linha do tempo, São Paulo, 2021



Fonte: Jaci Carrasco (acervo pessoal).

Enquanto os participantes respondiam a essa questão, a equipe de organizadores fez a divisão em três subgrupos, definidos segundo o período de adesão ao Ponto. Importante frisar que esse critério foi pensado por se tratar de um exercício de reconstituição histórica, podendo-se, com essa divisão, agrupar contextos semelhantes de onde partiriam para elencar os momentos mais significativos:

1. Trabalhadores que aderiram aos empreendimentos entre 2016 e 2019;
2. Trabalhadores que aderiram aos empreendimentos a partir de 2020 e,
3. Grupo dos facilitadores.

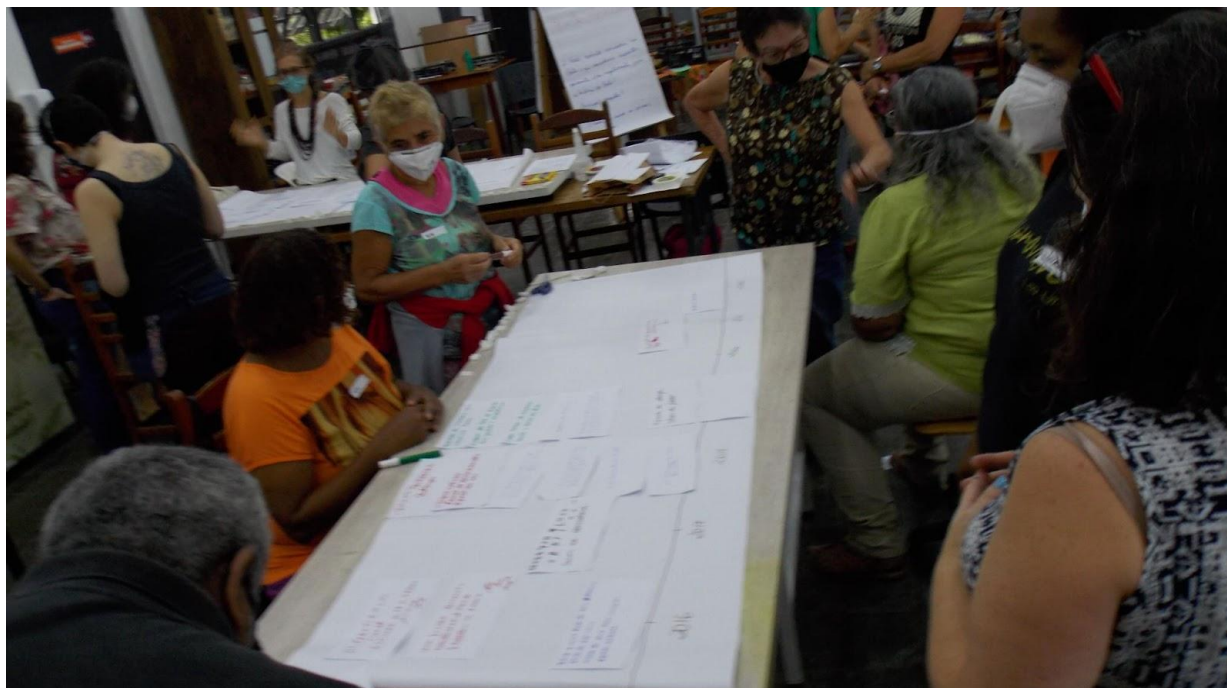
Cada grupo elaborou sua linha do tempo a partir da seguinte questão norteadora: “Quais momentos vivenciaram no Ponto e que consideram marcantes positivamente ou negativamente para a história deste lugar? Para detalhar mais a explicação do processo, tentar levantar as principais conquistas, principais rupturas, entrada ou saída de pessoas significativas, eventos, aprendizados que tiveram etc.”

Foram distribuídas três tarjetas para cada um dos integrantes de cada subgrupo escrever os eventos mais marcantes. Após levantarem as lembranças, fizeram as leituras de cada cartão, discutiram nos subgrupos como organizar um pequeno mural, em forma de linha do tempo, com todas as respostas das cartas escritas e discutidas. Foi explicada a possibilidade de aglutinar tarjetas, redefinir conteúdos, e frisada a importância da discussão que se processaria dentro de cada subgrupo (figura 3.4).

Depois de realizada a linha do tempo em cada subgrupo, os participantes fizeram uma visita à linha do tempo dos outros subgrupos, refletindo os marcos em comum e as suas diferenças.

Findada essa etapa, os subgrupos se reuniram em uma grande roda em que foi elaborada uma única linha do tempo, a partir das contribuições dos três subgrupos. Assim, na linha do tempo, a partir de 2016, cada subgrupo levantava suas lembranças; priorizando os fatos mencionados em pelo menos dois subgrupos, se decidiu o que deveria permanecer na linha do tempo coletiva, sendo incluídos também fatos relevantes que eventualmente apenas um grupo havia registrado.

Figura 3.4 - Fotografia da oficina Linha do Tempo, durante os trabalhos nos subgrupos, Ponto de Economia Solidária,(2021)



Fonte: Jaci Carrasco (acervo pessoal).

3.6.2 Oficina: FOFA/SWOT

Nesta segunda oficina, os participantes eram os mesmos que os da primeira oficina, salvo algumas ausências justificadas. Propusemos o uso de uma ferramenta de gestão – a FOFA ou SWOT, cujo objetivo é servir como ferramenta de gestão para análise e planejamento estratégico de empreendimentos ou projeto, dando uma visão completa do que ocorre internamente (Força e Fraquezas) e do que ocorre externamente ou no ambiente (Oportunidades e Ameaças). Possui formato de relativa simplicidade no entendimento e se mostra funcional para analisar uma decisão estratégica, ao focar no que gera mais impacto em uma decisão ou estratégia de negócio.

Para fins de estudo, permite observar a participação efetiva dos trabalhadores em atividades produtivas num contexto de autogestão, além de ajudar na instrumentalização de uma análise e possibilitar uma visão mais ampla do trabalho.

Esta segunda como a terceira oficina foi realizada durante o mês de maio de 2022. Este espaçamento entre a primeira oficina da Linha do Tempo, realizada em

dezembro de 2021 e essa 5 meses depois, ocorreu devidos às medidas restritivas impostas pela SMS/SP para conter a circulação do vírus SARS-CoV2.

Começamos por propor uma atividade de aquecimento e grupalização. Em seguida, retomamos os objetivos das oficinas e desta em particular.

Realizamos então as orientações para a oficina e a divisão em três subgrupos: por se tratar de uma oficina pela qual se objetiva sistematizar o processo das experiências, optamos por dividi-la agrupando os EES que trabalham comercializando alimentos e outros que comercializam produtos de uso pessoal. Assim ficaram os subgrupos;

1. EES Comedoria, Orgânicos e Horta;
2. EES Livraria, Loja e Artesanato e,
3. Grupos das facilitadoras.

Feita a divisão em subgrupos, começamos por analisar os fatores inerentes ao ambiente interno do Ponto, os pontos favoráveis (Fortalezas) ou desfavoráveis (Fraquezas). Apresentamos então as questões disparadoras para o trabalho, com um tempo sugerido de 30 minutos, registradas em cartazes tipo flip chart:

1. O que identifico como Fortaleza (meio interno) ao Ponto e que contribui positivamente para seu êxito? O que faz com que os clientes nos escolham em detrimento a outras opções? O que os fideliza, o que os atrai?

2. O que identifico como Fraquezas? Quais foram as fragilidades e fraquezas do coletivo (internas ou controláveis): baixo controle de qualidade, baixa tecnologia, inexperiência, falta de alguma competência? Lembrar os defeitos ou fragilidades que observam ou momentos experienciados coletivamente em que não houve êxito.

Após esse momento, os subgrupos iniciam uma discussão com o objetivo de montar uma apresentação para todo o coletivo.

Levantadas as condições internas aos coletivos, chegou a hora de analisar as condições que vêm de fora ou externamente ao coletivo do Ponto. As questões disparadoras para levantarem as Oportunidades ou as Ameaças que venham do ambiente externo ao Ponto também foram apresentadas:

1. Oportunidades: São situações externas ao Ponto, que podem acontecer e afetar positivamente o trabalho. Ex.: possibilidade de alguma mudança de legislação que favoreça o Ponto em algum aspecto, melhoria de alguma condição econômica. Com que recursos (financeiros/econômicos, parcerias, colaboradores, políticas públicas, culturais) podemos contar.

2. Ameaças: Exemplo de situações ameaçadoras externas das quais temos pouco ou nenhum controle: preço mais caro do fornecedor, entrada de concorrente, escassez de mão de obra qualificada, deterioração nas condições econômicas etc.

A partir daí, outra discussão foi realizada nos subgrupos, com outra apresentação sendo realizada para o grupo maior. Após essa etapa nos subgrupos, nos reunimos novamente em um grupo maior e iniciamos a montagem de uma apresentação única com critério de que fosse validado por todos ou que aparecesse em duas das três apresentações. Com relação à qualificação dos fatores levantados pelo grupo, ficou definido que os primeiros citados seriam qualificados como totalmente importantes, seguindo os de média importância.

3.6.3 Oficina: elaboração de estratégias de ação na matriz SWOT/FOFA

A terceira oficina foi um desdobramento da anterior, a partir da sistematização realizada pela pesquisadora em conjunto com os participantes, com o objetivo de se pensar em possíveis estratégias e planos de ação a partir de cada tópico levantado na oficina anterior. Assim, começamos lembrando as fortalezas levantadas e as oportunidades, propondo que pensássemos em ações a partir das seguintes questões norteadoras:

“FORÇAS + OPORTUNIDADES (estratégias ofensivas ou de desenvolvimento): Quais pontos fortes do Ponto podem ser usados para maximizar as oportunidades identificadas? Posso forças capazes de potencializar as oportunidades?”

FORÇAS + AMEAÇAS (estratégias confrontativas ou de manutenção): Quais pontos fortes do Ponto podem ajudar a minimizar o impacto das ameaças? Posso forças capazes de neutralizar as ameaças?

FRAQUEZAS + OPORTUNIDADES (estratégia de reforço ou crescimento): Que ações podem ser feitas para minimizar as fraquezas através das oportunidades levantadas? Posso fraquezas que podem me fazer perder oportunidades?

FRAQUEZAS + AMEAÇAS (estratégia defensiva ou de sobrevivência): Quais ações podemos ter para diminuir ou eliminar as fraquezas e minimizar os efeitos das ameaças?

Dessa forma, fomos coletivamente elaborando as estratégias e planos de ação conforme o cruzamento dos itens levantados pela matriz FOFA.

3.6.4 Oficina: devolutiva e validação dos resultados

Nesta quarta oficina, ocorrida em agosto de 2022, tivemos como objetivos:

- validação dos resultados das três oficinas de sistematização realizadas durante o processo com complementos e alterações necessárias;
- devolutiva do produto educacional;
- devolutiva, pelos trabalhadores, de considerações e/ou participação nas oficinas realizadas.

Sobre o processo da oficina, dividimos a apresentação por tema e projetamos um tempo para cada fase:

- apresentação da linha do tempo através da ferramenta digital Padlet®;
- apresentação da análise FOFA pela ferramenta digital Canva®
- rodada de devolutiva desse processo pelos trabalhadores do Ponto.

Em cada fase da apresentação, feita pela pesquisadora, foram relidos os itens levantados nas oficinas, sendo complementados ou corrigidos conforme a necessidade e, assim, realizando a validação desses resultados ilustra a figura 3.5.

Figura 3.5 - Oficina Devolutiva e Validação dos Resultados, Ponto de Economia Solidária (2022)



Fonte: Helena Watanabe (acervo pessoal).

Também foram sugeridas algumas questões a serem refletidas para a devolutiva com relação à participação nesse processo de sistematização de experiências:

- Como foi para você participar da oficina de sistematização de experiências?
- O que significou para você essa participação?
- Teve algum impacto no seu trabalho no Ponto? Qual?

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

*Por onde vens, Passado, pelo vivido ou pelo sonhado?
Que parte de ti me pertence, a que se lembra ou a que esquece?*

(Manoel António Pina)

A seguir apresento os resultados e para tanto, considerando que esta pesquisadora fez parte da construção da linha do tempo e da FOFA, a partir deste momento utilizarei a 1ª pessoa do plural. Trataremos aqui também os resultados da análise documental, informações obtidas através de entrevista a informante-chave e o vivenciado nas quatro oficinas.

4.1 Oficina: linha do tempo

Apresentamos a história do ponto de economia solidária através da linha do tempo, disponível no site (Carrasco, 2022). Nele são apresentados eventos relevantes e destacadas as informações sobre a implantação do Ponto de Economia Solidária, objetivos, eventos, empreendimentos, parcerias, educação/capacitação, participação e controle social, acompanhando cronologicamente as lembranças mencionadas pelos participantes da oficina, realçando as passagens históricas levantadas e realizadas de forma participativa pelo grupo que o compõe.

- **2016**

Nesse primeiro ano de existência oficial, o grupo aborda as origens do que viria a ser a equipe do Ponto de Economia Solidária do Butantã. Os participantes mencionam os grupos de geração de renda que se originaram nos CAPS e CECCOs da região Oeste do município de São Paulo, como o Cobra Criada, Bar Saci e Bibitantã. Falam sobre a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária constituída por profissionais da saúde, usuários e seus familiares e que serviu de esteio para a formulação de uma política pública de respaldo social, conforme mencionado nessa oficina.

Registramos a nomeação da pessoa que ocuparia o cargo de Responsável Técnica (RT) do Ponto pela Coordenadoria de Saúde Oeste, a Terapeuta Ocupacional

Maria Cristina Tissi, servidora pública e militante nesta interface Saúde Mental/Economia Solidária.

Sobre sua origem dentro do campo de saúde mental, destacamos um trecho da entrevista com a referida RT, realizada pelo projeto Cartografia Social do Butantã e que aborda outro aspecto desta origem levantada, não enquanto uma política pública propriamente dita, mas como um possível gerador de políticas públicas:

O Ponto foi criado não como uma política pública. Não havia uma intenção da Secretaria - isso foi na gestão anterior - de criar Pontos de Economia Solidária, criar incentivos e valorizar a questão do trabalho como reabilitativo, como reabilitador na saúde mental e em outras situações também. O Ponto foi criado de uma forma muito particular, por um movimento muito localizado de serviços, trabalhadores e usuários do serviço de saúde mental, localizado na região Oeste. E em uma circunstância também muito particular: a gente recebeu uma casa, tinha um subprefeito favorável que essa casa fosse usada pela saúde mental e que super topou que esse projeto acontecesse lá. Mas quem tinha que realizar era a Saúde, não a subprefeitura que cedeu a casa. Então, na verdade, a gente diz que é uma política criada de baixo para cima, mas se a gente for pensar bem não é uma política. Ela pode vir a se tornar, ela gera elementos para criar políticas nesse campo. Mas a gente foi criado quase por acidente. Então, nesse sentido, a própria gestão não sabe muito bem o que fazer com o Ponto (Universidade de São Paulo, 2020).

O entendimento sobre sua origem popular, a partir da demanda da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária da região Oeste de São Paulo, aparece também na fala da atual interlocutora de Saúde Mental de São Paulo, que anteriormente ocupou o cargo de interlocutora de Saúde Mental da Coordenadoria de Saúde da região Oeste do município. Através de entrevista com esta informante-chave, a mesma destaca a demanda desse grupo formado por usuários, familiares e profissionais da saúde que compõem esse coletivo e que reivindicam um espaço de produção e comercialização dos produtos dos grupos de geração de renda. Pressão popular e militância que resultou na cessão do terreno da subprefeitura do Butantã e que agora pertence ao Ponto através da SMS-SP:

[...] eu sei que foi na verdade, uma iniciativa pioneira, né? Da rede de economia [...] ali da região da Coordenadoria Oeste, especialmente da região do Butantã, é uma iniciativa pioneira dos trabalhadores, e dos usuários, não é? Tinham a demanda de ter um lugar para poder exercitar a economia solidária, [...] não é, poder ali empreender, se articular com a rede. Essa iniciativa pioneira foi e se concretizou, naquele momento se concretizou no Ponto do Butantã (Entrevista Informante-chave).

Foram lembradas as ações e os esforços, antes da inauguração oficial, para manter a casa em pé, mesmo durante as negociações entre a subprefeitura e a aquisição pela SMS, indicando já o início de um trabalho em autogestão: “Com a casa, mas sem conseguir ocupar oficialmente, formaram-se grupos de responsabilização pela limpeza, reforma, vaquinha para pagar as contas pendentes etc.”, conforme apresentado na linha do tempo

Em 2016, mesmo antes da inauguração oficial, parcerias já começaram a ser realizadas: Rede Butantã, Conselho Gestor da Supervisão Técnica de Saúde, ITCP, significativo esteio para o processo de territorialização. Ainda segundo a RT na entrevista anteriormente citada:

A gente passou três anos trabalhando no projeto do Ponto, já com a casa, com a chave na mão, até que a gente, de fato, conseguisse fazer a mudança e abrir o Ponto. Nesse período, a gente esteve muito presente na Rede Butantã, que acompanhou muito de perto o esforço para criar o Ponto. A Rede Butantã é formada por movimentos e entidades sociais atuantes em todos os distritos do Butantã. Isso trouxe para a gente muitos amigos e muitos relacionamentos, muita gente no Butantã, muitas lideranças, muitas pessoas que estão engajadas na melhoria da condição de vida das pessoas do Butantã, conhecem o Ponto, procuram o Ponto, usam o Ponto, pedem o Ponto para fazer eventos, para fazer treinamentos, fazer capacitações, e a gente está sempre muito disponível para essas relações (Universidade de São Paulo, 2020).

A partir da assinatura, pelo secretário municipal da Saúde, da Portaria SMS 17017/2016 (São Paulo, 2016b), institui-se o Ponto de Economia Solidária, Comércio Justo, Cooperativismo Social e Cultura do Butantã e se estabelecem diretrizes para seu funcionamento enquanto equipamento pertencente à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Também foram lembrados os dois eventos de inauguração: o primeiro, não oficial, com o lançamento dos livros: *Medicalização em Psiquiatria* e *Teoria e crítica em Saúde Mental*, do Prof. Paulo Amarante, da Fiocruz, pela livraria Louca Sabedoria, com a presença do autor. Na ocasião também houve o chá de cozinha do Bar Saci, em que cada um foi convidado a contribuir com algum utensílio de cozinha para ajudar a equipar parte do EES.

Foi lembrada e registrada a presença, na inauguração oficial, ocorrido no último ano de gestão do prefeito Fernando Haddad, da então primeira-dama Ana Estela Haddad e do secretário de Saúde Municipal em exercício, Alexandre Padilha.

Ainda referente ao ano de 2016, elencaram-se os objetivos do Ponto de Economia Solidária. Foram lembrados seus princípios, alicerçados pelos valores éticos advindos da Reforma Psiquiátrica Brasileira e seu compromisso operacional com o Eixo 7 da RAPS. Sobre esse tema, a portaria que traz sua oficialidade enquanto equipamento da SMS diz, em seu artigo primeiro:

Art.1º - Implantar o Ponto de Economia Solidária, Comércio Justo, Cooperativismo Social e Cultura do Butantã como componente VII da RAPS Oeste Estratégias de Reabilitação Psicossocial para apoio e desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda e formação de empreendimentos econômicos solidários com vistas a fortalecer a autonomia econômica e social de pessoas em desvantagem (São Paulo, 2016b).

Vale ressaltar que o conceito de pessoas em desvantagem aqui mencionado foi referenciado pela lei 9.867, de 10 de novembro de 1999, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica em seu artigo 3º:

Consideram-se pessoas em desvantagem, para os efeitos desta Lei:
I – os deficientes físicos e sensoriais;
II – os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos;
III – os dependentes químicos;
IV – os egressos de prisões;
V – (VETADO)
VI – os condenados a penas alternativas à detenção;
VII – os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo (Brasil, 1999).

Com relação ao Eixo 7 da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída por meio da Portaria nº 3088 do Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2011), consolida um modelo de atenção aberto e de base comunitária e dividida em 7 eixos, sendo este último o que se refere a Estratégias de Reabilitação Psicossocial como Iniciativas de Geração de Trabalho e Renda; Empreendimentos Solidários e Cooperativas Sociais.

A portaria do Ponto (São Paulo, 2016b) traz em seu artigo 1º, o objetivo de fortalecer a autonomia tanto social como econômica de pessoas em situação de

desvantagem. A portaria também considera como missão a promoção de oportunidades de inclusão no mundo do trabalho de pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool ou outras drogas e a articulação das redes de saúde mental e economia solidária com os recursos disponíveis no território.

Em sua entrevista ao Projeto Cartografia Social do Butantã (2020), a RT afirma que o principal desafio do ponto seria gerar renda digna para seus trabalhadores, manter-se permeável às necessidades do território, trabalho em rede e sobreviver apesar da legislação frágil que garantem sua permanência:

[...]eu costumo dizer que o principal desafio do Ponto é gerar renda de verdade para os seus trabalhadores. Então, isso é importante. Isso é o desafio de consolidar os empreendimentos; que todos os trabalhadores possam ter uma renda é importante, mas que não é só isso. A gente tem esses desafios de estar sempre sendo mais instituinte do que instituído; cuidar para que a gente não se torne uma estrutura dura, que a gente consiga se manter permeável ao território, ao que vem de fora, que a gente possa também imprimir a nossa marca nesse território, que os nossos trabalhadores possam fazer isso também, se sentir fazendo parte de redes, de cadeias de produção, de comercialização. Eles acabam sendo os excluídos que viram, hoje, os que promovem a inclusão, de certa maneira, quando eles participam nessa forma de rede (Universidade de São Paulo, 2020).

Por outro lado, a atual assessora de Saúde Mental da SMS-SP traz como objetivo principal a inclusão de pessoas em desvantagem social no trabalho:

Inserir essas pessoas no mundo através do trabalho, não é? Acho que é uma forma de concretizar o eixo 7 da reabilitação psicossocial, onde aquela pessoa está de verdade ali no mundo, exercendo um outro papel, não aquele papel de doente, de estar excluído, de uma pessoa que simplesmente faz tratamento e precisa de cuidados, ao contrário, ela tem ali uma contratualidade, um serviço no território através do mundo do trabalho. Eu acho que essa é a principal missão. (Entrevista Informante-chave)

O Ponto de Economia Solidária nasce do desafio de incluir pessoas em desvantagem social dentro de um cenário de trabalho e que gere uma renda digna. Através da análise de documentos, participação em assembleias e reuniões temáticas, conclui-se que a ideia original do grupo da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, de onde se origina o projeto do Ponto de Economia Solidária, é descolar a geração de renda do ambiente de tratamento onde eram incubados pelos CECCOs, CAPS etc., trazendo um formato mais profissional para a reabilitação

psicossocial e construindo outro tipo de relação entre as pessoas e o trabalho, com um modelo inovador para a operacionalização do Eixo 7 da Raps:

O tratamento acontece fora do Ponto, nos serviços de saúde aos quais cada usuário está vinculado. E, nesse momento que a gente vai questionando que lá não é um lugar de tratamento, mas lá também não é o lugar do exercício da relação terapeuta-paciente, a gente vai questionando esse modelo (Universidade de São Paulo, 2020).

No mesmo ano de 2016, houve a primeira eleição para o Conselho Gestor (CG) de um ponto recém-inaugurado. Essa diretoria restringiu-se à equipe interna do Ponto, mesclando pessoas que estariam representando a gestão, facilitadores no segmento trabalhadores e os trabalhadores dos EES no segmento usuário, para respeitar o formato padronizado para um conselho gestor do SUS. Talvez por estar recém-formada, essa equipe apostou numa formação e aproximação mais interna, favorecendo a grupalização da equipe. Ao longo de sua existência, a formação dos CG passará por mudanças em seu conjunto formativo, já na eleição de 2018.

- Sobre os Empreendimentos em Economia Solidária (EES)

Alguns dos EES tiveram sua origem ligada a uma experiência anterior ao surgimento do Ponto, como a Livraria ou mesmo a Comedoria Quiririm, enquanto um desdobramento do Bar Saci. Já o EES “Orgânico no Ponto” surgiu dentro do próprio Ponto, inicialmente com a participação de quatro trabalhadores vindos principalmente dos CAPS Adulto Butantã e do CAPS Adulto Itaim Bibi. Contava também com uma facilitadora do Ponto e uma colaboradora do CAPS que dedicava 6 horas semanais a esse trabalho. Inicialmente com a parceria do ITCP com o qual foram realizados a organização dos processos de trabalho e os contatos com produtores orgânicos, tanto do pequeno produtor familiar como dos cooperativados, como registra o artigo publicado:

(...) foram criados mecanismos de associação direta entre consumidores e agricultores baseados nos princípios do Comércio Justo e Solidário, com o intuito de construir circuitos curtos de comercialização. Na esteira desse processo é possível reconhecer as feiras agroecológicas e os Grupos de Consumo Responsável (GCRs). Esses últimos organizam pessoas interessadas em produtos orgânicos para realizarem uma compra conjunta diretamente com os agricultores. Dessa forma, buscam baratear o frete dos produtos

dividindo o valor entre os compradores, sem necessidade de remunerar uma empresa “atravessadora” (Mambro et al., 2019).

Inicialmente começamos com a comercialização de cestas de hortifrutis. A intenção era gerar renda para esses trabalhadores através de produtos que promovessem a saúde de forma integral, comercializando comida sem veneno e beneficiando tanto o cliente como o fortalecendo o comércio dessa rede de produtores orgânicos e agroecológicos. Numa visita ao nosso primeiro produtor, a intenção foi construir uma relação mais próxima, conforme os preceitos que norteiam o trabalho em rede na ES, mas que, na fala da então RT do Ponto, já traz uma relação intrínseca com a Promoção de Saúde:

A saúde – lá na oitava Conferência (Nacional de Saúde), o pessoal já escreveu isso, um parágrafo enorme para dizer o que é saúde – está intimamente relacionada com as condições de vida, de trabalho, de educação, de acesso a direitos. Esse acho que é o entendimento que a gente tem no Ponto (Universidade de São Paulo, 2020, p.7).

Os participantes da oficina registraram a visita do Dr. Paul Singer, professor emérito da USP, que muito honrou a todos que fazem parte da equipe do Ponto, devido ao fato de que grande parte de sua trajetória foi dedicada ao trabalho na economia solidária, seja no campo acadêmico, com a publicação de vários livros sobre o tema, quanto na formulação de políticas públicas quando atuou como Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, de 2003 a 2016.

Partindo de sua defesa dos implantes socialistas¹², o autor afirma que “o programa de economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (Singer, 2002, p.112). Para Singer, os implantes socialistas são importantes porque permitem a construção de uma nova cultura econômica, baseada na cooperação, na solidariedade e na responsabilidade social, em contraposição à cultura individualista e competitiva do capitalismo. Além disso, essas iniciativas são fundamentais para a construção de um

¹² Os implantes socialistas são formas de introduzir elementos socialistas na economia capitalista dominante, visando criar uma economia mais justa e igualitária. Esses elementos podem incluir a criação de cooperativas de produção e consumo, a formação de redes de economia solidária, a promoção do comércio justo e da agricultura familiar, entre outras iniciativas.

mundo mais justo e sustentável, onde o desenvolvimento econômico esteja a serviço do bem-estar da sociedade como um todo.

- **2017**

No dia 1º de julho do ano de 2017, foi inaugurada a Escola de Formação em Economia Solidária, no Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã. Além da presença do professor Paul Singer, tivemos a presença de outros importantes professores: André Ricardo Souza, Sylvia Leser, Joannes Forte e Reinaldo Pacheco da Costa. Essa aula foi gravada e disponibilizada pelo YouTube.¹³(Comunicação verbal)

A Escola de Economia Solidária, conforme registro em atas e reuniões de planejamento do Ponto, surgiu de uma proposta do ex-secretário nacional de Economia Solidária Paul Singer, quando de sua primeira visita ao Ponto. Foi criada em conjunto com outros parceiros, tanto das universidades com suas incubadoras de cooperativas como dos movimentos ativistas em ES. O Projeto da Escola de Economia Solidária transformou-se em ação a partir de um modelo de aulas e trocas de experiências com eventos mensais ocorridos aos sábados no Ponto. Trazia experiências, histórias e elementos para refletirmos através de temas que pudessem conduzir ao fortalecimento da Economia Solidária. O ciclo de atividades teve início com esse evento levantado pelo grupo de sistematização em 2017 e perdurou até 2019.

Nesse mesmo ano de 2017, há o registro da inauguração de outro EES no Ponto – a Comedoria Quiririm, grupo que se forma no Ponto a partir do Grupo do Bar Saci e se constitui com uma proposta renovada de seu coletivo a partir de uma alimentação majoritariamente orgânica. A chegada da facilitadora que encampou esse projeto junto ao coletivo também é registrada. A relação com a facilitadora que acompanha o dia-a-dia nas dificuldades cotidianas, na organização e no auxílio ao direcionamento dos processos de trabalho destaca-se nas discussões na oficina, embora esse processo de mudança mencionado envolva um coletivo acompanhando

¹³ Aula inaugural disponível no Youtube em: (458) Escola de Formação em Economia Solidária - Aula Inaugural - YouTube

essas capacitações. Cite-se aqui o registro de alguns objetivos trabalhados pela equipe do ITCP/USP no apoio a essa mudança da proposta de trabalho que envolveu não só o EES Quiririm, mas o EES Orgânicos do Ponto, passando a estabelecer um novo fluxo de trabalho interno entre os dois EES:

O projeto segue uma tentativa para implementar medidas que desenvolvam a viabilidade econômica dos empreendimentos, onde a ITCP vem auxiliando num primeiro momento na gestão do empreendimento, realizando estudos de viabilidade econômica, divulgação, logística de compras e fechamento de caixa, por um entendimento de que a demanda financeira das cooperadas é imediata. Além disso, a partir das atividades de formação, buscamos estimular frentes de atuação no grupo de acordo com habilidades identificadas para a construção de um caminho para a maior autonomia do grupo (Svartman et al., 2018).

Dentro do campo das parcerias, foi lembrado o início da parceria no campo da Economia Solidária com a feira feminista junto à Amesol – Associação de Mulheres em Economia Solidária; mensalmente eram realizadas as feiras a partir do planejamento dessas duas equipes, assim como os processos de administração e organização do espaço. Vale ressaltar que essa parceria durou até meados de 2020, encerrando-se com o surgimento da pandemia Sars-Cov 2.

Foi registrado, enquanto evento cultural, o início dos ensaios do Cordão Bibitantã, grupo carnavalesco criado em 2006 formado por usuários, familiares, profissionais de saúde mental dos territórios do Itaim Bibi e Butantã, que começou a realizar seus ensaios semanais dentro do Ponto. Outro evento lembrado foi o “Samba pela Democracia”, em que grupos de samba, mas também de outros gêneros musicais brasileiros, como o forró, se reuniam em apresentações musicais, geralmente às sextas-feiras. O mote “Pela Democracia” se enlaça dentro de um contexto de fortalecimento do processo democrático brasileiro, posto em xeque após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, em um processo bastante questionado pela sociedade civil atual.

Nas publicações em rede social, no Facebook®, rede social muito usada para veicular os eventos do Ponto, no ano de 2017 verificamos que houve outros eventos educacionais, culturais e formativos além dos citados pelos participantes: ciclo sobre consumo consciente e responsável, lançamento de livros, sarau, formação em precificação, expedição sobre rios soterrados na região e muitos outros. Demonstra-

se aí a grande produção cultural, orquestrada pelo Ponto e sua vocação para os encontros ricos em diversidades.

Para encerrar esse ano, conforme documentação da Câmara dos Vereadores de São Paulo em seu acervo digital (São Paulo, 2016a), mencionada nessa oficina, registrou-se a aprovação, em segunda votação pela Câmara dos Vereadores, do projeto de lei de autoria dos vereadores Juliana Cardoso e Eduardo Suplicy, o PL 485/2016, que institui o Programa Pontos de Economia Solidária na cidade de São Paulo, inspirado nos Pontos Butantã e Bedito, pioneiros na cidade. O prefeito, à época, porém, não sancionou o PL, pois alegou que a economia solidária seria do âmbito da secretaria do Trabalho. Esse resultado levou a certo desânimo por parte do coletivo, mas trouxe também elementos para refletirem sobre possíveis erros na condução do processo, conforme discussão realizada na oficina.

- **2018**

Iniciamos o registro do ano de 2018 com o grupo lembrando a segunda eleição do Conselho Gestor do Ponto. Enquanto controle social, essa eleição trouxe uma mudança substancialmente estratégica na formação da nova chapa do Conselho Gestor. Em relação à chapa de 2016, nessa nova eleição tivemos mudanças em sua formação, com a entrada de representantes da comunidade do entorno do Ponto. Segundo a RT em entrevista para o Cartografias, essa mudança favoreceu a permeabilidade da equipe do Ponto com seu entorno:

A gente fez questão de abrir o Conselho, de promover que a comunidade participasse no segmento usuário. Esse segmento, antes, era ocupado pelos trabalhadores dos empreendimentos. E a gente achou que a comunidade tinha que estar presente nesse Conselho Gestor. E isso nos ajuda muito, porque esse Conselho gestor, hoje, se ocupa basicamente das questões que levam o Ponto mais para fora. Ele não é um Conselho Gestor que vai lá para observar e para cuidar de como os empreendimentos estão funcionando. Ele acaba se ocupando muito mais das relações do Ponto com o território (Universidade de São Paulo, 2020).

Com relação aos EES, nesse ano houve a expansão do Orgânicos no Ponto, com maior diversificação de produtos orgânicos e agroecológicos, o que fez aumentar a oferta desses produtos e conseqüentemente o número de seus fornecedores, trazendo maior complexidade na organização e na rotina do EES. Esse aumento de número de fornecedores foi atrelado a um CNPJ que facilitasse a comercialização, já que o Ponto, sendo um equipamento da SMS, não dispunha de tal número. A solução escolhida foi acionar a Associação Vida em Ação (AVA), que, enquanto associação ligada a movimentos de geração de renda e saúde mental, ofereceria assessoria jurídica e contábil ao Ponto. A AVA é uma organização da sociedade civil cuja finalidade estatutária é defender os Direitos Humanos, apoiar pessoas em vulnerabilidade social, econômica e cultural e fomentar ações de arte, cultura e inclusão no trabalho associativo e cooperado. É estruturada em Núcleo de Arte e Cultura (2016), Núcleo de Apoio ao Trabalho Associativo e Cooperado (2016), Núcleo de Formação, Ensino e Pesquisa (2017) e Grupo de Gestão Contábil (2020) (Aranha e Silva et al., 2021).

Vale ressaltar que essa parceria só foi oficializada em 2020, com a assinatura do acordo de cooperação entre a AVA e a SMS (link nas Referências Bibliográficas)

Tivemos nesse ano um projeto realizado junto à equipe do Centro de Saúde Escola Samuel Barnsley Pessoa (CSE Butantã), cujo objetivo foi a inclusão de pessoas trans em grupos autogestionados de geração de renda da região Oeste do município. Essa parceria foi lembrada por um dos subgrupos na oficina e, após a discussão, foi incluída na linha do tempo com a anuência de todos, ressaltando-se a importância da inclusão de uma trabalhadora trans na equipe do Ponto e o impacto em favor de uma maior diversidade na população atingida.

Já dentro das parcerias intersetoriais, o Programa Operação Trabalho (POT), ligado à Secretaria do Trabalho, também foi lembrado pela maioria dos subgrupos. Tendo como objetivo a reinserção no mercado de trabalho de pessoas provindas de famílias de baixa renda, esse programa estimulava a criação de hortas em equipamentos de saúde da região, beneficiando com uma bolsa de 1 salário-mínimo para trabalhadores cuidarem e atuarem como agentes multiplicadores junto às organizações comunitárias e coletivos sociais na implantação de projetos de agricultura orgânica. O Ponto recebeu dois bolsistas, com carga horária de 30 horas semanais cada um, para trabalhar no fortalecimento e manutenção da horta do terreno do Ponto.

Dentro dos eventos culturais, tivemos a programação “Encontro no Ponto”, projeto que reuniu diversas pessoas, organizações e grupos de artistas no Ponto de Economia Solidária do Butantã, proporcionando um dia especial para alimentar o corpo e a alma com diversidade de alimentos, arte e cultura. As vendas dos EES eram impulsionadas pelas apresentações culturais, além de fortalecer as parcerias dentro da rede de economia solidária.

Os participantes das oficinas colocaram em destaque um de seus grupos, que ensaia a dança do Boi Bumbá e se apresenta nas festas já consagradas pela comunidade do Butantã e entorno. Realizado pelo Grupo Cupuaçu, associação que atua na criação, pesquisa e difusão da cultura brasileira e em especial das manifestações culturais maranhenses, localizado no bairro em frente ao Ponto, carinhosamente chamado de Morro do Querosene.

- **2019**

No ano de 2019, o Ponto deu início a um projeto intitulado “Cineclube do Ponto”. O objetivo foi a exibição de filmes e a discussão de assuntos relacionados à Economia Solidária/Saúde Mental, como agroecologia e Reforma Psiquiátrica, entre outros. Criou-se um grupo composto pela equipe do Ponto junto a professores e estagiários da USP para ajudar na organização, na elaboração de materiais para a divulgação das apresentações e na mediação dos debates que aconteciam com o público após a exibição dos filmes.

A estreia do Cineclube, registrada pela oficina, contou com a exibição do filme *Chegando ao Ponto*, dirigido pela Terapeuta Ocupacional (TO) do Ponto, Denise Laizo, e Gianni Puzzo, fotógrafo e colaborador do Ponto. O documentário apresenta a história do Ponto com o depoimento das trabalhadoras e trabalhadores sobre o significado dessa iniciativa para a vida de cada um deles e para a Luta Antimanicomial. Ao final da exibição, a professora do IPUSP Ianni Scarcelli apresentou uma reflexão sobre os temas abordados e compôs com o público num debate muito rico e proveitoso.

O início das discussões sobre Banco Comunitário, a partir de uma aula da Escola de Economia Solidária, foi lembrado e registrado na linha do tempo. Segundo Melo Neto Segundo e Magalhães (2009), os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são tecnologias sociais de uso das comunidades voltadas à gestão

de serviços financeiros e solidários, de natureza associativa, com foco na geração de trabalho e renda, a partir de princípios da Economia Solidária e objetivando promover o desenvolvimento local.

As reuniões com essa temática se iniciaram nesse período e contaram com pessoas de movimentos sociais da sociedade civil, marcando muitos avanços em sua realização.

Dentro de uma temática educacional e de capacitação para o trabalho, o grupo mencionou a visita à Cooperativa Terra Viva, fornecedora do EES Orgânicos no Ponto, através do Projeto Cartografia Social do Butantã. Esse projeto surgiu de um edital da Pró-Reitoria de Graduação e contou com docentes da USP, os quais participavam do Ponto através de seus estagiários: Instituto de Psicologia (IP), Terapia Ocupacional (TO) e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Vale ressaltar que, nesse período, a RT do Ponto, a partir deste edital, reuniu docentes e seus estagiários que mantinham parcerias com o Ponto, para juntos pensarem uma proposta de intervenção de cunho interdisciplinar, contando com a realização de oficinas, entrevistas, além de visitas monitoradas. Interessante pontuar que, das diversas frentes desse projeto, o lembrado foi a visita à cooperativa, mostrando a importância desses encontros entre os que comercializam e os que produzem e seus efeitos, tanto na reflexão como nas ações das pessoas envolvidas.

Outra visita lembrada pelo grupo foi a realizada ao Instituto Vladimir Herzog, através do Projeto Territórios da Memória, com o objetivo de resgatar a memória e fortalecer seu conhecimento acerca dos territórios periféricos, pouco escutados pelas narrativas tradicionais. Dentro desse projeto, foi realizada uma oficina junto ao Ponto de Economia Solidária com o objetivo de promover encontros, mobilizar histórias e produzir deslocamentos necessários à memória de São Paulo (Instituto Vladimir Herzog, 2019).

Dentro dos processos de trabalho dos EES, ao mencionarem a aquisição do viveiro da horta, equipamento que vem ajudando muito na estruturação desse espaço e seu processo para se tornar também um EES, a parceria estabelecida foi avaliada como negativa pelo grupo da oficina; foi possível inclusive refletir sobre essa relação e em particular sobre alguns valores não compartilhados, os quais iriam de encontro aos valores éticos subjacentes ao trabalho em economia solidária, e concluírem pela não satisfação, pois nem toda parceria resultaria em algo bom para o Ponto.

A reforma da livraria também foi lembrada pelos participantes da oficina, destacando a mudança para um ambiente que antes fora da loja de artesanato. A reforma contou com a ajuda de todos os trabalhadores dos diferentes EES, além de colaboradores ligados à livraria, demandando muita força e criatividade.

- **2020**

Iniciamos o ano de 2020 com a menção na linha do tempo de outra visita, agora à produção agroecológica localizado no Quilombo em Barra do Turvo, com a oportunidade de conhecer o trabalho das agricultoras aí estabelecidas e apoiadas pela SempreViva Organização Feminista (SOF) junto à rede de grupos de consumo solidário e à Associação Mulheres em Economia Solidária (Amesol). A proximidade com o cotidiano de trabalho das produtoras e seus efeitos no trabalho foram discutidos e seu sentido localizado como integralizador para um trabalho em rede.

Outro momento muito importante para a organização dos trabalhos no Ponto foi o planejamento ocorrido em meados de fevereiro de 2020, com duração de cinco dias. Durante esse período, os trabalhos nos EES foram suspensos. Houve ampla participação de trabalhadores, servidores, colaboradores e parceiros. Algumas pautas discutidas nessa semana, de forma participativa e dialógica, junto ao grupo foram resgatadas em análise documental, a partir de registros em atas de reuniões de comissões e assembleias:

- relações comerciais, rede de consumo responsável, comércio justo. Parcerias, território;
- financeiro: prestação de contas, empreendimentos, fundo do Ponto, transparência;
- acolhimento: funcionamento e crescimento do Ponto, porcentagem de trabalhadores de serviços de saúde mental;
- formalização jurídica;
- eventos: cronograma, periodicidade;
- criação de novos empreendimentos;
- encontros, Feira Feminista, cineclube / temas;
- empreendimento: metas, processos de trabalho, formação, investimento; estratégia de inclusão no trabalho.

- Pandemia SARS- Cov2

A decretação da pandemia e a necessidade de isolamento social foram lembradas como um grande acontecimento que afetou a todos. Abrimos aqui um parêntese para apresentar as dificuldades e soluções encontradas pelo grupo de trabalhadores e facilitadoras para a continuidade de algumas atividades.

Talvez o momento de maior impacto sobre a permanência e continuidade do Ponto foi no início da pandemia do SARS-Cov2. Em 17/03/2020, foi postada a seguinte mensagem pela equipe de divulgação em rede social, Facebook ®:

É com muita tristeza que estamos reduzindo drasticamente as atividades no Ponto de Economia Solidária do Butantã. Manteremos por tempo indeterminado a comercialização de produtos orgânicos, livraria e loja com horários e escalas de trabalho reduzidos. Estaremos com a Comedoria fechada, tendo em vista a impossibilidade de manter uma escala mínima em razão de fatores de risco entre as trabalhadoras. Estaremos por esse longo tempo distantes das pessoas com quem convivemos todos os dias e com quem vimos construindo em parceria esse projeto de inclusão social e geração de renda. Não sabemos se seremos todos capazes de suportar a separação, o isolamento, à distância. Não temos recursos para manter a renda mínima dos trabalhadores afastados. Esse tempo pode ser longo demais.

Mensagem pesarosa e que refletia as incertezas de um período muito difícil para toda a classe trabalhadora e principalmente para a camada mais vulnerável da sociedade. Nessa fase, a Comedoria Quiririm teve seus trabalhos totalmente suspensos, o EES Orgânicos no Ponto organizou-se somente fazendo entregas. Seu processo de trabalho foi totalmente alterado, demandando a construção de formulários online para os pedidos entre os clientes previamente cadastrados em grupos pelo WhatsApp e as entregas com prioridade para os idosos do distrito do Butantã. Alguns trabalhadores do EES não puderam continuar seu trabalho, pela contaminação do vírus, ou realizaram suas atividades de forma remota. Alguns trabalhadores de outros EES suspensos foram agregados a esse grupo de trabalhos presenciais da pandemia. A loja também passou a vender seus produtos por meio do formulário online dos orgânicos. A livraria passou a vender seus produtos de forma remota pela plataforma “Estante Virtual”. As assembleias e reuniões do Conselho Gestor passaram a ser online, pelo WhatsApp®, forma mais fácil de acesso a quase todos os trabalhadores. Tempos de muita angústia pelo isolamento e pela ameaça de

um vírus que muito pouco se conhecia. Mas sempre com muita esperança! Sobre isso, foi feita uma divulgação também pela equipe de divulgação na rede Facebook® (2020), quase um mês depois da suspensão dos trabalhos presenciais:

Dia 18 de março, há quase um mês, foi nosso último dia de funcionamento "normal (?)" no Ponto. Fechamos a Comedoria no dia seguinte e dias depois, os demais empreendimentos, e encerramos os atendimentos presenciais. Cada trabalhador foi para um lado e ficou um buraco esquisito. Orgânicos se reorganizou para entregas em domicílio, a livraria Louca Sabedoria restringiu suas atividades à Estante Virtual, e nossos encontros passaram a acontecer no WhatsApp. Essa semana tivemos a feliz ideia de realizar uma assembleia virtual pelo WhatsApp mesmo. E então o coletivo se restabeleceu! Estamos formando frentes para promover comercialização virtual, fundo de promoção de renda aos trabalhadores e reorganização da área de finanças. O mais importante agora é que ninguém solte a mão de ninguém (eita frase potente!). Continuamos vivos e criativos. Tem novidades a caminho!

Salienta-se aqui, pelos participantes da oficina Linha do tempo, o esforço de resistência para a continuidade dos trabalhos do Ponto e a adaptação de alguns processos, com trabalho híbrido e online. Formou-se um grupo de trabalhadores dos diversos EES que mantiveram o trabalho de comercialização de produtos orgânicos, com entregas em casa. Colaboradores e facilitadores entraram na frente de trabalho, ajustando os processos para as entregas e atuando na capacitação para refazer os pedidos online junto aos outros EES, como a livraria Louca Sabedoria ou a loja Pé à Biru. Alguns trabalhadores foram afastados, devido à idade ou por comporem outros critérios do grupo de risco. Muitos esforços foram feitos para continuarmos com o grupo coeso e ajudando na ajuda de custo para as necessidades básicas.

- Rupturas

Ainda dentro desse período de pandemia, o Programa Operação Trabalho (POT) da Secretaria do Trabalho, iniciado em 2018, propiciou a presença de bolsistas que trabalhavam na horta do Ponto. A ruptura de uma parceria, devido à suspensão do programa pela referida secretaria em 2020, fez com que a manutenção da horta passasse a ser uma atividade desenvolvida pelos colaboradores da comunidade do entorno.

Outro momento vivenciado como uma ruptura pelos participantes, ocorrida durante a pandemia, foi a saída do EES Ybiatã, que produzia e comercializava

artesanato como bolsas, almofadas e acessórios domésticos. Esse grupo já existia antes do surgimento do Ponto, como um coletivo ligado ao CAPS Adulto Lapa pela terapeuta ocupacional e facilitadora que os acompanhava. Com a aposentadoria da servidora, o grupo decidiu se desligar do Ponto e seguir com seus trabalhos, de forma autônoma, junto à Rede de Saúde Mental e Economia Solidária.

E terminamos esse conturbado ano de 2020 também com uma notícia nada apaziguadora: o Ponto foi notificado pela SMS sobre o interesse do Instituto Butantan (IB) sobre o terreno do Ponto devido ao projeto de expansão de sua fábrica de vacinas. O IB solicitou a cessão do terreno para a criação de uma entrada de caminhões e estacionamento de toda a área abrangida, não só pelo terreno do Ponto, mas as também as dependências do colégio estadual de ensino médio, EE Alberto Torres, e o equipamento de atenção básica CSE Samuel Barnsley Pessoa. Algumas tratativas sobre o assunto já haviam sido iniciadas no ano de 2020, com a visita de técnicos do IB ao Ponto, com membros do CG e representantes da SMS-SP, mas a situação se encontrava em estado de suspensão, como salientado pelos participantes da oficina na linha do tempo: “Término do ano ainda sem retorno da situação com IB”.

- **2021**

Começamos 2021 com duas ameaças percebidas: a primeira, referente ao pedido de aposentadoria da responsável técnica e uma das fundadoras do Ponto, percebido como ameaçadora à sobrevivência desse coletivo devido à percepção de forte liderança que a RT representava para as trabalhadoras (ES) e pela já frágil formação da equipe, pois seria a segunda aposentadoria de facilitadoras em curto espaço de tempo, deixando a equipe reduzida a 50% da sua formação original, e a segunda, referente à já formalizada ameaça de cessão do terreno ao IB. Tudo isso num contexto de pandemia, em que o grupo estava desagregado e sofrendo as consequências financeiras e emocionais pela crise gerada.

No mesmo ano, a partir do processo de remoção de servidores aberto pela SMS, em decorrência de convênios estabelecidos entre a SMS e Organizações Sociais, que passaram a gerenciar serviços municipais de saúde, foi possível deslocar servidoras que desenvolviam suas atividades em outros equipamentos de saúde de São Paulo, para compor a equipe do Ponto. Assim, a chegada de mais quatro

servidoras para compor a equipe de facilitadoras trouxe uma sensação de alívio a todos os participantes das oficinas.

- Novas e frutíferas parcerias

Vertendo novamente para os campos das parcerias, a partir da indicação de uma das clientes do EES Orgânicos, a Thousand Currents passou a apoiar financeiramente as ações do EES Orgânicos no Ponto, o que foi lembrado com entusiasmo pela equipe do EES como algo que impactou as ações do Ponto como um todo.

A Fundação Thousand Currents é uma ONG que desenvolve suas ações enquanto elo entre doações e ações fomentadas, fornecendo recursos a comunidades organizadas como movimentos sociais na África, América Latina e Caribe. Movimentam recursos de duas maneiras: fazendo doações diretamente e organizando e educando outros financiadores a transferir dinheiro para formação de base. Os recursos daí advindos foram direcionados para compra de materiais de trabalho, logística para a conservação e armazenamento de estoque e capacitação dos trabalhadores (Thousands Currents, c2023).

Apesar de não mencionados pelo grupo da oficina, esclarecemos que toda a movimentação financeira estabelecida com a ONG foi realizada com auxílio contábil e jurídico da AVA através de CNPJ próprio desde 2017 e oficializado parceria em 2020 através de Termo de Cooperação Técnica junto à SMS-SP, já mencionado anteriormente, nos fatos relatados em 2017.

Mencionando as novas, mas não esquecendo as velhas e igualmente frutíferas parcerias, uma nova visita aos produtores dos orgânicos foi realizada no ano de 2021, financiada pela Thousand, para formação e capacitação dos trabalhadores do Orgânicos no Ponto, e lembrada pelo grupo nessa oficina. Na ocasião, conhecemos tanto as instalações da cooperativa como o local de plantio de seus produtos, localizado em terras reapropriadas ao MST na região de Sorocaba/SP. Segundo informações colhidas nos relatos de nossos anfitriões, o assentamento Dom Helder Câmara, localizado em Piedade (SP), foi uma área de terra que passou por um processo de reapropriação pelo MST. Em 2001, cerca de 300 famílias do movimento ocuparam a fazenda Santo Antônio, que pertencia a uma empresa falida.

A visita foi muito proveitosa, tiramos algumas dúvidas sobre o plantio, colheita, armazenamento, entrando em contato com toda a cadeia produtiva envolvida por todo

o afeto que cerca a produção de alimentos que iremos comercializar e nos alimentar na cidade. Um almoço farto com todas as iguarias de uma verdadeira refeição caipira junto aos nossos anfitriões trouxe energia vital para a continuidade de nossos trabalhos nos dias vindouros.

Outro momento de formação para o trabalho, lembrado pelo grupo, são as recentes formações online em parceria com o Sesc Pinheiros, através do projeto intitulado “Territórios do comum”, com ações em rede voltadas ao tema da cidadania em suas múltiplas dimensões e possibilidades de colaboração, no qual os trabalhadores do Ponto, junto com associações de moradores de duas comunidades do Butantã, buscaram o fortalecimento da rede de economia solidária em nosso território, o Projeto Pontinhos. Promovendo capacitação através de metodologia inclusiva e dialógica sobre temas que envolvem gerenciamento de negócio (estoque, precificação, logística etc.), esse projeto envolve, além do Sesc, parcerias com a AVA, Associações Comunitárias e outras ligadas à rede de ES. Atualmente o grupo formado está aprendendo na prática como organizar uma feira nos moldes da economia solidária.

Também em 2021 foram destacados alguns movimentos e – por que não? – momentos internos aos EES considerados marcantes, como a junção administrativa da loja Pé à Biru com a livraria Louca Sabedoria, alterando-se aí o coletivo autogestionário desses EES. O retorno da oficina de artesanato e a reestruturação da horta também foram mencionados.

- **2022**

Dando continuidade ao projeto de treinamento e capacitação sob investimento da Thousand Currents, visitamos o produtor familiar de produtos orgânicos localizado na região de Ibiúna/SP, outra visita lembrada e envolta em muito acolhimento, estreitando a já estabelecida parceria desde 2016. Essa visita trouxe renovação na parceria, foi possível conhecer a história desse assentamento, conhecer de perto a produção dos alimentos comercializados e trocar informações sobre a forma de produção agroecológica e conservação desses alimentos até a chegada ao cliente. Aos novos trabalhadores do EES Orgânicos, trouxe esse novo conhecimento; aos

mais antigos, uma oxigenação e renovação dessa parceria tão frutífera para todos os envolvidos.

Foi trazido também, para registro na linha do tempo, o convite recebido para uma entrevista no podcast de um famoso artista, o cantor Crioulo. Ainda em fase de edição até a presente data, é visto como uma vitrine na mídia para os nossos trabalhos.

Além disso, foi evidenciada ainda a já estabelecida parceria com o ITCP/USP, somando forças com o coletivo da Horta do Teiú, na tentativa de organizá-la para se tornar um EES. Ainda em fase incipiente até o momento da oficina, foi lembrada pela facilitadora que acompanhava esse trabalho da horta.

- O Ponto fica!

Frente aos avanços, por parte do IB, com vistas à obtenção da cessão do terreno ocupado pelo Ponto, a equipe técnica, juntamente com colaboradores e amigos do Ponto, formou um amplo movimento de resistência a esse projeto. Várias atividades foram pensadas, como a articulação da comunidade; parceiros, apoiadores das esferas políticas, acadêmicas e assistenciais se uniram em apoio ao Ponto de Economia Solidária. Algumas das principais: movimento de ocupação do Ponto com diversos atos culturais e atividades promovidas pela comunidade, reunião com membros do Conselho Gestor e políticos que apóiam a existência do Ponto com as instâncias da Fundação Instituto Butantan, uma audiência Pública na Câmara dos Vereadores de São Paulo além de passeatas, rodas de conversa e o apoio de muitas pessoas e instituições/organizações, que reivindicam a permanência deste serviço. Assim, foi montado um compêndio de cartas de apoio, que foi levado para a Audiência Pública do dia 29 de junho e divulgado aos poucos nas redes sociais com o mote “#OPontofica!”.

4.2 Oficina: FOFA/SWOT

Essa segunda oficina teve por objetivo identificar as Forças (ou Fortalezas), as Oportunidades, Fraquezas e Ameaças ao Ponto de Economia Solidária do Butantã. Foram apresentados os objetivos da oficina, orientações sobre os critérios para a

formação dos subgrupos e para as atividades que seriam realizadas nesses subgrupos; em seguida, a plenária, quando montamos um quadro único com elementos levantados nos subgrupos, respeitando as categorias sugeridas pela matriz FOFA.

Iniciamos apresentando os resultados e discussão a partir das características do ambiente interno ao Ponto, ou seja, as forças e fraquezas, seguindo depois para a apresentação dos fatores externos ao ambiente estudado. Aqui houve certa dificuldade em um dos subgrupos em entender o que seriam fatores internos e fatores externos ao Ponto. Após nova e breve explicação, com o oferecimento de alguns exemplos a partir de elementos que já haviam sido levantados, os participantes voltaram às atividades com assertividade.

- Forças/Fortalezas

Como resultados da oficina, trazemos na Figura 4.1 os itens elencados como Força pela Oficina FOFA:

Figura4.1 - Forças Identificadas por participantes do Ponto de Economia Solidária do Butantã, São Paulo, 2022



Fonte: A autora.

A equipe que participou da oficina de sistematização escolheu como primeira característica de fortaleza, relacionada a fatores intrínsecos ao grupo, o lugar em que estão localizados, uma avenida movimentada do bairro do Butantã, próximo à estação de metrô, com intenso comércio e circulação de pessoas. Também apontam a ambiência do espaço interno da casa, amplo e acolhedor, como um ponto forte, considerando também as características estéticas do lugar.

Em seguida, elencam o trabalho em equipe e o modo como se relacionam enquanto trabalhadores com seus clientes e parceiros, ao enfatizar a forma próxima e acolhedora no atendimento aos clientes, caracterizada como uma relação mais personalizada e afetiva com estes.

A autogestão, enquanto prática gestonária em que as relações são horizontalizadas e todos participam de seu gerenciamento, é mencionada de forma positiva principalmente por seu aspecto não hierárquico, segundo o qual todos compartilham as responsabilidades para a gestão dos empreendimentos e os participantes contam com maior poder de decisão sobre seu trabalho.

A mobilização para o estabelecimento de parcerias mereceu menção, evidenciando a importância de práticas que estimulam o encontro, a intersetorialidade e o fortalecimento de redes sociais comunitárias.

O desenvolvimento de novas tecnologias leves, dentro da práxis, aparece nas falas principalmente das facilitadoras. Segundo Merhy (1997), tecnologias leves são aquelas que se baseiam no conhecimento e na interação entre as pessoas, em vez de dependerem exclusivamente de equipamentos e procedimentos técnicos. Esse conceito de tecnologias leves, mencionado na oficina, é trazido da área da saúde coletiva e faz parte do livro *Agir em Saúde: um desafio para o público*, organizado por Merhy e Onocko-Campos, (Merhy,1997) que reúne diversos autores brasileiros, discutindo diferentes aspectos do trabalho e da atenção à saúde. O capítulo de Merhy é considerado um marco na reflexão sobre as tecnologias leves no Brasil. Elas são caracterizadas por serem mais flexíveis, humanizadas e eficazes, pois envolve a escuta atenta e o diálogo entre profissionais e usuários, permitindo a construção de vínculos de confiança e a valorização da subjetividade e das singularidades dos envolvidos. Isso se reflete na qualidade da assistência prestada, que se torna mais integral, resolutiva e humanizada. Essas tecnologias são complementares às tecnologias duras, que envolvem o uso de equipamentos e procedimentos técnicos, e devem ser integradas em um processo de cuidado integrado e centrado no usuário.

A interface saúde mental/economia solidária possibilitou a geração de uma nova forma de cuidado diante de um cenário de trabalho que se propõe a ser reabilitador. Segundo Aranha e Silva (2012), o trabalho como direito ou o direito ao trabalho, a linha da concepção de reabilitação como cidadania, se constrói em qualquer cenário de prática na rede de serviços, segundo as diretrizes e princípios da economia solidária, sendo a práxis gestada no campo crítico onde a realidade é necessariamente incompleta, transitória, inacabada e imperfeita.

Ser uma política pública de base, como mencionado na linha do tempo, com origem nos movimentos sociais, e conseguir ser absorvido como equipamento público pela SMS-SP também foi visto como uma fortaleza por parte desse grupo. Gastos fixos como casa, água e luz são subsidiados pelo poder público, além do pagamento das facilitadoras.

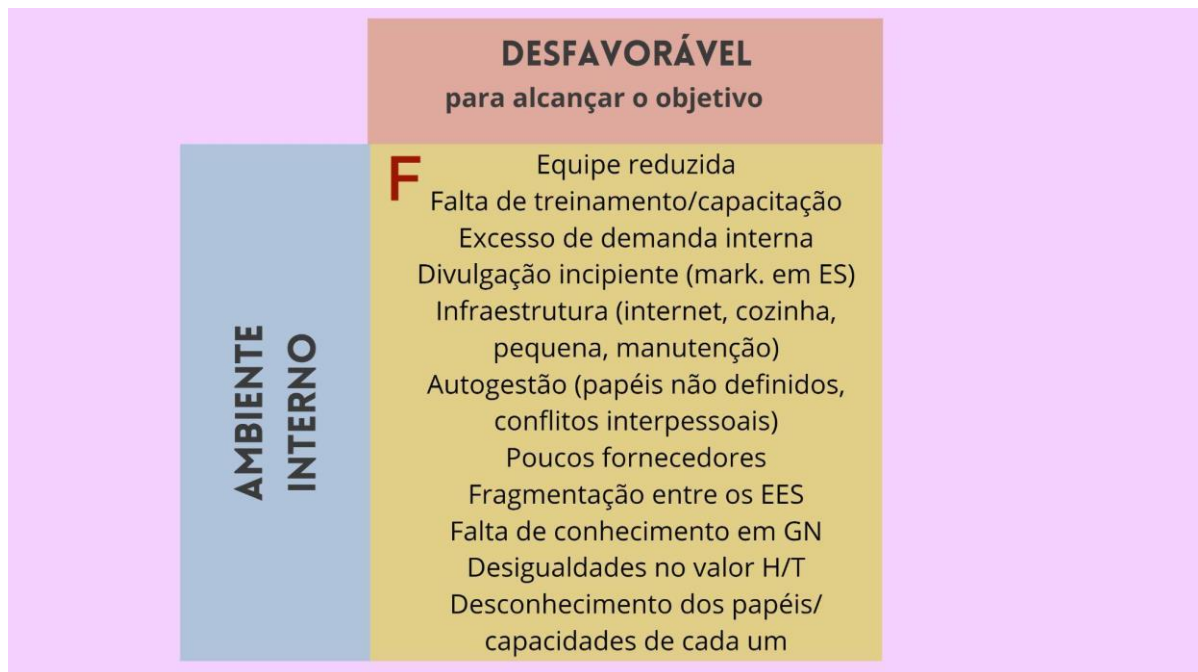
A priorização de que o trabalho no Ponto seja uma forma de colaborar com a geração de renda de seus trabalhadores, embora não tenha sido lembrada entre as primeiras fortalezas elencadas, foi mencionada pelos participantes: a importância de

ser não só uma ação reabilitadora e que gere inclusão no trabalho minimamente remunerado, com práticas que gerem renda digna aos trabalhadores. Além disso, essa renda atende parcialmente às necessidades básicas, o que faz com que eles se sintam valorizados e fortalecidos em seu poder de contratualidade social que aí é engendrado.

- Fraquezas

Na Figura 4.2, apresentamos os resultados do item “Fraquezas” pela Oficina FOFA:

Figura4.2 - Fraquezas identificadas por participantes do Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2021



Fonte: A autora.

Dentre as fraquezas elencadas pelo grupo, o tamanho reduzido da equipe de servidores públicos com atuação direta no serviço foi a primeira a ser lembrada. Enquanto equipamento diretamente administrado pela SMS, a equipe de facilitadores é composta por servidoras públicas concursadas. Vale destacar que, segundo a portaria 17017/SMS-SP (São Paulo, 2016b), o quadro de recursos humanos deste

equipamento é composto por, no mínimo, além de três profissionais técnicos do quadro da saúde, mais um agente de políticas públicas, funcionando, pois, abaixo do número previsto. Além disso, a política de parcerias público-privadas da administração municipal, através de contratos de gestão com Organizações Sociais de Saúde, para a maior parte dos serviços de saúde municipais, teve como consequência a não realização de novos concursos públicos, de forma a suprir eventuais demissões e aposentadorias. No ano de 2022, o Ponto contava, em seu quadro de funcionários exclusivos, com apenas três funcionárias com carga horária de 30 horas semanais cada uma.

A falta de capacitação/treinamento dos trabalhadores também figura entre as primeiras fraquezas intrínsecas do Ponto. Apesar de alguns cursos realizados em parcerias com Sesc e outras organizações sociais (projetos Pontinhos, Territórios do comum) e geralmente oferecidos aos sábados, a ausência de alguns trabalhadores (a) nessas capacitações foi mencionada, o que traz alguns questionamentos sobre qual seria a real fraqueza: a falta de oferecimento da capacitação/treinamento ou o não engajamento/implicação nos espaços que são oferecidos para esse fim? Ou: quais seriam as necessidades prioritizadas para essas capacitações, ou ainda: o fato de as capacitações serem aos sábados seria uma limitação à participação?

Outro fator levantado e nomeado foi a falta de conhecimento técnico em gestão de negócios na perspectiva da Economia Solidária, fator este levantado tanto pelos trabalhadores como pelos facilitadores. Também algumas ações nesse campo foram lembradas, como as parcerias com a Incubadora da USP (ITCP/USP), a “falta de conhecimento em gestão de negócios” talvez possa entrar também enquanto falta de capacitação por toda a equipe. Essa “deficiência” na formação foi salientada, pois suas facilitadoras, responsáveis por representar o equipamento frente à SMS, são profissionais da saúde, sem ter necessariamente conhecimento em negócios.

O excesso de demanda de trabalho interno foi levantado e relacionado à redução da equipe de facilitadores e à falta de implicação ou iniciativa de alguns trabalhadores dos EES com as tarefas simples de planejamento e gestão, como, por exemplo, a falta de proatividade na reorganização do trabalho dentro dos EES, na ausência de um dos trabalhadores.

A divulgação incipiente do trabalho desenvolvido pelo Ponto de Economia Solidária no território foi apontada como uma fraqueza que tem sido amplamente discutida em reuniões e assembleias. O grupo abordou a necessidade de ter um

marketing que valorize as características da forma de se trabalhar em economia solidária, com a valorização de parcerias, trabalho em rede e sustentabilidade e que não caia dentro de uma lógica de competição neoliberal. Atualmente a divulgação das atividades do Ponto é realizada por uma das facilitadoras e um trabalhador do EES Orgânicos do Ponto, através de redes sociais, além de cartazes e banners afixados na fachada do Ponto.

Problemas com a infraestrutura física, relacionados principalmente ao tamanho pequeno da cozinha, que durante a pandemia permitia que apenas três pessoas ficassem nesse espaço, a morosidade na manutenção de equipamentos e instalações da casa, como conserto da pia, troca de lâmpadas e problemas no encanamento, foram lembrados. Além disso, a não disponibilização de rede Wi-Fi pelo serviço público foi mencionada, pois, por vezes, atrapalha a realização de transações comerciais do ponto. Atualmente, com o auxílio de filantropia da ONG Thousand Currents ao EES Orgânicos do Ponto, pode-se fazer esse investimento contratando uma rede Wi-Fi particular. A partir do levantamento das forças do Ponto, com parte de sua logística subsidiada pelo poder público ou o investimento de doações dessa ONG para gastos de manutenção do EES, como mencionado como “Oportunidades”, constata-se certa dependência de do subsídio estatal ou filantrópico da sociedade civil, revelada por esse instrumento de gestão que é a FOFA.

A autogestão, que outrora fora lembrada como uma fortaleza, agora aparece também como uma fraqueza, talvez pelas características ambivalentes que envolvem as relações humanas e seus conflitos inerentes, conforme verbalizado por uma das facilitadoras. Mais adiante, discutiremos de forma mais aprofundada esse tema.

Ter “poucos fornecedores” apareceu relacionado mais ao empreendimento Pé à Biru, mas também foi mencionado com relação ao EES Orgânicos do Ponto. Ter poucos fornecedores possibilita pouca variedade de produtos comercializados, indicando a necessidade de fortalecimento da rede de economia solidária.

Sobre outro item levantado, “Fragmentação do EES”, o grupo relata que cada EES vinha funcionando separadamente, sem que um soubesse o que o outro fazia. Entretanto, paulatinamente, essa forma de trabalho vem sendo revista pela equipe atual, buscando mais ligação entre os processos de trabalho nos diferentes EES. Exemplo são os pedidos de produtos orgânicos pela comedoria através do EES Orgânicos e rodziamento de alguns trabalhadores entre os EES, possibilitando assim não só conhecer o trabalho dos diversos empreendimentos, mas também descobrir e

desenvolver novas habilidades, além de compartilhar novas experiências e conhecimentos.

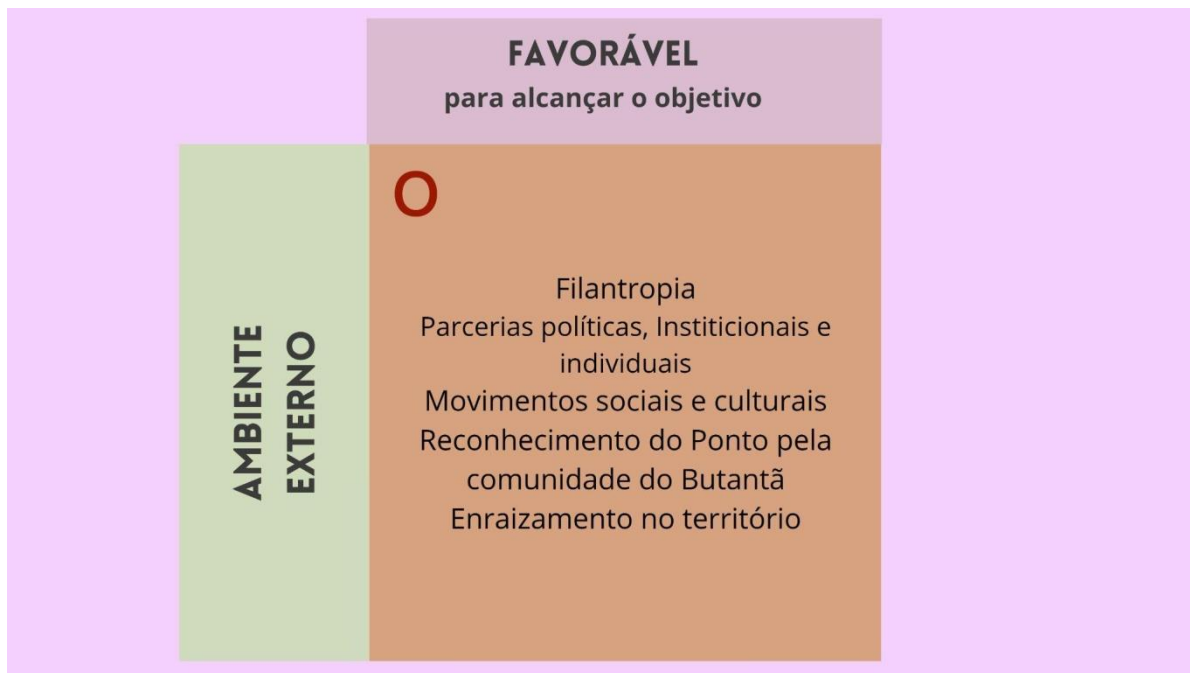
As desigualdades no valor hora/trabalho entre os EES foram observadas e apontadas como uma fraqueza. Há diferenças grandes na remuneração dos trabalhadores dos diferentes EES, bem como no volume de trabalho e de venda de cada EES. Exemplo seria a média de valor da H/T dos orgânicos, que já chegou a R\$ 7,00 e da loja/livraria, com uma média de R\$ 4,00.

Quanto ao item “Potencialidades não conhecidas”, mencionado pelo grupo durante a discussão, percebeu-se tratar de uma falta de conhecimento das habilidades dos trabalhadores que potencialmente poderiam colaborar com as atividades do Ponto, pois não são conhecidas a priori, mas descobertas a partir de seu trabalho nos EES.

- Oportunidades

Na Figura 4.3, elencamos os resultados do item “Oportunidade” pela Oficina FOFA:

Figura 4.3 -Oportunidades identificadas por participantes do PES do Butantã; São Paulo, 2021



Fonte: A autora

Considerando o meio externo ao Ponto de Economia Solidária, a Filantropia é uma grande oportunidade e a principal mencionada. Foi citada a parceria com a ONG Thousand Currents, já lembrada na oficina de sistematização para a construção da linha do tempo, que ofereceu apoio financeiro diretamente para o EES Orgânicos do Ponto e indiretamente a todos os trabalhadores, através de investimento para a capacitação dos trabalhadores e fornecimento de cestas básicas durante a pandemia, além da implementação do Banco Comunitário.

As parcerias políticas, com parlamentares das três esferas de governo, e as parcerias com os movimentos sociais e culturais foram lembradas. As emendas de parlamentares de deputados vereadores através das quais o Ponto foi apoiado financeiramente. Além disso, estes parlamentares pautaram, em suas respectivas esferas de atuação, discussões com vistas ao fortalecimento, reconhecimento e defesa do Ponto.

O “Reconhecimento do Ponto pela comunidade do Butantã” foi outro valor elencado pelo grupo. Foram registrados fatores positivos que levam ao enraizamento do Ponto no território, como por exemplo, o atendimento acolhedor por parte de seus trabalhadores.

- Ameaças

Na Figura 4.4, elencamos os resultados do ítem Ameaças pela Oficina FOFA:

Figura. 4.4 - Ameaças identificadas por participantes do Ponto de Economia Solidária do Butantã; São Paulo, 2022



Fonte: A autora.

O Instituto Butantan (IB) foi listado como a principal ameaça devido ao seu projeto de expansão da fábrica de vacina, administrada pela Fundação Instituto Butantan (FIB), que incluía o terreno ocupado pelo Ponto, transformando-o em entrada e estacionamento para caminhões que trazem insumos e levam vacinas para distribuição. No momento da realização dessa oficina a discussão sobre esse plano estava no auge, e movimentos de luta pela permanência do ponto, com a busca de novas possibilidades para essa passagem/estacionamento, foram sugeridos.

O neoliberalismo também foi listado como uma ameaça devido ao fortalecimento de suas práticas, com a fragilização dos direitos trabalhistas, a diminuição de políticas para a geração de renda e o foco na economia de mercado, que figuraram entre as principais preocupações por ameaçar o trabalho dentro da perspectiva da economia solidária.

Sobre a “ausência de legislação sólida”, cabe aqui o questionamento e a preocupação já relatados na oficina Linha do Tempo, sobre a fragilidade da existência

oficial do Ponto, dado ser amparada por uma portaria e não por uma lei municipal, amplamente discutida em assembleias e reuniões com o CG do Ponto.

A geopolítica em crise, com o início da Guerra na Ucrânia, à época da realização da oficina, também contribuiu para a piora da conjuntura econômica mundial e foi percebida como uma ameaça por esse grupo.

Questões sanitárias foram consideradas ameaças devido à preocupação não só com a pandemia do SARS COV2, mas também pela possibilidade de surgimento de outras epidemias que impactem nossa saúde e conseqüentemente nossa economia.

Na figura 4.5 é possível visualizar a construção final da FOFA trabalhada nesta oficina.

Figura. 4.5 - Resultado da oficina FOFA, Ponto de Economia Solidária, São Paulo, 2022

		Favorável para alcançar o objetivo	Desfavorável para alcançar o objetivo
ATRIBUTOS DA ORGANIZAÇÃO	Ambiente Interno	FORÇA Localização/Ambiência Trabalho em equipe/Comunicação Atendimento acolhedor Autogestão(sem hierarquias, compartilhar responsabilidades) Mobilização para parcerias Desenvolvimento de novas tecnologias dentro de uma práxis Ser uma Política Pública Priorização para viabilidade financeira dos EES	FRAQUEZA Equipe reduzida Falta de treinamento/capacitação Excesso de demanda interna Divulgação incipiente (mark. em ES) Infraestrutura (internet., cozinha, pequena, manutenção) Autogestão(papéis não definidos, conflitos interpessoais) Poucos fornecedores Fragmentação entre os EES Falta de conhecimento em G.N. Desigualdades no valor H/T Desconhecimento dos papéis/ capacidades de cada um
	Ambiente Externo	OPORTUNIDADE Filantropia Parcerias políticas, Institucionais e individuais Movimentos sociais e culturais Reconhecimento do Ponto pela comunidade do Butantã Enraizamento no território	AMEAÇA Instituto Butantan Neoliberalismo Ausência de Legislação sólida Conjuntura econômica atual Questões sanitárias (pandemia) Geopolítica em crise (ex: guerra da Ucrânia)
ATRIBUTOS DO AMBIENTE			

Fonte: A autora

4.3 Oficina: análise de estratégias e planos de ação - Matriz FOFA

Sendo essa terceira oficina um desdobramento da segunda, nos ativermos a trabalhar as estratégias e planos de ação a partir de cada tópico elaborado na oficina anterior. Assim, começamos lembrando as fortalezas levantadas e as oportunidades e propondo que pensássemos em ações a partir das questões norteadoras. Dessa forma, realizamos a construção coletiva das estratégias e planos de ação conforme o cruzamento dos itens levantados pela matriz FOFA. A seguir, apresentamos os resultados surgidos na oficina e discussões a eles relacionadas, procurando complementar com a análise documental e reflexões que dela emergiram.

4.3.1 Estratégia ofensiva ou de desenvolvimento

Na Figura 4.6, são apresentados os resultados da oficina 3 com relação às estratégias ofensivas:

Figura 4.6 - Estratégia Ofensiva como resultado da oficina Matriz Fofa,2022



Fonte: A autora

Aqui, é indicado, como estratégia de ação ofensiva, a mobilização para parcerias sociais ou culturais, o que nos leva a relacionar a uma das missões do Ponto de Economia Solidária, que é oferecer um lugar que favoreça encontros e, a partir deles, gerar oportunidades nas suas mais diversas dimensões, sejam sociais, econômicas ou culturais. Vale ressaltar que, findada a fase de reclusão imposta à sociedade devido à pandemia da Covid-19, lugares abertos e que propiciam esse encontro presencial das pessoas se revelam como uma grande oportunidade.

O engajamento da equipe nesse pertencimento ao território, através das parcerias, propiciando o enraizamento na comunidade do Butantã, também foi elencada como uma ação que fortalece a manutenção e expansão do trabalho. A forma de se efetivar essa estratégia ofensiva surge como um desafio a ser estimulado através da identificação e incentivo para o desenvolvimento de habilidades pessoais/coletivas como, por exemplo, o mencionado atendimento acolhedor, gerando uma possível e esperada fidelização do público/clientes.

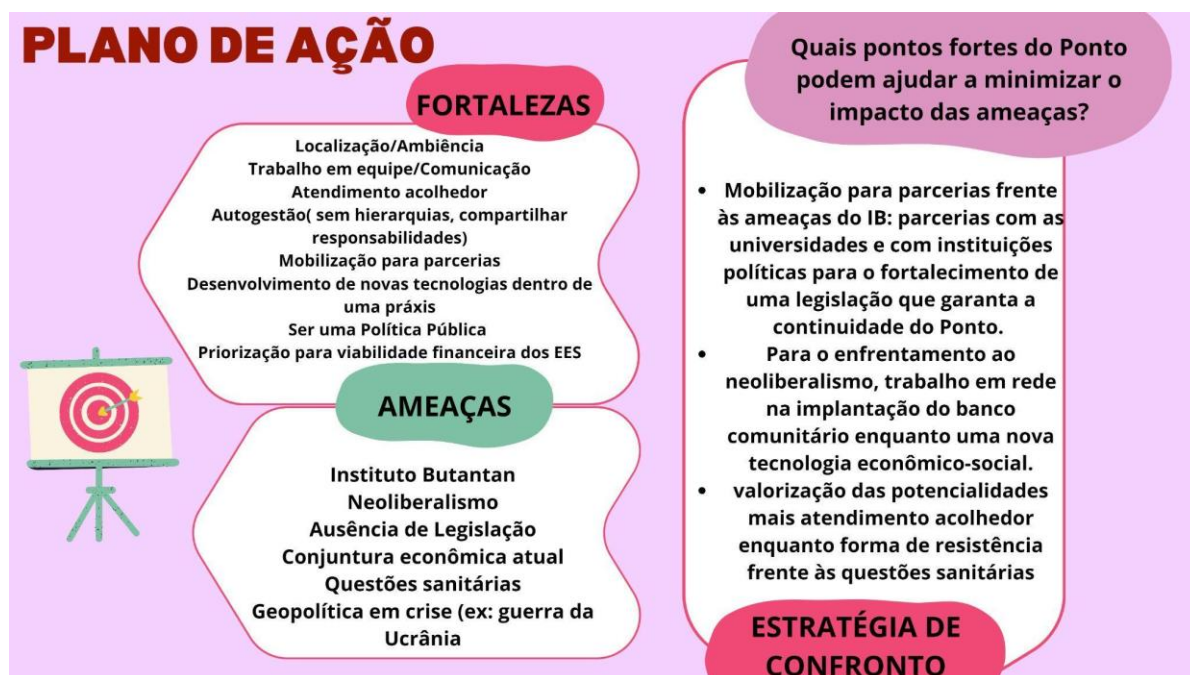
Destacamos a importância das parcerias com representantes eleitos pelo povo através de parlamentares que sejam apoiadores e simpatizantes aos princípios e valores defendidos pela economia solidária, para a efetivação de nossa existência

enquanto equipamento e a consolidação de nossas práticas nos territórios, com uma legislação mais sólida e favorável aos princípios defendidos pelo coletivo.

4.3.2 Estratégia de confronto ou manutenção

Na Figura 4.7, apresentamos os resultados dos planos de ação da estratégia de confronto, parte desta oficina:

Figura 4.7 - Estratégia de Confronto, São Paulo, 2022.



Fonte: A autora.

A mobilização para parcerias, enquanto uma fortaleza, também foi elencada como estratégica para a manutenção do projeto, pois, conforme relato dos participantes desta oficina, fortalece nosso caráter de política pública frente, por exemplo, às ameaças do IB, sejam elas através de parcerias com as universidades, com instituições governamentais ou não governamentais, para a construção de uma legislação que garanta a continuidade e a manutenção do Ponto.

Além das parcerias, a consolidação do trabalho em rede, a implantação do banco comunitário enquanto tecnologia social para a economia solidária surge como forma de confrontar os valores e impactos do neoliberalismo elencado como uma ameaça sobre a existência do projeto do Ponto.

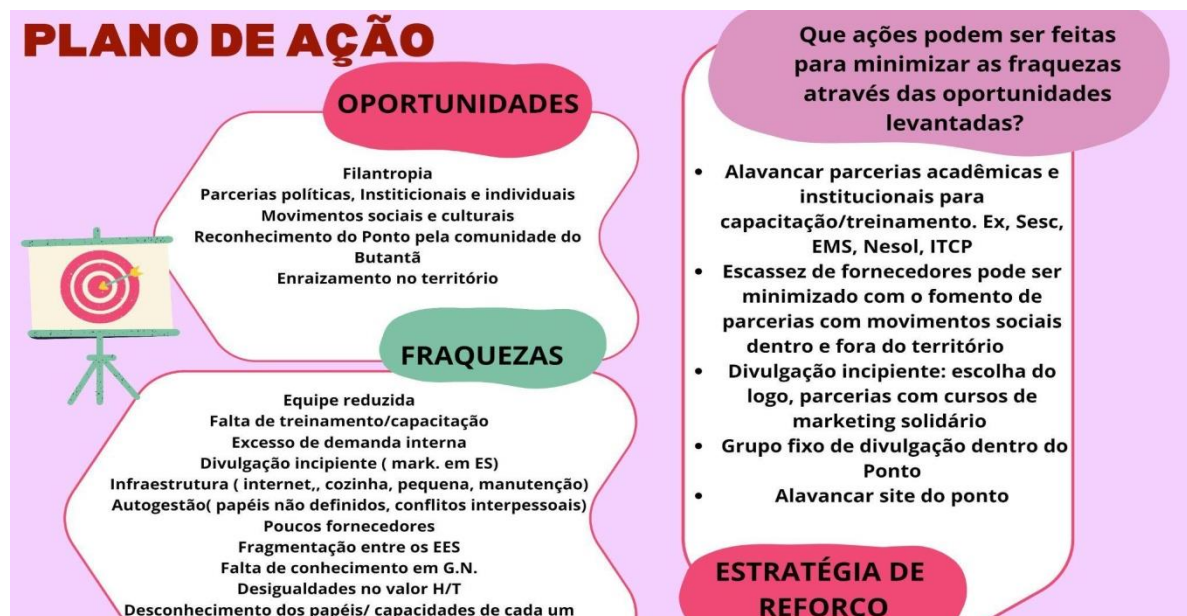
A “valorização das potencialidades” mencionada, mas não aprofundada pelo grupo, se relaciona a formas de resistir às possíveis dificuldades sanitárias, como o impacto de novas epidemias/pandemias. Esse não aprofundamento da estratégia pode estar relacionado ao cansaço e aos limites de tempo de realização da oficina. Também foi destacado o atendimento acolhedor, enquanto habilidades pessoais dos membros deste coletivo, pensando-se aqui no fortalecimento da relação com os clientes, configurando um diferencial no atendimento e possibilitando uma fidelização, além de promover um engajamento comunitário, mesmo em momentos de crise.

O grupo, nessa discussão, trouxe como exemplo a reorganização dos EES do Ponto na pandemia e os novos arranjos nos processos de trabalho de forma a atender às necessidades de seus clientes e continuar a gerar renda para parte de seus trabalhadores. Nesse contexto, os EES se reorganizaram em seus processos de trabalho e, com criatividade e senso de oportunidade desenvolveu novas formas de atender aos pedidos nas casas dos clientes, colhendo os pedidos através de formulários online. Também a livraria iniciou sua venda pela internet a partir da plataforma de venda Estante Virtual.

4.3.3 Estratégias de reforço ou desenvolvimento

Na Figura 4.8, apresentamos os resultados dos planos de ação da estratégia de reforço, parte desta oficina:

Figura 4.8 - Estratégias de Reforço, oficina matriz FOFA,,São Paulo, 2022



Fonte: A autora.

No âmbito das estratégias visando o crescimento, as parcerias com as mais diversas instituições foram lembradas: acadêmicas, governamentais ou não governamentais, tanto para a aprendizagem/capacitação de seus trabalhadores, como as parcerias comerciais através do fomento ao trabalho em rede. Algumas parcerias para capacitação/treinamento para os trabalhadores já estavam sendo realizadas durante o período das oficinas, por exemplo, com o Sesc Pinheiros, e outras com outros parceiros, como exemplo, ITCP, que ajudou a formar o caixa único do Ponto para todos os EES, a partir de uma comissão financeira criada nas assembleias do Ponto.

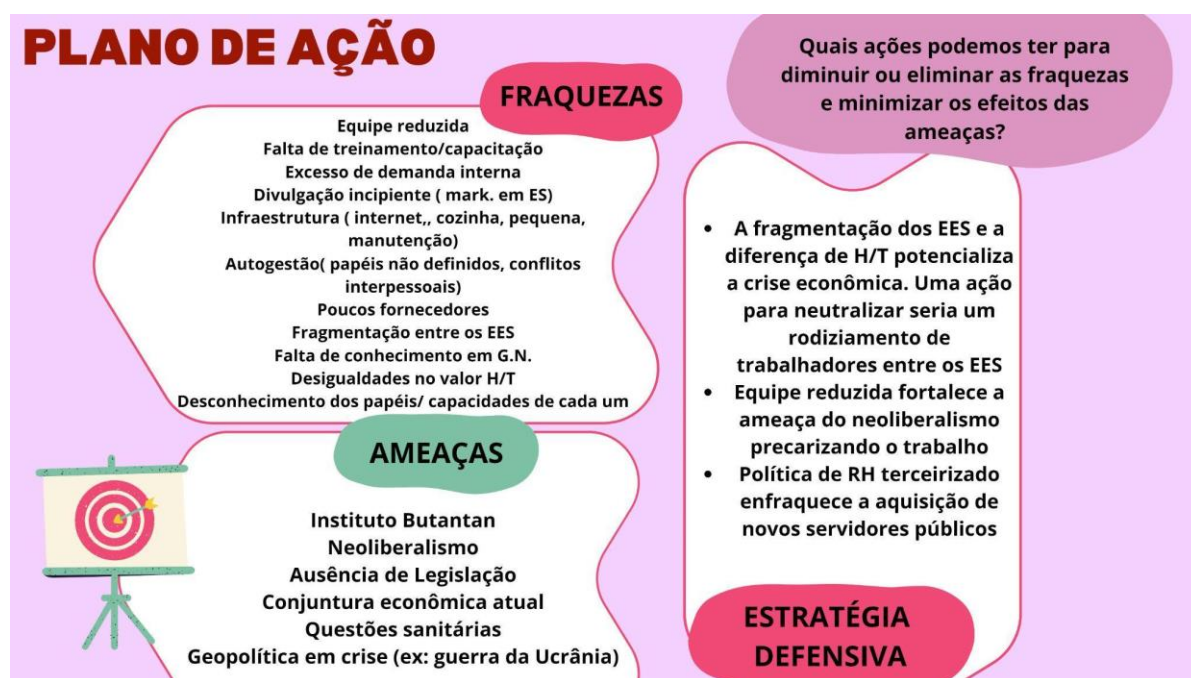
Sobre a divulgação incipiente, alguns dificultadores para esse trabalho foram levantados, e algumas ações foram elencadas como principais: a escolha do logotipo oficial para o Ponto, alavancar o site do Ponto já existente, a formação de um grupo fixo de divulgação e como remunerá-la ou não, parcerias educacionais em busca de conhecimento e auxílio prático dentro da perspectiva do marketing solidário. Necessidades essas que, em parcerias com instituições acadêmicas, ajudam inclusive a traçar novas perspectivas de formações profissionais, como a citada formação em marketing solidário, que se fundamenta na perspectiva da economia solidária e não nas premissas competitivas do mercado neoliberal. Parcerias acadêmicas foram priorizadas, incluindo a busca de estagiários remunerados através da bolsa PUB,

bolsa de estudos que a USP oferece para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica ou atividades de extensão da universidade.

4.3.4 Estratégias defensivas ou de sobrevivência

Na Figura 4.9, apresentamos os resultados dos planos de ação da estratégia defensiva, parte desta oficina.

Figura 4.9 - Estratégia Defensiva como resultado da oficina matriz Fofa, São Paulo, 2022



Fonte: A autora.

Nas estratégias defensivas ou de sobrevivência, o sentido das estratégias de ação visa à transformação das fraquezas em forças e na busca da neutralização das ameaças. Essa questão necessitou ser mais explicada quando da discussão na plenária, para melhor desenvolvimento da atividade.

A fragmentação dos EES pertencentes ao Ponto e as diferenças do valor H/T foram apontados como ações que dificultam uma coesão aos princípios da ES. Essa fragmentação foi identificada através da pouca cooperação entre os EES envolvidos e da falta de uma isonomia salarial, com diferenças grandes do valor da H/T entre seus trabalhadores sendo identificadas como uma fraqueza interna ao grupo. Algumas ações para maior integração dos EES foram testadas, como o rodízio

entre os trabalhadores dos diversos EES, de forma a possibilitar uma ajuda mútua e a experiência de outras formas de organização de trabalho, além de uma maior equidade na geração de renda. Essa ação, no entanto, esbarrou em algumas dificuldades práticas e exigiu um consenso maior entre a equipe, discutido em algumas reuniões e assembleias, pois estava relacionada às preferências do tipo de trabalho, talentos e habilidades pessoais.

Também a política de Recursos Humanos da SMS, com a redução da equipe de facilitadoras devido a aposentadorias e remoções, e a morosidade na substituição desses servidores, aliada ao modelo de gestão terceirizada pelo qual o município opta através das parcerias com as Organizações Sociais, na visão deste grupo, reduz a possibilidade de aquisição de novos profissionais concursados para o Ponto de Economia Solidária, sob administração direta da SMS-SP e, assim, fortalece a ameaça do neoliberalismo em contraponto aos valores e práticas defendidas pela ES.

Podemos observar que alguns fatores mencionados não foram transformados em plano de ação. Talvez o tempo, por ter sido um dos últimos planos a serem discutidos, tenha pesado, além do cansaço de mais de 2 horas ininterruptas de trabalho nesta oficina, já sendo ela um desdobramento de outra, tenham contribuído para o não aprofundamento da análise, mas também por trabalhar com características que nos levam às nossas fraquezas e ameaças já sofridas ou que nos remetem a alguns sentimento de impotência.

4.4 Oficina: devolutiva e validação dos resultados

Como citado anteriormente, nesta quarta oficina, tivemos como objetivo apresentar os resultados das três últimas oficinas. A apresentação foi feita em etapas, possibilitando a intervenção dos participantes, que puderam fazer complementações ou correções necessárias. Os resultados foram apresentados em seu formato digital, optando-se por apresentar a linha do tempo através da ferramenta digital do Padlet® e a FOFA pelo Canva®.

Dessa forma, repassamos o processo de construção de cada oficina, a começar pela oficina da linha do tempo. Usando recursos digitais que facilitaram a visualização do resultado da oficina 1, lemos cada evento lembrado pelo grupo, respeitando a cronologia dos anos de forma a validá-los ou fazendo algumas correções, conforme o andamento da leitura. Quando alguma necessidade de

correção era apontada, discutimos no grupo e, havendo consenso, fizemos a correção. Nessa etapa, o destaque foi a pandemia em 2020: o esforço para manter o Ponto funcionando, a sustentação do trabalho dos EES, tendo que se reinventar em seus processos internos. A angústia pelo afastamento imposto pela pandemia, como a suspensão da Comedoria e da horta, mas também a reinvenção de novos processos de trabalho, lembrando a realização das assembleias por aplicativo à distância, os formulários online para os pedidos, a organização da equipe para as entregas. Foram compartilhadas impressões sobre a resiliência do grupo frente às adversidades ao longo de toda a sua história.

Nas duas oficinas FOFA, as formas de resistência contra as ameaças de ocupação do Instituto Butantan foram frisadas, principalmente com relação ao apoio de lideranças sociais, políticas e acadêmicas através do movimento denominado “Ocupa Ponto” e os motes levantados pelo grupo nas passeatas, reuniões e audiências públicas. Como exemplo citados: “Ponto como vida, saúde e trabalho” ou “Ponto: vacina contra a exclusão social”. A visibilidade gerada para o Ponto através desse movimento foi levantada através de artigos veiculados em mídias impressas e audiovisuais (Facebook, 2022; Instagram, 2023; Veja São Paulo, 2022). A publicização desse trabalho, segundo discussão realizada, favoreceu a aproximação de mais clientes e colaboradores, interessados em prestigiar um projeto que engaja a promoção de saúde e reabilitação psicossocial no mundo do trabalho.

O tema da dificuldade em lidar com os relacionamentos interpessoais surgiu devido a uma ambiguidade na avaliação da autogestão durante as oficinas da FOFA. A autogestão foi mencionada como uma Força, já que promove relações mais horizontais na distribuição do poder e das decisões, mas também como uma fraqueza, uma vez que essas horizontalidades podem intensificar as tensões e os conflitos interpessoais. Nessa oficina em particular, a pesquisadora questionou como os conflitos interpessoais podem ser resolvidos, tendo em vista essa ambiguidade apresentada anteriormente. A resposta veio de uma das trabalhadoras da Comedoria, que enfaticamente diz serem resolvidos nos espaços coletivos da autogestão, ou seja, nas reuniões de EES e principalmente nas assembleias. Relembrou alguns casos em que o grupo decidiu por advertências ou até suspensão nos casos mais graves. Os papéis não definidos foram levantados dentro dessa estrutura horizontal. Também quanto à autogestão, foram mencionados pelos trabalhadores os aspectos que

elegeram como fortaleza, ou seja, a horizontalidade nas relações, o compartilhar das responsabilidades, o entrosamento gerado entre os integrantes.

Outra questão levantada na Oficina FOFA, e retomada na devolutiva, foi a menção sobre a viabilidade financeira dos EES como prioridade. Foram discutidos a sustentabilidade financeira dos EES e seu importante desafio de, além de seu aporte reabilitatório em saúde mental através do trabalho, ser uma fonte de renda que se propõe a ser digna aos trabalhadores e, conseqüentemente, produtora de direitos e deveres.

Outros itens levantados e discutidos, embora sem conseguirmos nos aprofundar, foram as questões do logotipo oficial do Ponto, ainda não definido, estando pautado para uma futura assembleia dos trabalhadores. Sobre a comissão financeira, foi levantada a ideia de remunerá-la de forma diferenciada da H/T do EES em que o trabalhador está inserido, por se entender que há mais responsabilidade imbuída nesse trabalho de gerir as finanças, e também como forma de incentivar mais pessoas para este setor, assim como a necessidade de capacitação envolvida para tal atividade. O grupo achou por bem deslocar a discussão também para a assembleia, de forma a aprofundar e encaminhar as providências cabíveis.

Sobre a estratégia de ação levantada na oficina FOFA, a proposta de realização de rodízio dos trabalhadores pelos EES, foi discutida, pois algumas dificuldades foram mencionadas, relacionadas a habilidades pessoais, as diferenças de remuneração e volume de trabalho, tendo sido levantada a necessidade de se amadurecer a proposta em momento posterior.

Questões também foram levantadas no que tange à existência de políticas públicas que possam incentivar o trabalho e o trabalhador a permanecer nesse trabalho nos moldes propostos pela Economia Solidária, mostrando a necessidade de subsídios e apoio dos poderes públicos através de financiamento, alocação de recursos humanos e insumos. Uma das participantes do conselho gestor, presente nesta devolutiva, fez menção à Lei Paul Singer, recentemente criada, e aos recursos e dotações orçamentárias que possam ser aportados via cooperativismo social. Também foi sugerida a discussão mais pormenorizada dos itens que envolvem essa lei numa outra instância de discussão.

Após esta etapa de correção e validação dos resultados, realizamos uma rodada de avaliação por parte dos participantes em relação às oficinas de sistematização de experiências. Vale lembrar que essa avaliação não foi obrigatória f

e nem todos se prontificaram a fazê-la. Foram apresentadas algumas questões, de forma a estimular as devolutivas, e assim deixamos livre para quem quisesse se expressar. As questões apresentadas foram as seguintes: “Como foi participar destas oficinas de sistematização de experiências? O que significou essa participação? Teve algum impacto até agora no seu trabalho no Ponto?”

Alguns trabalhadores mais antigos, talvez por estarem acostumados a entrevistas e a expressar suas opiniões, se manifestaram primeiro. Salientaram a importância de estar junto aos outros companheiros de trabalho, revendo suas histórias de forma coletiva: “Houve o enriquecimento de participação no Ponto. [...] e estar junto dos outros companheiros e companheiras e pensar num propósito comum, assim num [comum] acordo com os trabalhadores” (A., 60).

Também salientaram o aspecto educativo destas oficinas e a necessidade de sua continuidade: “Foi muito bom participar aqui do que é que é das oficinas, certo? É, das oficinas, aprendi bastante. E poderia ter mais outras vezes” (B., 49).

Alguns trabalhadores recentes do Ponto salientaram a importância de participar da construção do histórico do Ponto e os reflexos em sua prática atual:

Trabalho aqui no ponto desde 2021, desde o ano passado, e eh essas oficinas eh que foram de segunda-feira foram importantes pra mim, pelo resgate histórico, né? [...] foi bem importante nesse aspecto por conta de que eu consegui assimilar melhor o que que era trabalhar aqui e o que que era estar trabalhando com as pessoas aqui. E acho que é isso (C., 21).

Outro trabalhador lembrou da relação de seu trabalho no Ponto com a saúde: “Eu estou há quatro, vai completar quatro meses agora dia 20. E o que me trouxe de positivo na presença aqui do trabalho é a saúde mesmo, né? Saúde e geração de renda também, mas eu pontuo muito a saúde” (D., 49).

Outro fator por ele levantado, foi a importância de deixar registrado o trabalho realizado pelo Ponto de Economia Solidária, através de uma sistematização de experiência: “Pra alguma questão de protocolar o nosso próprio trabalho aqui, né? Eu acho que tem enquanto trabalhador esse vislumbre aí do conteúdo, né? Que ele pode otimizar, né? Pra gente mesmo aqui dentro do Ponto” (D., 49).

Vale ressaltar que o trabalhador em questão já trabalhava na rede de economia solidária e, talvez por isso, estava acostumado com a prática de sistematização de experiências.

Assim, ao ordenarmos os processos históricos e proporcionar uma ressignificação das experiências vividas a partir da visão de seus participantes através da oficina da linha do tempo, ao realizar o levantamento dessas experiências, relacionando seus constituintes internos e externos, sejam eles positivos ou negativos, e elaborando estratégias de ação, estabelece-se um quadro mais nítido e monitorado da forma pela qual está se dando o desenvolvimento do Ponto de Economia Solidária.

Ao final, principalmente nos dois momentos da oficina FOFA, nota-se que o processo se assemelha bastante a uma proposta de avaliação e monitoramento de projetos sociais em promoção de saúde. Monitorar pode ser visto como o ato de acompanhar o desenvolvimento das ações ao longo do tempo, registrar, anotar, observar “de perto”, no dia a dia do trabalho, enquanto ocorrem. Isso permite tomar decisões de forma rápida a fim de refazer os rumos do que foi planejado previamente (Mendes, 2022¹⁴). Ao identificarem suas forças, fraquezas, as oportunidades e ameaças, cruzar fatores referentes ao ambiente interno de trabalho e relacionar ao ambiente externo, elaborando estratégias de ação a partir desses fatores, pode-se afirmar que há um monitoramento participativo sendo realizado, fazendo parte de um processo de avaliação complementar e que se traduz num esforço contínuo e permanente para compreender, ordenar e transformar a prática cotidiana de trabalho. Pode ser considerada uma avaliação sistemática e contínua desse processo, para checar se as coisas estão sendo realizadas como propostas e para permitir ajustes; para além de meras afirmações de resultados, não podemos nos restringir à verificação de seu “êxito técnico” tão usualmente presentes nas abordagens tradicionais ou convencionais de avaliação normativas. Em um necessário contraste, sob o ponto de vista da promoção da saúde, valorizam-se abordagens mais amplas e totalizantes de avaliação do campo social, que buscam apreender a ação, sua formulação, implementação, execução, processos, resultados e impactos, ao mesmo tempo em que procuram captar a inter-relação entre sistemas de ação e a lógica dos atores envolvidos, sendo, portanto, mais inclusivas, dialógicas e participativas:

Da perspectiva da promoção da saúde, implica aprender, reunir, pactuar, analisar, interpretar e compreender os movimentos locais, relatar informações e utilizar os resultados na tomada de decisão. Isso significa entender seu ‘êxito técnico’ como práxis, isto é, como

¹⁴ Aula ministrada no Curso de Monitoramento e Avaliação em Promoção e Saúde, modalidade EAD, parceria CEPEDOC, OPAS e Ministério da Saúde, 2022.

'exercício de escolha compartilhada de um modo de vida' (Mendes, 2022¹⁵).

Figura 4.10 – Oficina devolutiva e validação dos resultados no Ponto de Economia Solidária, 2022



Fonte: Helena Watanabe (acervo pessoal).

¹⁵ Aula ministrada no curso de Monitoramento e Avaliação em Promoção de Saúde, na modalidade EAD, parceria CEPEDOC, OPAS e Ministério da Saúde, 2022.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, aproximamos os resultados discutidos nas oficinas com os referenciais teóricos da Promoção de Saúde. Dessa forma, analisam-se os principais temas que surgiram na oficina Linha do tempo, através do resgate do processo histórico do Ponto, e cerzindo-os aos temas que emergiram nas estratégias de ação formuladas pelo grupo durante as oficinas da matriz FOFA, a partir, principalmente, das diretrizes do Plano Nacional de Promoção de Saúde (PNPS).

5.1 Princípios e diretrizes

Na interface Economia Solidária/Saúde Mental, participantes das oficinas referem alinhar-se, enquanto Ponto, tanto aos valores éticos e políticos da Reforma Psiquiátrica Brasileira como aos valores e princípios que direcionam as ações em Economia Solidária.

Com relação à Reforma Psiquiátrica Brasileira, destaca-se aqui o processo civilizatório dos valores éticos e políticos resgatados por este movimento ao se produzir uma ruptura nos modelos hegemônicos de tratamento em saúde mental, negando-se o manicômio e as práticas medicalizantes exclusivas que, enquanto formas de tratamento, encerram a liberdade como forma de cuidado em saúde mental. Relembrando Yasui (2010), os princípios da RPB trazem, em seu bojo, a liberdade de inventar dispositivos diferentes de cuidado, a diversificação de ações, tecendo uma rede com o território e inventando outras formas de sociabilidade.

Retomando Amarante (1999) quando aborda a dimensão técnico-assistencial da RPB enquanto um constante movimento entre a prática e a teoria dentro da práxis, propõe-se a construção de uma nova organização de serviços, articulando uma rede de espaços de sociabilidade, de produção de subjetividades, de geração de renda, de apoio social, de moradia, enfim, de produção de vida ao produzir valor social, e construindo uma ética no cuidado. Também segundo Aranha e Silva (2012), ao negar a lógica da subordinação e da dependência institucional e as relações de desrespeito aos direitos humanos básicos, as diretrizes éticas da reforma psiquiátrica definiram o sentido do trabalho em saúde: a emancipação de pessoas na relação dialética – de quem cuida e de quem é cuidado.

Como se observou na construção da linha do tempo, desde a sua origem, podemos perceber nas narrativas que há uma ênfase no aspecto social em que se deu a gestação desse equipamento, mencionando o caráter coletivo de suas ações como esteio, vindo do movimento que une trabalhadores, usuários, profissionais da saúde e acadêmicos, tanto da Saúde Mental como da Economia Solidária. Esse aspecto coletivo foi destacado tanto na oficina de construção da linha do tempo como nas entrevistas com informante-chave ou através da análise documental, em que são frisados os processos autogestionários do Ponto, a função das facilitadoras de apoio aos EES e seu modelo baseado no cooperativismo.

5.2 Objetivos

Em seu trabalho de pós-doutorado, Aranha e Silva (2012) traz a discussão da reabilitação psicossocial como cidadania, que em sua concepção é construída em qualquer cenário de prática na rede de serviços, ampliando as arestas circunscritas ao interior dos equipamentos de saúde. Segundo a mesma autora, as características dos EES – de atuar simultaneamente na esfera econômica, social e política, negando a dicotomia entre interesses econômicos e questões sociais – reconhecem e buscam a superação das necessidades materiais e imateriais, seja através do aumento da contratualidade social, da autonomia, do reconhecimento e do aprendizado, entre outros.

Sob a perspectiva do cenário de trabalho estudado, percebe-se que as relações intersetoriais e em rede encontram-se no bojo de suas ações, ao envolver tanto a rede de economia solidária como o campo psicossocial com sua forma de cuidado. Ao se afastar do cenário terapêutico em que se formaram, principalmente dentro dos CAPS, ou no caso do município de São Paulo, também nos CECCOs, os grupos de geração de renda se emancipam em sua missão de construir um cenário de trabalho intrinsecamente multidimensional, interdisciplinar, interprofissional e intersetorial, visando a integralidade do cuidado social e da saúde em geral.

Sob a perspectiva da integração à Rede de Atenção Psicossocial, ao buscar a inclusão social das pessoas em desvantagem social, sua inserção em EES, precisamos salientar algumas alterações no perfil dos trabalhadores assistidos pelo equipamento. Um desafio que surgiu a partir da portaria 1.717 (São Paulo, 2016b), que oficializou a existência do Ponto como equipamento da SMS/SP, foi a

identificação das pessoas em situação de vulnerabilidade ou desvantagem social elegíveis para participar dos projetos de geração de renda.

Desde sua criação, o Ponto, enquanto projeto da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, incluía, em sua totalidade, trabalhadores dos grupos de geração de renda incubados por CAPS ou CECCOs da região Oeste do município de São Paulo. No decorrer de seu processo de maturação enquanto EES, a equipe de trabalhadores do Ponto tornou-se cada vez mais heterogênea, no sentido de assimilar trabalhadores que não necessariamente tenham sua trajetória enquanto usuário de algum equipamento da saúde mental. O traço em comum ainda é a vulnerabilidade desses trabalhadores, agora não necessariamente usuários de pontos de atenção em saúde mental, mas também trabalhadores de rede de economia solidária (como, por exemplo, associações comunitárias) ou simplesmente buscando outras formas de organização de trabalho, talvez menos competitivas e mais cooperativas.

Atualmente os EES do Ponto trabalham com um público majoritariamente advindo da saúde mental, respeitando uma cota entre 60% e 70% do total de trabalhadores, porém as formas de admissão continuam diversas, por acolhimento realizado pelo equipamento, indicação ou por grupos incubados inicialmente pelo CECCO.

5.3 Legislação

Ao serem lembrados os esforços para fortalecer a legislação que garante a existência do Ponto, percebe-se a construção do entendimento sobre as fragilidades pelo fato de haver apenas uma portaria, que é um ato administrativo da SMS, como garantia de sua existência; dessa forma, a busca por fortalecimento legal, que leve o Ponto Butantã a ser reconhecido por lei, a partir de parcerias com parlamentares e sociedade civil, foi reforçada. Com relação a esse aspecto, podemos relembrar a dimensão jurídica/legislativa que acompanha os princípios da Reforma Psiquiátrica, onde a dimensão jurídico política envolve ações e lutas políticas que visam criar uma nova configuração de poder e dar voz às pessoas que são marginalizadas e excluídas do exercício pleno da cidadania. Isso implica reivindicar direitos, combater desigualdades e promover transformação social por meio de ações políticas inclusivas e a defesa dos direitos humanos (Amarante, 1999):

Um dos principais desafios enfrentados pela interface da saúde mental com a economia solidária, na atualidade no Brasil, é tornar as políticas atuais que lhe dão apoio em políticas perenes de Estado, respeitando o Pacto Federativo, com definição e publicização dos recursos orçamentários e seus critérios de partilha (Ballan et al., 2023). Importante mencionar que essa preocupação em fortalecer a legislação que envolve os Pontos de Economia Solidária é constantemente levantada pelas facilitadoras dos EES, e também mencionada nas oficinas. A partir da análise documental, pela participação nas assembleias e enquanto conselheira gestora, observamos que esse tema é amplamente discutido, e estratégias de ação são pactuadas junto ao Conselho Gestor do Ponto, de forma a contribuir com a construção e fortalecimento desse equipamento.

5.4 Articulação intra e intersetoriais

Através da análise dos documentos que formam o arcabouço do marco jurídico e regulatório na interface saúde mental/economia solidária, destaca-se que uma das características fundamentais dessa política é seu caráter intersetorial, que define uma política desenvolvida por diversos órgãos públicos e abrange diversas áreas (Ballan et al., 2023).

O trabalho intra e intersetorial, enquanto dispositivo de gestão possível na produção de saúde e geração de renda, foi amplamente mencionado nas oficinas, lembrando as já realizadas, e também enquanto estratégia de ações possíveis para a manutenção do trabalho. As diversas parcerias já estabelecidas foram citadas, sendo marcadas como uma força do Ponto a mobilização para realizá-las. As parcerias são predominantemente intersetoriais, envolvendo setores políticos, culturais, acadêmicos, sociais e comerciais. Vale ressaltar que o estímulo à cooperação e à articulação intrasetorial e intersetorial para ampliar a atuação sobre determinantes e condicionantes da saúde encontra-se contemplado pelas diretrizes da Política Nacional de Promoção de Saúde (Brasil, 2014).

Os eventos culturais, educacionais ou sociais, vastamente mencionados nas oficinas, envolvem parcerias com movimentos de diversos setores daí imbricados. Esses eventos propiciam encontros que agem como propulsores, tanto para gerar renda aos seus integrantes como nos enriquecem em afeto e fortalecem a contratualidade e o empoderamento social dos envolvidos.

As ações intersetoriais em rede, que incluem associações comunitárias locais e atividades intersetoriais entre parceiros do poder público, também foram fortemente salientadas nas oficinas. A presença de indicadores que demonstram os esforços dessas parcerias e a existência de critérios claros precisa ser formalizada a partir de instrumentos para tal, assim como a contrapartida destas parcerias de influenciar nas decisões precisam ser registradas, consolidada e documentada.

Outras diretrizes da PNPS com potencial indutor de ação sobre iniquidades, como o desenvolvimento sustentável, ambientes e territórios saudáveis, ficam claras pela escolha de comercialização de produtos orgânicos e sustentáveis para o meio ambiente, durante as oficinas ou através das entrevistas com as facilitadoras, responsável técnica ou trabalhadores, a partir da análise documental realizada:

Por isso que o Ponto também faz conexões com várias temáticas que vão além do benefício ao usuário da saúde mental. Então, a gente trabalha muito a questão da alimentação saudável. A gente pode dizer: "Bom, alimentação saudável é saúde". Mas a incentivar que a gente [também] trabalha na perspectiva de apoio ao pequeno produtor, de trazer esses produtores para dentro do Ponto, que eles possam também gerar renda lá dentro, produzir também no território (Universidade de São Paulo, 2020).

A Economia Solidária pode ser um importante instrumento para o desenvolvimento local, desde que haja articulação entre os EES e parceiros. Trocas de informação e experiências entre os diferentes setores ou a realização de feiras contribuem para intensificar os processos de cooperação e aprendizagem coletiva. Por esse ponto de vista, as parcerias, sejam para a realização de eventos culturais, capacitação dos trabalhadores ou comercialização, envolvem um sentimento de pertencimento, que encontra eco em algo reconhecido como seu e que aparece em seu cotidiano. As parcerias que dão o esteio para a realização desses eventos foram amplamente resgatadas em seu processo histórico e transformadas em estratégias de ação pela matriz FOFA durante as oficinas subsequentes. Segundo Demo (1988, p.58):

Hoje acreditamos na indissolubilidade dos termos educação e cultura, porque educação como formação e instrumento de participação precisa partir das potencialidades do educando e motivá-lo à criatividade própria. A cultura constitui o contexto próprio da educação, porque é motivação fundamental de mobilização comunitária e quadro concreto da criatividade histórica.

A existência de processos formativos para os trabalhadores que sejam coerentes com os valores e princípios enraizados na RPB e na ES traz um indicativo sobre o desafio a que se propõe este equipamento, principalmente na formalização de parcerias que contribuam para esse fim. Diante das lembranças que mencionaram e deixaram registradas na linha do tempo, podemos perceber que a aposta em visitas monitoradas ao local onde se produzem os alimentos usados pela Comedoria e comercializados pelo Orgânicos representa espaço potente para a elaboração que integraliza os diversos momentos que configuram a cadeia produtiva do alimento, do campo à cidade. As visitas monitoradas revelaram ser um dispositivo desalienante e fortalecedor de um trabalho que integra e não fragmenta ainda mais a subjetividade humana.

Relembrando Marx¹⁶(apud Oliveira, 2010) a alienação significa que as pessoas não reconhecem mais o que elas próprias produzem como sendo seu próprio produto, mas o tomam por algo estranho, que tem um poder ao qual elas em seguida se submetem. Sob essa análise, a alienação do trabalho pode ser enfrentada, caso as pessoas adquiram uma relação com as atividades dos outros por meio do trabalho em equipe, do poder horizontalizado e formas de intercâmbio com os parceiros. Percebe-se que essa organização do trabalho em autogestão e o intercâmbio através de visitas aos produtores dos alimentos comercializados no empreendimento alinham-se com práticas desalienantes e trazem sentido aos trabalhadores em seu trabalho nos EES.

Importante frisar que as visitas relatadas que envolvem conhecer os diversos produtores da cadeia que abarca essa produção muitas vezes abrangem outros instrumentos de aprendizagem/capacitação, como aulas expositivas, oficinas, seminários. O curioso foi perceber que, de todos os instrumentais, o mais lembrado foram essas visitas, a ida ao local, as trocas afetivas que ali se produziram e que tanto trouxeram de aprendizado para suas práticas.

Além das visitas monitoradas, outra lembrança foi o planejamento realizado pelo Ponto no início de 2020 e engendrado de forma autogestionada por uma comissão na qual contribuíram facilitadores, trabalhadores e colaboradores. Esses temas levantados se entrelaçam, tanto à Promoção de Saúde como à Economia Solidária e Saúde Mental; ao fortalecer o trabalho em rede, também promovem um

¹⁶Marx K. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo; 2007

cenário de trabalho integrador, não alienante e mais humano. A ES procura se desenvolver justamente nas fissuras do capitalismo, onde se divide uma massa de excluídos que por diversos motivos não conseguem se manter no trabalho ou conseguir uma renda a partir desse trabalho. Fazer uma economia em que a vida das pessoas é colocada como central faz toda uma diferença do ponto de vista ético e operacional para a promoção de saúde.

5.5 Territorialidade

Territorialização é um conceito advindo do campo geográfico, mas muito utilizado no campo da saúde, referindo-se ao processo de compreensão e intervenção na realidade social e de saúde de uma determinada área geográfica, levando-se em consideração os aspectos culturais, econômicos, políticos e ambientais que a influenciam (Santos, 1998). A partir de um levantamento sistemático de artigos científicos e documentais sobre o conceito de território usado no âmbito da saúde mental e comparado com o conceito de território da Geografia Crítica, Furtado et al. (2016) discutem que o significado mais frequente de território na saúde mental versa sobre a área de cobertura e ação de serviços extra-hospitalares, relacionando o território como um conjunto de recursos terapêuticos para produzir redes sociais solidárias, enquanto criação de espaços de afetividades e encontros sociais, pois há necessidade de promover habilidades para que as pessoas consigam autonomia e emancipação.

Circulando tanto pela acepção funcional/organizacional ou simbólica (lugar de construções de pertencimento) deste, o Ponto do Butantã, desde sua origem, tem priorizado a adoção de ações que visem o fortalecimento de vínculos com o território, tanto a partir de ações internas aos EES como o atendimento acolhedor aos clientes, quanto das ações externas, através do estabelecimento de parcerias engendrando um enraizamento no território. Segundo Massola e Svartman (2018), existe uma tensão, ao tratarmos do tema enraizamento, entre a ênfase em um passado que sustenta a biografia e, portanto, a identidade, e a necessidade de integrar essa dimensão temporal a um socioambiente total que lhe dê sentido e no qual os diversos quadros temporais compareçam, em sua complexidade, para sustentar a possibilidade identitária. Enraizamento não é, portanto, só uma decorrência do passado, mas uma relação específica entre passado, presente e futuro, indivíduo e

seu meio como um todo e pelo qual o sujeito percebe sua existência nessa coletividade.

A territorialização é considerada um eixo operacional importante na promoção de Saúde, pois permite a identificação de problemas e potencialidades específicas de cada território, orientando ações e intervenções mais adequadas e efetivas. Conhecer o território vivo (o território concreto no qual a vida transcorre), com suas facilidades e também conflitos, contribui para entender como as pessoas adoecem e como podem ter saúde (processo saúde-doença) e para identificar formas de organizar ações e serviços no enfrentamento aos problemas e às necessidades da população (Faria; Bortolozzi, 2009; Furtado et al., 2016).

Apesar de o Ponto de Economia Solidária ter surgido de um coletivo ligado à Coordenadoria de Saúde de toda a região Oeste da cidade de São Paulo, suas ações se dirigiam principalmente ao bairro do Butantã, com o fomento ao planejamento de ações territorializadas, como cita a RT em sua entrevista para o projeto Cartografias:

Então, a gente nasceu já com um entorno muito favorável para que o Ponto existisse, e sempre com essa preocupação que o Ponto fosse significativo para esse território, que não fosse um equipamento só da saúde mental, só de interesse dos trabalhadores que estão lá dentro nos empreendimentos, mas que fosse significativo para o território. Então a gente é bastante procurado, sempre que é possível a gente faz coisas juntos. Alguém vem e fala: "Eu queria fazer um evento"; a gente fala: "Então nós vamos fazer juntos, vamos construir esse evento juntos". Alguns desses encontros viram parcerias mais duradouras, alguns são mais pontuais (Universidade de São Paulo, 2020).

Territorialidade enquanto espaço físico, social e existencial apto a catalisar o processo de reabilitação psicossocial e reinserção social de pessoas com algum tipo de desvantagem social ou como se apresenta no artigo de Ballan et al. (2023): o Ponto Butantã é uma tecnologia de inclusão social por meio do trabalho solidário e do resgate e estímulo à criação de territórios culturais.

5.6 Trabalho em rede

A definição de território enunciada anteriormente alude a redes, forças propositivas, trocas entre pessoas e a uma coletividade. O estabelecimento de uma rede de serviços de saúde “no território”, sendo também um eixo operacional e

organizativo da Promoção de Saúde, é especialmente importante em um mundo cada vez mais conectado e complexo, onde as soluções para os problemas atuais exigem uma abordagem colaborativa e interdisciplinar.

O Ponto Butantã faz parte da RAPS do distrito do Butantã, sendo um dos pontos de atenção à saúde do município. Ao fazer parte dessa rede, torna-se referência para usuários advindos dos CAPS, CECCOs e UBS dessa região. Cabe então destacar que as formas de admissão desses trabalhadores que estão ou já passaram pelo Ponto têm variado muito desde sua inauguração e são percebidas pelo coletivo enquanto um desafio em sua articulação com a RAPS do município. Já foram realizados acolhimentos mensais entre os interessados no trabalho realizado no Ponto, operacionalizados pelos próprios trabalhadores dos EES. Outra forma pensada de acolhimento a novos interessados foi realizada após um ano de pandemia, já em 2021, quando realizamos o acolhimento das pessoas interessadas e investimos numa colaboração com a AVA, proporcionando um curso preparatório de sensibilização ao trabalho em autogestão dentro da Economia Solidária.

Também foram admitidos alguns trabalhadores vindos de oficinas do CECCO. Uma em particular, cujo tema é “Trabalho e Ação”, realizada por técnicos do CECCO Previdência (do distrito do Butantã) em conjunto com uma facilitadora do Ponto e realizado semanalmente, tem se mostrado até agora uma potente forma de preparação de interessados em trabalhar no formato da Economia Solidária, inclusive formando e incubando dois novos EES do Ponto até agora.

Com relação à Rede de Economia Solidária, a promoção e participação de redes locais e supralocais continua em franca expansão, através da ampliação de oportunidades de comercialização, prestação de serviços e troca de conhecimentos. As muitas formas de trabalho em rede, seja através de participação em reuniões, feiras, eventos e ações difusoras mencionadas e relatadas nas oficinas da linha do, constituem potente estratégia de ação de forma a superar os desafios e fragilidades do trabalho cooperativo, dentro do contexto neoliberal em que vivemos.

5.7 Empreendimentos em Economia Solidária (EES)

Dentro os fatores internos aos EES mencionados nas oficinas, momentos como a inauguração de um novo empreendimento, a expansão de seus trabalhos, mudanças no conceito, formas de administrar ou mesmo a saída de um EES do Ponto foram lembrados na linha do tempo. Questões mais específicas de cada EES, e que muitas vezes são discutidas em reuniões internas, entre os participantes de cada empreendimento, não foram citadas nas oficinas de sistematização, possivelmente por terem priorizado questões comuns a todos os empreendimentos e focadas no Ponto como agregador desses EES.

O excesso de demanda de trabalho foi levantado como uma fraqueza e relacionado a uma possível falta de implicação e proatividade nas tarefas de planejamento e gestão. Trabalho que, como fora problematizado na parte introdutória desta pesquisa, pode ficar centralizado nas mãos dos facilitadores.

Para Gaiger¹⁷ (2003 apud Ballan, 2010, p.24), o surgimento dos EES, de um modo geral, decorre da conjunção de várias circunstâncias:

1. a presença de uma identidade no modo associativo e/ou comunitário, de se organizar para o trabalho;
2. a existência de coletivos populares organizados, com lideranças legítimas e ativas;
3. a redução de postos de trabalho convencionais, por maior seletividade destes ou ineficiência das políticas públicas destinadas a gerar oportunidades econômicas;
4. a mediação de organizações representativas ou de apoio que impulsionam as experiências para o crescimento e ruptura com padrões de subsistência e reprodução capitalista de organização do trabalho; e
5. a formação de um cenário político e ideológico que reconheça e fortaleça as alternativas de atividades econômicas solidárias (Gaiger, 2003, apud Ballan, 2010, p. 24).

A forma como foram surgindo os EES no Ponto variou, e seu desenvolvimento foi se dando de forma muito peculiar para cada um deles. As histórias e os processos de trabalho são diferentes para cada um deles e se interseccionam através da organização de um caixa único e da realização de assembleias realizadas de forma regular como instâncias máxima enquanto autogestão.

¹⁷Gaiger LI. Empreendimentos Econômicos Solidários. In. A outra economia. Porto Alegre: Veraz; 2003.

Os critérios de inclusão e formas de inserção dos trabalhadores nos EES são também muito singulares. Alguns vêm de uma experiência prévia em trabalhos associativos e outros nem tanto, muitas vezes com a experiência de grupos de geração de renda nos CAPS ou CECCOs, e outros nem isso. O formato e os critérios de inserção desses trabalhadores estão presentes nas discussões em assembleias, também em cada EES e nas reuniões entre as facilitadoras que ocorrem semanalmente. Essa formação dentro do trabalho autogestionado é realizada, muitas vezes, com o trabalhador já inserido nos EES, sendo muitas vezes difícil a sua adaptação.

A já mencionada proximidade com o CECCO, através de oficinas que discutam o mundo do trabalho e suas diversas facetas, inclusive o trabalho cooperativado, talvez facilite o trabalho na preparação de novos trabalhadores, numa RAPS implicada na promoção de saúde mental integrada à saúde e que também envolve o mundo do trabalho e renda, ao possibilitar a geração de oportunidades econômicas e equidade para grupos em desvantagem social.

Tendo participado de várias reuniões de cada empreendimento, esta pesquisadora observou que uma das questões discutidas nelas foi a necessidade ou não de serem formulados indicadores e metas nos processos de trabalho de cada EES, ou mesmo pagamentos diferenciados para funções que necessitam conhecimentos específicos e maior responsabilidade, como por exemplo, os trabalhadore(a)s envolvidos na parte financeira do Ponto. Em reuniões de cada EES, são realizados planejamentos e avaliações, e a discussão sobre indicadores e metas para alguns EES são mais presentes – como, por exemplo, na Comedoria ao estimarem um número de refeições realizadas semanalmente –, parcialmente ou não estabelecidas. Em todas, os processos de trabalho são discutidos com o grupo. O lugar da liderança também é muito peculiar em cada EES e alguns mais dependentes da liderança da facilitadora que outros, mas, em toda a ideia de que os grupos precisam se desenvolver de forma mais autônoma está presente.

A forma fragmentada como vinham sendo conduzidos os EES no Ponto, com pouca intercomunicação entre os empreendimentos sobre seus processos de trabalho ou sua rotina, e também as diferenças do valor de Hora/Trabalho entre os EEs, foram apontados como fraquezas, e destacada a ameaça que significa aos princípios da ES. Algumas experiências, como intercalar trabalhadores em diferentes rotinas e em

diferentes EES, foram eventualmente realizadas, e a formação de comissões para gerir alguma parte mais específica como o financeiro, comissões de reciclagem ou comissões para organizar feiras em economia solidária com outros parceiros intra e interssetoriais, também ajuda a integrar mais as ações entre os EES, assim como a valorização das potencialidades e habilidades individuais dos trabalhadores que vêm à tona, a partir de novos desafios aceitos pelo coletivo do Ponto.

A valorização das potencialidades, aliás, foi um item elencado dentro de um contexto de estratégia de ação confrontativa da FOFA, uma forma de resistência às ameaças sofridas pelo grupo de trabalhadores, por exemplo, na fase mais dramática da pandemia do SARS Covid-19, mas vale para outras ameaças a que estamos expostos enquanto sociedade. Importante relacionar essa estratégia com um item apontado como fraqueza, que é o desconhecimento dos papéis e capacidades de cada um dos membros do Ponto, tanto dentro do processo de funcionamento do Ponto como um todo como de cada EES. Ademais, a potencialidade comunitária, como diz Demo (1988), enquanto componente de fortaleza e característica de uma política social de autopromoção, pode motivar o desdobramento das potencialidades de cada um, baseado na crença de que seu desenvolvimento depende menos de um mestre e sim da iniciativa e da criatividade própria de cada trabalhador, fornecendo as condições de gerir seu próprio destino dentro de um coletivo.

5.8 Viabilidade financeira dos EES

Talvez o maior desafio do Ponto seja associar o trabalho que seja promotor de saúde com a geração de uma renda digna aos seus trabalhadores. Conseguir ser um trabalho que agregue autonomia e emancipação social, com a produção e reprodução de um ganho real e que responda às necessidades reais de cada pessoa de produzir e consumir bens materiais, não é tarefa das mais fáceis. Uma das metas discutidas em assembleias, ou em momentos de formação junto principalmente ao ITCP-USP, é realizar a aproximação do valor hora/trabalho do ganho de cada trabalhador dos EES com relação ao valor H/T do salário-mínimo vigente no país.

Projetos que visem o Estudo da Viabilidade Econômica (EVE) dos empreendimentos, em que a ITCP-USP vem auxiliando, seja na gestão do empreendimento, na divulgação, na logística de compras ou no fechamento de caixa, trazem essa percepção de que a demanda financeira dos trabalhadores é imediata. A

partir das atividades de formação, busca-se estimular frentes de atuação no grupo de acordo com habilidades identificadas para a construção de um caminho para a maior autonomia do grupo.

Dessa forma, também abordamos a inclusão dos trabalhadores no que tange à gestão financeira dos EES. Há um escasso número de trabalhadores do Ponto que desejam e têm habilidades e conhecimentos para poder assumir a responsabilidade pelo trabalho financeiro de cada EES e do Ponto como um todo, tornando assim, essa função, restrita a alguns poucos trabalhadores e às facilitadoras. Algumas estratégias foram pensadas e colocadas em prática, como a formação de uma comissão financeira a partir da assembleia e capacitações junto aos trabalhadores por parceiros e colaboradores.

Segundo conclusões de estudo apresentado pelo grupo de alunos/bolsistas do ITCP, metodologias de educação popular têm orientado essas ações rumo a um processo autogestionário (Svartman et al., 2018), assim como a existência de políticas públicas para acesso a crédito e finanças solidárias são fundamentais para a continuidade dessas ações, conforme discutido sobre a estratégia do Banco Comunitário durante as oficinas. Como afirma Singer (2010, p. 86).

A existência de finanças solidárias dá ao trabalhador-empendedor solidário a segurança de que, em caso de necessidade, ele terá apoio financeiro o suficiente. A segurança de poder oferecer solidariedade a quem precisa e de poder e de recebê-la quando estiver precisando é uma importante dimensão social da saúde, de que os competidores em mercados dominados pelo capital carecem.

Um estudo de pesquisa-ação, cujo objetivo foi propiciar alfabetização financeira e contábil a trabalhadores nesta interface saúde mental/economia solidária, foi realizado junto a dois EES no Brasil. Ao proporcionar a esses trabalhadores as ferramentas necessárias para participar ativamente das discussões e afazeres contábeis, seus pesquisadores apontam a importância de, além de abandonar ideias preconcebidas sobre a capacidade de pessoas que sofrem por algum transtorno mental, construir confiança para encorajar o compartilhamento de experiências dentro de um formato da educação popular, onde se aprende fazendo a partir de sua realidade (Genta Maragni et al., 2021). Fica então evidente, nos estudos anteriormente citados, o conceito freireano de aprender fazendo como método de

aprendizagem com atividades baseadas nas reais necessidades e especificidades dos EES (Freire, 2003).

5.9 Valores e princípios do neoliberalismo e Economia Solidária

Ao escrever sobre a ES em sua obra *Invenções democráticas - a dimensão da saúde*, Singer (2010) analisa que, historicamente, o capitalismo foi o primeiro modo de produção que individualiza o protagonismo econômico ao generalizar o mercado “livre” de qualquer interferência coletiva, seja do Estado ou de qualquer agrupamento de agentes. O livre mercado seria a justificativa básica da meritocracia, ou seja, de que as enormes diferenças econômicas entre as pessoas, classes, nações etc., se devem ao mérito dos que têm mais ou ao demérito dos que têm menos.

Algumas consequências e impactos do modelo econômico neoliberal em nossas vidas foram levantadas pelos participantes nas oficinas, comparando os valores do neoliberalismo com os valores e princípios da ES e como esses temas nos atravessam, em nosso cotidiano e muitas vezes moldam nossa subjetividade ou nosso estar no mundo. A competitividade e exclusão que marca o modelo neoliberal, com ênfase nas ações individuais em detrimento do que é coletivo, a privatização em detrimento do que é público, foram salientados.

Os princípios da ES, como a cooperação, a solidariedade, o impacto positivo na sustentabilidade do meio ambiente, nas relações de poder horizontalizadas, no respeito e valorização da diversidade étnica, aliados a outras formas de produzir e consumir, foram trazidos à tona durante as oficinas. Demo (1988) fala do acerto que se faz quando uma política social se ocupa de formas de trabalho e renda ao priorizar um fator que estrategicamente condiciona mais os outros do que é condicionado: “Não se pode resolver a desnutrição das famílias apenas doando alimentos: é muito mais importante que elas possam adquirir ou produzir. Por outra, profissionalizar não atinge seus fins, caso não existam os adequados postos de trabalho, porquanto não é o treinamento que os cria” (Demo, 1988).

Singer (2010, p.84) nos lembra que a vida social no capitalismo contemporâneo, ou seja, no neoliberalismo, é impregnada pela competição, coroada pela celebração do ganhador e pelo desprezo aos perdedores. A ES surge então como uma reação a esse mundo produzido pelo capitalismo, em que pese sua visão de mundo, na ideia de que a principal virtude de qualquer sistema econômico é promover

cooperação entre as pessoas, famílias, comunidades, países etc. Sendo assim, conclui que a ES é visceralmente democrática e se opõem a qualquer tipo de opressão ou discriminação.

5.10 Controle social

Ao registrarem na linha do tempo as duas eleições do Conselho Gestor do Ponto, o grupo que participou das oficinas de sistematização deixa claro a importância dada a esse órgão enquanto forma de organizar a participação social. Essa participação contínua da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação desses recursos.

No município de São Paulo, os Conselhos Gestores de Saúde foram criados pela lei municipal 13.325, de 8 de fevereiro de 2002, para todos os serviços de saúde do município e seus respectivos Distritos Administrativos, destinados ao planejamento, avaliação, fiscalização e controle da execução das políticas e das ações de saúde, em sua área de abrangência (São Paulo, 2002).

Cada Conselho Gestor possui seu regimento interno, obedecendo aos critérios de composição, conforme previsto em lei. A composição do 1º conselho gestor do Ponto, em 2016, contava majoritariamente com integrantes internos ao Ponto, respeitando os três segmentos representativos: gestão, trabalhador e usuários.

A partir de discussões realizadas em assembleias, para as eleições do Conselho Diretor em 2018, o regimento interno foi modificado, no sentido de permitir a candidatura de mais pessoas da comunidade, de colaboradores pertencentes aos movimentos sociais/culturais, da rede de saúde mental e economia solidária, tornando-se mais permeável ao entorno que envolve o trabalho do Ponto de Economia Solidária. O resultado foi um conselho mais robusto, diverso e potente, com dois representantes do segmento gestão, quatro do segmento trabalhador e oito do segmento usuários. As reuniões dos Conselhos Gestores acontecem ordinariamente uma vez ao mês e são abertas à população. Importante frisar o importante lugar que o Conselho teve nas discussões em momentos de conflito institucional como as articulações frente às ameaças realizadas pelo projeto da fábrica de vacina do IB.

5.11 Conflitos institucionais

Dentre os conflitos institucionais, o que se refere ao Instituto Butantan foi o mais citado, sendo identificado como uma ameaça à continuidade dos trabalhos do Ponto. Como informado anteriormente, a área onde hoje se localiza o Ponto de Economia Solidária do Butantã foi solicitada pelo referido instituto para a construção de um novo portão de acesso ao instituto e estacionamento, como parte das obras de expansão da fábrica de vacinas que já se encontrava em andamento, impulsionadas pela necessidade de vacinas no contexto da pandemia.

Importante ressaltar a relevância do Conselho Gestor nesse enfrentamento e o apoio dos movimentos sociais estabelecidos, pelas parcerias realizadas com parlamentares afinados com os princípios que regem o projeto do Ponto de Economia Solidária.

Dessa forma, enquanto ação confrontativa, a mobilização para parcerias, junto com o trabalho em rede, é amplamente utilizada como estratégia na tentativa de enfraquecer ou anular as ameaças existentes e como forma de superar os desafios. Como exemplo, podemos verificar toda a pressão do Conselho Gestor do Ponto, junto com ativistas da região, parlamentares e imprensa em torno da defesa da permanência do Ponto frente às investidas do Instituto Butantan como apresentado na Linha do Tempo de 2022, o movimento com o mote #OPontofica! surtiram efeito: em meados de julho de 2022 o setor de engenharia do IB revisitou o projeto e viabilizou um novo lugar para a futura entrada da garagem em uma via lateral que fica dentro do IB e desatrelando do terreno ocupado pelo Ponto.

5.12 Relacionamento com a SMS

Com o Ponto de Economia Solidária sob administração direta da SMS, até a finalização desta dissertação, seus funcionários são contratados através de concurso público, tendo vínculo trabalhista estatutário. Nas discussões nas oficinas de sistematização, os participantes relacionam esse tipo de vínculo à morosidade em haver substituição de servidores que se aposentam ou se afastam devido a licença. Essa preocupação está bem presente na linha do tempo, na qual foram destacadas a aposentadoria atingida por duas facilitadoras e suas consequências para o trabalho coletivo. Os participantes relacionaram à Política gestão da área da saúde da PMSP, realizada por meio de Organizações Sociais de Saúde (OSS); através de um contrato de gestão, que, por sua vez admite funcionários para trabalharem nos serviços de atenção à saúde de determinadas regiões, em detrimento à contratação de recursos humanos pela administração direta:

No Município de São Paulo, a qualificação de instituição como organização social foi disciplinada pela Lei nº 14.132 de 24/01/2006, que posteriormente foi regulamentada pelo Decreto nº 52.858 de 20/12/2011, estabelecendo que o Poder Executivo possa qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sociais sejam dirigidas às áreas da saúde, da cultura e de esportes, lazer e recreação, atendidos os requisitos previstos nesse mesmo diploma. (São Paulo, 2006)

Essas diferenças na forma de gerir o SUS trazem como consequência desigualdades na forma de gerenciar os recursos humanos, como as diferenças de regime de trabalho, assim como alguns benefícios de contrato como licenças-prêmio, quinquênios etc., e podem gerar conflitos internos nas e entre as equipes e enfraquecer o trabalho em rede. Discussões são realizadas em instâncias como o Conselho Gestor e propostas são formuladas, como a forma de vinculação do Ponto vir a se transformar num Programa de Geração de Renda, ligado à Coordenadoria de Saúde e implantado em cada STS, com maior abertura de contratação de facilitadores e remuneração de colaboradores.

5.13 Relação com pesquisa/ensino

É de se considerar destacadamente a relação do Ponto com as universidades, através da pesquisa, do ensino, da prática profissional e da extensão universitária neste equipamento pioneiro. Seu vislumbamento transdisciplinar¹⁸ dentro da saúde gera uma curiosidade acadêmica que atrai os interessados a conhecer e a contribuir no processo de construção de um equipamento que entrelaça tantos campos do saber-fazer.

Como mencionado anteriormente, uma das consequências, enquanto agenciador de parcerias colaborativas, é o acúmulo de conhecimento gerado para esse campo de conhecimento. A Escola de Economia Solidária é um importante exemplo que agrega tanto militantes quanto acadêmicos e trabalhadores de EES de diversas categorias, cujos interesses convergem para esse tema. O Projeto Cartografias (2020) também é outro exemplo de projeto universitário interdisciplinar, que reuniu estudantes e professores da FMUSP, IP e FAU/USP, além do grande volume de artigos publicados, alguns citados nesta pesquisa, a partir do trabalho no Ponto, deixando evidente a fomentação de conhecimento gerada por esse equipamento.

5.14 Autogestão

Pensar a autogestão dentro desse prisma da promoção de saúde é pensar que há formas de trabalho que são adoecedoras e, por outro lado, outras que promovem a saúde e conseqüentemente a saúde mental (Dejour, 2004).

Tendo a integralidade como eixo operacional e principalmente a democracia enquanto diretriz política, o modo de organização do trabalho hierarquizado e com decisões centralizadas, não se coaduna com a perspectiva da promoção de saúde, em que se busca o compartilhamento de poder, a valorização da autonomia e a justiça

¹⁸ Transdisciplinaridade — indica uma integração das disciplinas de um campo particular sobre a base de uma axiomática geral compartilhada; estruturada em sistemas de vários níveis e com objetivos diversificados, sua coordenação é assegurada por referência a uma base de conhecimento comum, com tendência à horizontalização das relações interdisciplinares; a transdisciplinaridade piagetiana implica a criação de um campo novo que idealmente seria capaz de desenvolver uma autonomia teórica e metodológica perante as disciplinas que o originaram, como teria ocorrido com a moderna ecologia, oriunda da biologia evolucionista, em sua interface com a geociência (Piaget, Piaget J. *Biologie e tconnaissance*. Paris: Gallimard; apud Almeida-Filho, 2000, p.17).

social.

Segundo Akerman et al. (2004, p.609)

Promover saúde é promover a vida. É compartilhar possibilidades para que todos possam viver seus potenciais de forma plena. É perceber a interdependência entre indivíduos, organizações e grupos populacionais e os conflitos decorrentes desta interação. Promover a saúde é uma imposição das circunstâncias atuais que apontam para a necessidade imperiosa de novos caminhos éticos para a sociedade.

De acordo com o autor, promover saúde é um imperativo ético para a defesa da vida ancorado em uma base valorativa que busca praxis de caráter interdisciplinar e intersetorial com respeito às diversidades e a atuação coletiva sobre a distribuição desigual e injusta de poder, oportunidades, recursos, serviços, informações etc., para promover a equidade e a justiça social.

Essa relação se fortalece, por princípio, na construção de um modo de produção que pertença a todos e que todos possam participar, seja pelo uso da voz e do voto, nos espaços formais nas assembleias, reuniões de EES ou nos espaços cotidianos de interação.

A livre adesão dos trabalhadores às iniciativas econômicas pautadas pelo exercício de práticas participativas em seus processos de trabalho, nas definições e na direção e coordenação das ações nos empreendimentos, e enquanto forma de organização de trabalho na ES, traz a oportunidade de relações horizontalizadas, não hierárquicas, mas, por outro lado, também provoca uma maior implicação de seus trabalhadores nos processos gerenciais dos EES de que participam.

Na oficina FOFA, a autogestão foi elencada tanto como um fator de Força, ao tratar de relações de trabalho horizontalizadas, mas também elencada como uma fraqueza, ao lembrarem de conflitos interpessoais e tensionamentos fruto das opiniões divergentes. Parênteses importantes a ser feito é que, apesar de ser localizada tanto como força e como fraqueza, seu peso não aparece o mesmo em ambas as categorias. Ao se mencionar a autogestão como força, frisamos seu aspecto de lidar com o poder de uma forma horizontalizada, mais igualitária e participativa e de como é importante para a vida e para saúde destes trabalhadores. Porém, ao ser elencado também como uma “fraqueza” ao associá-los a conflitos e discussões, podendo ser visto como decorrências desta mesma forma de gestão. Decorre aqui num desafio diante à necessidade de resolver conflitos derivados deste mesmo trabalho autogestionado e que pode levar mais tempo para uma tomada de decisão comparado

a um trabalho heterogestionado.

Essa ambiguidade que surge ao tratar desse tema pode ser compreendida pela ausência de referências para o atual formato e que seriam convocadas para uma ressignificação. Pessoas vindas de outras experiências de trabalho, com divisão de tarefas, remuneração e/ou processos de trabalho com características fragmentadas, se veem numa situação diferenciada e impelidas a ressignificar essa outra forma de trabalho autogestionário, pois se por um lado traz uma liberdade criativa com projetos a serem construídos, por outro, pode trazer angústia, em processos possivelmente ansiogênicos, pela escassez de fundamento para sua participação: “essa demanda por ressignificação advém, em grande medida, das diferenças de referenciais, de concepções e de valores existentes entre tais realidades que acabam encerrando compreensões e modos cotidianos de agir diversos e, por vezes, contraditórios” (Pedrini, 2000¹⁹; Holzmann, 2000²⁰ apud Andrada, 2012, p.27).

Conhecer a trajetória pessoal e as experiências acerca do trabalho anterior à chegada ao Ponto não era objetivo desta pesquisa, porém artigo elaborado sobre o trabalho na Comedoria Quiririm (Svartman et al., 2018) aponta a importância da ressignificação das experiências de outros formatos de trabalho para o atual em ES, no que se refere a planejamento, forma de remuneração e divisão do trabalho.

Nas oficinas de sistematização, os planejamentos participativos realizados em meados de 2020 foram destacados na construção da linha do tempo. Esse planejamento de trabalho, ao abordar temas nodais para o fluir do trabalho e traçar perspectivas de ação, dialoga com a Promoção de Saúde e fomenta tanto a qualificação para o trabalho quanto a ampliação da autonomia e integração social desses trabalhadores e cidadãos, na medida que propõe a discussão e destaca o papel central de todos os trabalhadores na formulação de projetos.

Como já mencionamos em pesquisas citadas anteriormente (Dejours, 2004; Demo, 1988) e também a partir de entrevistas com trabalhadores do Ponto sobre suas experiências anteriores sobre autogestão neste equipamento (Mambro et al., 2019), observa-se que quanto mais separa a esfera de planejamento da esfera da execução,

¹⁹ Pedrini DM Bruscor, uma experiência que aponta caminhos. In: Singer P, Souza. Organizadores. A economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto; 2000.

²⁰ Holzmann L. Gestão Cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: Singer PI, Souza, organizadores; A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo: Contexto; 2000.

quanto mais as pessoas se transformam em instrumentos da produção (o que na prática divide as pessoas entre dirigentes e subordinados, entre grupos que comandam e grupos que obedecem), maiores são as chances de que as condições de trabalho gerem adoecimentos.

Na oficina em que nos propusemos a trocar devolutivas do processo de sistematização, a autogestão foi novamente mencionada através dos processos de compartilhamento de responsabilidades, necessidade de maior implicação no trabalho e ausência de papéis mais definidos dentro do processo de trabalho. A partir dos estudos de Gadotti (2009), que considera a autogestão enquanto uma práxis pedagógica, se revela a necessidade de um programa educativo intrínseco e contínuo à sua prática para sua efetiva realização. Nessa Pedagogia da Autogestão, habilidades próprias à prática de uma gestão democrática como ouvir, falar, negociar e conviver com posições conflitantes também precisam ser aprendidas, vivenciadas e estimuladas a se alastrar para outros coletivos, sejam famílias, comunidades, escolas etc.

5.15 Identidade de Grupo

Demo (1988) afirma que possuir lastro cultural próprio que o identifique é condição básica para um grupo social sentir-se comunidade. Esse lastro cultural próprio cristaliza a história da comunidade, os valores e símbolos cultivados, os modos de ser e de fazer, bem como os modos de produzir, gerados no contexto de suas potencialidades concretas e talvez motivação mais imediata para a participação. Durante as oficinas, através dos eventos destacados, ou mesmo a partir das estratégias de ação na FOFA, a identidade de um equipamento que se origina a partir de uma demanda coletiva, e que sobretudo se propõe a criar espaços de trabalho e renda para uma população em desvantagem social através de um formato autogestionário a partir da ES, estabelece um importante marco de resistência à forma hegemônica, no caso, neoliberal.

É compreendendo que as identidades são afirmações da diferença no jogo da disputa de poder social que Manuel Castells (2006) vai propor três tipos diferentes de identidades, baseadas na “posição” e nos “projetos” dos diferentes atores frente à sociedade:

a) Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.

b) Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições e condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.

c) Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social (Castells, 2006²¹apud Brito, 2019, p.107).

A partir desta referência tipológica, avalia-se a pertinência de se considerar o coletivo do Ponto como relacionado como uma identidade de resistência, de recusa de uma estigmatização imposta, dentro de um lugar de desvantagem em que o doente mental ocupa na sociedade, a resistência como uma defesa de princípios democráticos e de militância dentro da Reforma Psiquiátrica Brasileira. As derivações existentes a partir da palavra resistência: 'r-existência', ou ainda (r)existência, se configuram a partir de uma resistência à própria existência. Essas identidades são resistentes ao existirem na afirmação de uma outra lógica que não a da sociedade dominante.

A existência deste equipamento em si que une saúde mental e economia solidária, a partir da matriz em comum que é a exclusão, por si só já é uma resistência, posto o contexto socioeconômico em que vivemos, premidos pela competição e meritocracia. Essa resistência tende a modificar o modo de existir, de afirmar também outro modo de estar no mundo ao se nomearem como trabalhadores de empreendimentos em economia solidária e que engendra também uma identidade de projeto ao trazer elementos afirmativos, inventivos e transformadores. Vale destacar, como exemplo, o movimento "Ocupa Ponto", no primeiro semestre de 2020, quando da solicitação do terreno do Ponto por parte do IB. Uma ampla discussão foi realizada com parceiros, representantes de movimentos sociais, culturais e da saúde pública na busca de ações que contribuíssem com a luta pela permanência deste equipamento no lugar onde está. Passeatas, reuniões ampliadas, audiências deram maior visibilidade a este serviço inovador em saúde nas mídias e contribuíram para a permanência do Ponto onde ele está.

²¹ Castells M. O poder da identidade. In: Cruz VC. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. Terra Livre. 2006 jan-jun;1(26):63-89.

Recuperando Weil (2001), a construção do futuro depende do alimento trazido pelo passado, mas um passado digerido e relacionado às questões do presente. Sob este prisma, o trabalho no Ponto auxilia na reconstrução da identidade de um grupo pautado pela exclusão, ao propor um outro lugar, mais capaz e produtivo. Trabalho esse fomentador de discussões sobre políticas públicas, culturais e, uma vez que isso tudo impacta nosso modo peculiar de viver, podemos nos reconhecer a partir de valores compartilhados, se permitir falar e ser ouvido, suportar os tensionamentos em equipe, sofrer junto, cooperar, o que traz o reconhecimento de um lugar de re-existência.

5.16 Participação nas oficinas de sistematização

Importante tema a ser analisado, e que se constitui como um dos objetivos desta pesquisa, é a forma pela qual se deu a participação dos integrantes do grupo nas oficinas de sistematização de experiências proposta por esta pesquisa. A importância da participação, no contexto da promoção de saúde, foi pactuada e disseminada através da *Carta de Ottawa* como “um processo de capacitação das pessoas para aumentar o controle sobre e melhorar sua saúde” (OMS, 1986), e também por colaborarem no reconhecimento das disparidades e estratégias que possibilitem promover amplas mudanças sociais (Westphal; Mendes, 2009).

O formato de oficinas em uma pesquisa de cunho qualitativo, enquanto forma de coleta de dados, envolve a participação de um grupo de pessoas que compartilham dessa mesma experiência em relação ao tema da pesquisa e tem o objetivo de estimular a discussão e interação entre os participantes e obter outras perspectivas e *insights* sobre a experiência do trabalho realizado.

Desse modo, nas oficinas da linha do tempo e FOFA, a discussão e a realização das tarefas em pequenos grupos, desde seu início, foram planejadas enquanto estratégia para facilitar a participação, de forma que todos tivessem a oportunidade de fazer uso de sua voz, não possibilitando a concentração das falas somente em alguns “porta-vozes”. A proposta de “visita” às produções dos outros subgrupos proporcionou a leitura sobre a obra do outro e conseqüentemente a releitura de sua própria produção, ao possibilitar a identificação e reforço do comum a todos.

Desde o início, houve uma boa adesão da equipe do Ponto às oficinas. Todas foram realizadas nos horários disponibilizados para a assembleia, favorecendo assim a participação de todos os interessados e demonstrando a boa vontade da equipe em participar da sistematização de experiências. De todas as oficinas realizadas, foi a primeira, aquela em que se construiu a linha do tempo, a que teve maior adesão. Algumas ausências foram justificadas, demonstrando o respeito ao trabalho que estava sendo realizado. As ausências tiveram um acréscimo, a partir da primeira, aumentando pouco à medida que as oficinas eram realizadas, mas novas adesões também ocorreram.

Nas devolutivas, durante a quarta e última oficina, as falas dos trabalhadores ressaltaram a satisfação de estar junto aos seus companheiros de trabalho nessa tarefa, revendo suas histórias e suas realizações. Perceberam o quanto de seu trabalho cotidiano está não só relacionado ao trabalho cooperativo, mas também à promoção de saúde, e foi aventada a necessidade de continuidade desse trabalho de sistematização.

Enquanto objetivo principal desta pesquisa buscamos propor uma metodologia social que contribua com a maior participação nas atividades laborais num contexto de autogestão. Assim, dar espaço às mais diversas formas de participação configurou importante meta que queríamos proporcionar aos envolvidos, e foi percebido com sucesso, da observação ao uso da voz quando solicitado, às colocações espontâneas com depoimentos de facilitadores, trabalhadores/usuários do RAPS, por vezes expressas com muita emoção e satisfação pela quantidade e qualidade do trabalho realizado e agora lembrado, como no caso da linha do tempo. Na FOFA, notamos as falas mais centralizadas nas facilitadoras e em alguns poucos trabalhadores, principalmente ao elaborarem as estratégias de ação, talvez por ser uma tarefa inédita para eles, de avaliação nesse formato proporcionado. Em todas as oficinas, percebemos pessoas mais envolvidas e outras menos envolvidas nas tarefas propostas, muitas vezes entretidas com outros afazeres, como por exemplo, em jogos online, nas redes sociais no celular ou mesmo adiantando as suas tarefas dentro do EES.

De forma geral, a cultura política/participativa da população brasileira ainda é muito clientelista e paternalista; as comunidades, envolvidas pela naturalização da relação dominação-submissão, são ainda frágeis e “aceitam” facilmente as propostas dos técnicos, não aportando às discussões suas verdadeiras avaliações, somado ao

fato de ser a cultura da avaliação participativa dos programas e equipamentos de saúde ainda muito incipiente em nosso país (Westphal; Mendes, 2009).

Contudo, sem negar os obstáculos que se apresentam, propor espaços que assegurem a todos a possibilidade de serem ouvidos garante a participação como espaço para a inclusão social, ao se oportunizar que grupos tradicionalmente excluídos das políticas públicas passem a apropriar-se tanto da implementação como da avaliação dos projetos em que estão inseridos, além de assegurar a equidade e o fortalecimento de seu poder de contratualidade, principalmente aqueles advindos de grupos em desvantagem social (Akerman et al., 2004). O empoderamento é processual, e embora possa ser percebido em alguns espaços, ainda é um elemento que não pode ser medido em um curto espaço de tempo (Arnstein, 2002).

Para Massola e Svartman (2018), a participação pode ser considerada uma forma de abertura da existência individual em direção ao futuro estabelecido coletivamente num campo de cooperação definido. O indivíduo percebe sua existência na coletividade e no próprio socioambiente como marcada por sua capacidade de se expressar livremente e determinar, por meio de sua ação em coletividade, os caminhos de seu grupo e de seu povo, em que, em suma, se sente capaz de participar. A possibilidade de participação dos sujeitos apoia o sentido de identidade e influencia seu enraizamento.

6 CONCLUSÕES

*O rio corre, carrego dele minhas lembranças.
A gente mesmo é um rio, sempre se vai, mas também sempre fica,
é uma só pessoa de duas, e cada qual sozinho é um também, ou é já morto.
O rio é assim. O sertão é assim. A vida é assim. Assim é a luta,
entre o desejado temido e o possível medido, tudo certo errado demais.*

(Guimarães Rosa)

Em *Grande sertão: veredas*, Guimarães Rosa compara a vida e a jornada de cada pessoa com a trajetória de um rio. Ele enfatiza que, assim como um rio, a vida é uma jornada que segue em frente e é influenciada pelos obstáculos e pelas pessoas que encontramos ao longo desse caminho. Além disso, ele destaca que, assim como um rio que se funde ao mar, a vida de cada um também chega a um fim, mas deixa para trás suas lembranças e sua marca no mundo.

Ao iniciar esta parte em que se pretende trazer algumas conclusões desta pesquisa, é mister salientar que, dentro de uma sistematização de experiências, é o caminho ou processo que se percorre que nos constrói enquanto coletivo e que nos fortalece enquanto sujeitos. Através de encontros proporcionados, nas trocas de afeto e conhecimento que se dá o trabalho, enquanto uma atividade de transformação, onde o sujeito constrói suas identificações e no qual a sistematização busca resgatar os processos vividos, assim como se apropriar das aprendizagens realizadas.

Lutar contra as exclusões, garantir a equidade nos direitos humanos a uma vida digna é o que aproxima esta discussão sobre o trabalho e saúde mental e que engendram a geração de renda dentro da Reforma Psiquiátrica, assim como a Economia Solidária e a Promoção de Saúde.

Ao produzir espaços coletivos dialógicos, através de uma exposição problematizadora do contexto, de forma crítica, promovemos espaços de aprendizado que fortalecem os laços desse sujeito com a sociedade. Esse fortalecimento do laço social reflete-se também em seu desempenho nos processos de trabalho dos EES e nas comissões de gestão específicas, como a financeira, e mesmo na qualidade da sua participação nas instâncias de autogestão, como a assembleia, provocando uma corresponsabilização no trabalho coletivo.

O sistematizar como uma ação reflexiva e crítica, a partir do processo de resgate do processo vivido, permitiu levantar os momentos mais significativos que marcaram o desenvolvimento das experiências, como se deu essa evolução, localizando seu contexto, o percurso de suas práticas, as coerências ou incoerências, a evolução e consequente adequação com respeito aos diferentes momentos e conjunturas políticas.

Essa ação de reconstruir o passado gera conhecimento ao ampliar a compreensão do nosso presente, leva a refletir a partir do intercâmbio de aprendizagens do que foi vivido, ressignifica experiências de forma mútua e retroalimentadora, ao compartilhar experiências e comunicá-las.

Tal qualificação do processo se dá ao se permitir criar conhecimento a partir do cotidiano, com a comunicação do saber acumulado pela prática, ao provocar a capacidade propositiva e resolutiva de questões e formulação de estratégias de ação. A socialização de novos saberes produzidos pela sistematização provocou apropriações, seja dos processos internos dos EES, tanto quanto a corresponsabilização nos processos de gestão do Ponto como um todo, permitindo visualizar as partes e como se engendram ao conformar um corpo de conhecimento como produto da prática.

A sistematização de experiências se constrói ao englobar, além das oficinas, a entrevista com informantes-chave e análise documental das experiências. Ao realizar interpretações sobre o processo vivido, traz elementos do que pode vir a tornar-se indicadores de avaliação e monitoramento para esse trabalho, ao levantar temas fundantes de forma participativa e valorizando o conhecimento existente no grupo.

Seus princípios, objetivos, o campo legislativo, a territorialidade, o trabalho em rede, a intersectorialidade, o trabalho autogestionado, conflitos institucionais, capacitação para o trabalho, são alguns dos temas levantados e que atravessam todo o processo, tornando-se assim significantes para a continuidade de seu trabalho.

Outro fator a ser levantado pelo processo de sistematização, ao não separar o sujeito do objeto de investigação, é a permissão de todos se apropriarem da capacidade de investigar, de pensar sobre seu fazer, de valorizar os conhecimentos a partir da prática ao aproximar-se desta realidade e ao ver a reação do grupo ao apresentar o resultado de nossa tarefa, a partir de recursos audiovisuais, seu contentamento ao ver tantas realizações já feitas.

As parcerias entre serviços da universidade ou da sociedade civil podem viabilizar esses processos avaliativos participativos, com maior suporte e em menor tempo de desenvolvimento. Através do estabelecimento de parcerias, nas negociações de cenários de práticas de estágio para estudantes de graduação ou residências, na construção de projetos de extensão e pesquisas, podem ser pactuadas contrapartidas de construção de planos de trabalho, realização e publicização dos resultados.

Sistematizar seu alcance e resultados, na tentativa de compreender a dinâmica do processo investigado, e propor a comunicação dessa experiência investigada e do diagnóstico produzido pelo grupo, a partir da realidade vivida, trouxeram elementos que contribuíram para o fortalecimento da autonomia social e para o empoderamento dos sujeitos. A possibilidade de participação dentro do coletivo de trabalho proporcionou novos agenciamentos sociais e trouxe a perspectiva de desenvolvimento de um maior sentido de pertencimento e autonomia.

O trabalho em autogestão, a partir de uma abordagem territorial, ajuda a arregimentar as potencialidades locais, fortalece o empoderamento pessoal e conseqüentemente sua influência na sociedade.

Através dos canais participativos autogestionados, quer seja nas assembleias, quer seja nas reuniões de EES, de planejamento de trabalho, nas capacitações ou organização e participação em feiras, reconhecemos uma construção operacional que vislumbra essa autonomia, enquanto princípio ético, em ações que promovem e operacionalizam a autogestão; engendrada por uma práxis, que possa ser retroalimentada dentro de um trabalho em equipe que permita a interação social, o compartilhamento de decisões e o resgate de saberes popular.

A partir de uma perspectiva dialética, pudemos verificar que a metodologia desenvolvida nesse processo possibilitou aos participantes compreender os processos enquanto sujeitos ativos e objetos de transformação histórica, percebendo que a evolução não se dá de forma linear, mas talvez elíptica, envolvendo os avanços, mas também retrocessos e conflitos. Ao rememorar esses processos, podemos elaborá-los, ressignificá-los e talvez avançar de forma mais criativa, entendendo mais as contradições inerentes em suas relações dinâmicas.

É fundamental não apenas compreender o que fazemos, mas também situar o sentido com que orientamos nossas ações e levar em conta seu contexto social e histórico. Nesse sentido, a identidade de resistência pode ser vista como uma forma

de re-existir cultural e social, formada através da criação de uma consciência compartilhada da opressão e da luta contra ela, que desafia as normas e valores hegemônicos da sociedade e visando uma transformação social, coerente com os princípios da Economia Solidária. A sistematização contribui para a criação de identidades de um grupo e valorização pessoal, além de ampliar a compreensão dos determinantes de saúde e da saúde mental, buscando coerência entre nossos pensamentos, sentimentos, vontades e ações nas diversas áreas de nossa vida, auxiliando no fortalecimento de redes de apoio e conseqüentemente de sua autonomia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] A experiência não é o caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem “pré-ver” nem “pré-dizer”

(Bondía, 2002, p. 28)

Compartilhar este sonho é poder senti-lo, dar-lhe contorno e forma para sua efetiva materialização, para a qual pudemos contribuir através deste processo de sistematização de experiências. Dentro de um contexto em que privilegiamos a busca de uma sociedade mais justa e radicalmente democrática, onde o respeito pela diversidade e a equidade nas ações façam parte inexoravelmente na pactuação de marcos civilizatórios para nossa convivência em sociedade, pude, enquanto pesquisadora, profissional do SUS e militante da Luta Antimanicomial, pensar formas coerentes de ação aos princípios e valores que me governam. Desde o início foi um desafio, mas penso ter contribuído um pouco para o conhecimento de um trabalho que nos alimenta de saúde, afetos e esperança num mundo mais solidário.

Entre os aprendizados, a proximidade com a educação popular, enquanto proposta pedagógica, ao valorizar o resgate cultural das pessoas de forma crítica e transformadora, mostra-se coerente, pelos seus princípios, quando se almeja trabalhar a autonomia nas organizações grupais.

Experienciar essa iniciativa, do Ponto de Economia Solidária, Comércio Justo e Cultura do Butantã, surgida de um movimento social vanguardista e propositivo, possibilitou enxergar o escopo de possibilidades que esse equipamento apresenta, de influenciar a criação de novas políticas públicas na interface saúde mental/economia solidária, estabelecendo-se assim como uma força instituinte pioneira. Conjecturo, a partir deste estudo, na importância da continuidade e talvez expansão de suas ações, na criação e incentivo de cada vez mais políticas públicas de apoio para essa área de trabalho e geração de renda, fornecendo subsídios e, dentro do campo jurídico, na criação de leis que facilitem a formação de cooperativas no Brasil, arcabouços legislativos mais sólidos que garantam a manutenção desse tipo de equipamento e fomentem o surgimento de outros equipamentos voltados para essa temática nos municípios, ligados à SMS e a outros setores da administração pública, como as

secretarias da Assistência Social, Trabalho, Educação, Abastecimento e Cultura, acionando mecanismos de financiamento e custeio para o desenvolvimento e consolidação de outros componentes na RAPS do SUS.

Talvez, dentro de um trabalho mais prospectivo e enquanto sugestão de pesquisas acadêmicas, conhecer melhor o perfil dos trabalhadores dos EES, suas trajetórias pessoais e profissionais, o acesso a redes de apoio antes e depois de sua inserção no Ponto, possa qualificar melhor essa atual experiência em autogestão nos EES e trazer mais elementos para a continuidade enquanto sistematização. Ao focar nos impactos que essa forma de trabalho e geração de renda traz e de que forma responde às necessidades dessa dada população, assim como o monitoramento desses projetos com indicadores previamente pactuados, seu trabalho com a diversidade, equidade e possíveis conflitos advindos dessa mesma diversidade, podemos conhecer melhor e fortalecer este tipo de tecnologia de cuidado ali desenvolvida.

A formulação de programas ligados às instâncias de gestão da saúde dos municípios que atendam às demandas de trabalho e geração de renda da população em desvantagem social configura uma peça importante para o engendramento das ações de promoção da saúde nesta área, de forma a prever a contratação e capacitação técnica de profissionais habilitados para trabalhar nesta interface saúde mental/economia solidária. Programas Intersetoriais são importantes por reconhecerem que muitos determinantes da saúde estão fora do setor de saúde e exigem uma abordagem ampla e coordenada. É necessário então levantar quais os setores relevantes para o problema e envolvê-los nesse processo. Isso requer a criação de fóruns ou espaço de diálogos que possam promover a cooperação e colaboração entre os diferentes setores e etapas com a definição de objetivos e metas, alocação de recursos, monitoração e avaliação de resultados, dentro de uma proposta interdisciplinar e territorializada.

Como limites deste estudo, importa reconhecer que a pandemia, com suas estratégias de isolamento social, tornou-se um dificultador para a realização das oficinas em formato presencial dentro de um período mais curto entre uma oficina e outra, o que pode ter influenciado na continuidade lógica das tarefas empreendidas.

Finalizando, desejamos que, assim como são os nós de uma rede o que dá a sustentação necessária para que ela se forme e se enrede, que sejamos nós o esteio para que esse sonho coletivo continue a se realizar e se transformar em ação.

8 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional, enquanto requisito para a obtenção do título de mestre do Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Saúde, foi engendrado a partir da dissertação de mestrado intitulada *Interface saúde mental/economia solidária: caminhos possíveis rumo à autonomia*, em que, através da proposta de uma metodologia participativa, neste caso a Sistematização de Experiências proposta por Oscar Jara-Holliday, procura-se contribuir para uma maior participação em atividades de geração de renda entre usuários da RAPS municipal, a partir um contexto de autogestão a que se propõe a Economia Solidária.

A proposta desenvolvida como: justificativa, objetivos, modo de operacionalizá-la e finalidade, encontram-se desenvolvidos no apêndice A desta dissertação.

REFERÊNCIAS²²

Akerman M, Mendes M, Bogus CM. É possível avaliar um imperativo ético? *Ciência e Saúde Coletiva*. 2004 set;9(3):605-15. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000300013> .

Almeida Filho N. Intersectorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto. *RAP [Internet]*. 2000 nov-dez [citado 21 mar 2023];34(6):11-34. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6345/4930>

Amarante P. *O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

Amarante P, coordenador. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1995.

Amarante P. Manicômio e loucura no final do século e do milênio. In: Fernandes M, Scarcelli IR, Costa ES. *Fim do século: ainda manicômios?* São Paulo: IPUSP; 1999. p. 47-53.

Andrada CF. *Encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre a autogestão a partir da experiência da Univens*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2012.

Aranha e Silva AL. *A construção de um projeto de extensão universitária no contexto das políticas públicas: saúde mental e economia solidária [tese livre docência]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem; 2012. doi: 10.11606/T.7.2012.tde-23112012-092937.

Aranha e Silva AL, et al. *Curso de formação em cooperativismo, saúde mental economia solidária: edição ensino remoto em caráter excepcional - COVID.19 [Internet]*. 2021. [citado 12 dez 2022]. Disponível em: <https://abpes.org/abpes/wp-content/uploads/2021/10/ARANHA-E-SILVA.pdf> .

Arnstein SR. Uma escada da participação cidadã. *Participe: Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação*. 2002 jan;2(2):4-13.

Badaró Moreira MI, Onocko-Campos RT. Ações de saúde mental na rede de atenção psicossocial pela perspectiva dos usuários. *Saúde e Sociedade*. 2017 abr-jun;26(2):462-74. doi: 10.1590/S0104-12902017171154.

Ballan C. *O livro de receitas D'o Bar Bibitantã: o desafio da construção de um empreendimento em economia solidária na rede pública de atenção à saúde mental no Município de São Paulo [dissertação]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem; 2010.

²²De acordo com estilo Vancouver.

Ballan C, et al. Pontos de economia solidária e cultura na rede de atenção psicossocial: “é possível fazer!”. P2P e Inovação. 2023;9(2):62-74. doi: 10.21721/p2p.2023v9n2.p62-74.

Basaglia F. A instituição negada. Rio de Janeiro: Graal; 1985.

Batista Jr P. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Paz e Terra; 1994.

Bondía JL. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista brasileira de Educação [Internet]. 2002 jan-fev-mar-abr [citado 17 jul 2023]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>.

Brasil. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado; 1988.

Brasil. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF; 1990. [citado 30 abr 2021]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8080&ano=1990&ato=9f7gXSq1keFpWT905>.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF; 2001. [citado 20 abr 2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Estratégias. Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho [E-book]. Brasília, DF; 2005. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/SAUDE_MENTAL_ECONOMIA_SOLIDARIA.pdf

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. I Conferência Nacional de Economia Solidária. Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento. Brasília, DF; 2006a.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política nacional de promoção da saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2006b. (Série B. Textos Básicos de Saúde). [citado 30 fev 2023]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_promocao_saude.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF; 2011. [citado 30 abr 2021]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria 4279 de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF; 2010. Disponível em: [Portaria+n°+4.279-2010-Ministério+da+Saúde+-+Estabelece+diretrizes+para+a+organização+da+Rede+de+Atenção+à+Saúde+no+âmbito+do+SUS.pdf](https://saude.df.gov.br/Portaria+n%0%2F4.279-2010-Minist%0%2Frio+da+Sa%0%2Fde+-+Estabelece+diretrizes+para+a+organiza%0%2F%0A%2F%0A+da+Rede+de+Aten%0%2F%0A%2F%0A+%0A+Sa%0%2Fde+no+%0A%2F%0A+%0A+%0A+SUS.pdf) (saude.df.gov.br).

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12690 de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm

Brasil. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Humanização. Brasília, DF; 2013.[E-book]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_fol_heto.pdf.

Brito HD. Da colonização à re-existência. Da vocação à autonomia, assim se faz uma história: uma experiência agroecológica em economia solidária territorializada na mesorregião pernambucana do agronegócio da cana de açúcar [dissertação na Internet]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Instituto de Geografia; 2019. [citado 15 dez 2022]. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38289/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Hugo%20Dubeaux%20de%20Brito.pdf>.

Campos RTO, Campos GWS.Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In: Campos GWS, et al. Tratado de saúde coletiva. Rio de Janeiro:Hucitec;Fiocruz; 2006. p.669-88. (Saúde em debate; 170).

Carrasco AR. Linha do tempo ponto de economia solidária Butantã: oficina de sistematização e experiência. São Paulo; 2022. Disponível em: <https://padlet.com/arcarrasco08/linha-do-tempo-ponto-de-economia-solid-ria-butant-7h1ivz2p55ar8c1h>.

Castel R. A ordem psiquiátrica - a Idade de Ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Graal; 1978.

Castoriades C. As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado. São Paulo: Paz e Terra; 1992.

Conselho Nacional de Saúde. Portaria 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, DF; 2012. [citado 15 abr 2022]. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

Dejours C. Inteligência prática e sabedoria prática: duas dimensões desconhecidas do trabalho. In: Lancman S; Sznelwar L, organizadores. Christophe Dejours: da psicologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2004. P.277 a 299

Demo P. Participação é conquista. São Paulo: Cortez; 1988.

Facebook: Ponto de economia solidária e cultura do Butantã. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/pontoecosolbutanta>.

Faria RM, Bortolozzi A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. Ra'Ega [Internet]. 2009 [citado 3 mar2023];17:31-41. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/11995/10663>.

Ferreira EP. Filosofia, democracia e autonomia: o pensamento de Cornelius Castoriades e a formação humana [tese]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação; 2012.

Ferreira DM.; Shimbo I. Linha do Tempo da Atuação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares como Ferramenta de Sistematização. Sem data (31) Análise das condições facilitadoras e dificuldades na construção de uma Linha do Tempo para sistematização de experiências em Economia Solidária. Caso: Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos, SP. | Ioshiaqui Shimbo and Danilo M Ferreira - Academia.edu

Foucault M. O nascimento da clínica. Porto Alegre: Forense; 1977.

Franco T. Avaliação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. Caderno CRH [Internet]. 2001 [citado 15 fev 2023];24 (n. esp. 1):171-91. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/MTqm5bSgk3h64tqMqZZXRQ/?format=pdf&lang=pt>.

Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra; 2003.

Freitas F, Amarante P. Medicação em psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2015.

Furtado JP, et al. The concept of territory in mental health. Cadernos de Saúde Pública. 2016 set;32(9).doi: 10.1590/0102-311x00059116.

Gadotti M. Economia solidária como práxis pedagógicas [E-book]. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire; 2009. Disponível em:<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/fbce3498-7390-45e6-9656-ae4cac2d8ebf/content>.

Gatto Júnior JR, et al. A participação em pesquisas com metodologias participativas: reflexão sobre experiências. Revista Brasileira em Promoção da Saúde. 2018;31 (supl 6):1-10. doi: <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.8643>.

Genta Maragni FT, et al. Healthily crazy business! solidarity economy and financial education as emancipation tools for the mentally ill. Innovar. 2021;31(82):203-21.doi: <https://doi.org/10.15446/innovar.v31n82.98422>.

Gohn MG. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. Cadernos CRH. 2019 jan-abr;32(85). doi: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>.

Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. Psicologia USP , 9 (2), 11-67. <https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>

IBGE. Censo Demográfico 2010. [citado 14 mar 2022]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

Instagram: Ponto de EcoSol do Butantã: Espaço comunitário de transformação e reabilitação psicossocial pela Economia Solidária. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/ecosolbutanta/>.

Instituto Vladimir Herzog. Territórios da memória realiza 5º encontro no ponto de economia solidária do Butantã, na ZO de SP. São Paulo; 2019. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/territorios-da-memoria-realiza-quinto-encontro-territorial-no-ponto-de-economia-solidaria-do-butanta-na-zona-oeste-de-sao-paulo/>.

Jara-Holliday O. Para sistematizar experiências. João Pessoa: EUFPB; 1996.

Junqueira V. O SUS em debate: aula aberta. 2021. [citado 15 jul 2021]. Disponível em: (200) O SUS em debate: Público, Privado e os caminhos do SUS em tempos de pandemia - YouTube.

Keinert A, et al. Pesquisa participativa em saúde mental: revisão sistemática da literatura disponível no PubMed. In: Toledo RF, et al. Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas [E-book]. São Paulo: Instituto da Saúde; 2018. p. 189-204. Disponível em: http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2020/01/metodologias_participativas_final.pdf.

Kinoshita RT. O outro da reforma: contribuição da teoria da autopoiese para a problemática da cronicidade no contexto das reformas psiquiátricas [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas; 2001.

Krenak A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das letras; 2019. Sonhos para adiar o fim do mundo; p.37-53.

Lopes CEP, Albuquerque AB. Análise SWOT em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Revista Alcance. 2014;21(2):295-310.

Machado ALB, et al. Planejamento estratégico e análise SWOT na gestão do trabalho em saúde. Revista Saúde em Debate. 2018;42(117):392-405.

Mambro R, et al. Vozes da economia solidária: uma análise das biografias profissionais de trabalhadores pré e pós autogestão no ponto. Anais do 15º Seminário Internacional Procoas; 16-18 oct. 2019; Valparaíso, Chile.

Manifesto de Bauru (1987). II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental; 3-6 dez. 1987; Bauru, SP, Brasil. Bauru; 1987. [citado em 10/5/2021].

Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>.

Martins AM. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. *Cadernos de Pesquisa*. 2002 mar;(115). doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100009>.

Marx K. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo; 2007.

Marx K. *Manuscritos econômicos e Filosóficos. Textos escolhidos. Seleção Arthur Gianoti. Tradução José Carlos Bruni et al.* São Paulo: Abril Cultural; 1978.

Marx K. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.* São Paulo: Centauro, 2006.

Massola GM, Svartman BP. Enraizamento, tempo e participação na Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia (Natal)*. 2018;23(3):293-305. doi: <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180028>.

Melo Neto Segundo JJ, Magalhães S. Bancos comunitários. In: *Repositório do Conhecimento do IPEA*. [citado 18 jul 2023]. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4059>

Merhy EE. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: Merhy EE, Onocko R, organizadores. *Agir em saúde: um desafio para o público*. São Paulo: Hucitec; 1997.

Minayo MC. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; 2014.

Oliveira RA. A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. *Kínesis*. 2010 abr;2(3):72-88. doi: [10.36311/1984-8900.2010.v2n03.4337](https://doi.org/10.36311/1984-8900.2010.v2n03.4337).

OMS. Carta de Otawa para promoção da saúde. Genebra; 1986. [citado 15 maio 2021]. Disponível em: https://www.iasaude.pt/attachments/article/152/Carta_de_Otawa_Nov_1986.pdf.

Paim J. *O que é o SUS? [E-book]*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2015. Disponível em: <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/4/>.

Plenária Temática de Educação em Economia Solidária [Citado 27/jul 2023]. Disponível em: https://fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Publica%C3%A7%C3%B5es/contribuicao_plenaria_tematica_educacao.pdf

Ricoeur P. *Abordagens da pessoa*. São Paulo: Loyola; 1990

Passos E, et al. O Comitê Cidadão como estratégia cogestiva em uma pesquisa participativa no campo da saúde mental. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2013 out;18(10).doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001000016>.

Santos M. O retorno do território. In: Santos N, organizador. *Território: globalização e fragmentação* [Internet].4. ed. São Paulo: Hucitec; 1998. p. 15-20. [citado 30 mar 2023]. Disponível em: <http://geocrocetti.com/msantos/Territorio.pdf>.

São Paulo (Município). *Epidemiologia e Informação*. São Paulo; 2022. [citado 20 jul 2022]. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/epidemiologia_e_informacao/index.php?p=317349#ancora.

São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Saúde. Câmara Municipal. PL nº 485 de 13 de setembro de 2016a. [citado 5 set2022].

São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Saúde. Lei nº 13.325 de 8 de fevereiro de 2002. São Paulo; 2002. [citado 5 set 2022]. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13325-de-08-de-fevereiro-de-2002#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20de,Sa%C3%BAde%2C%20e%20d%C3%A1%2>

São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Saúde. Portaria SMS nº 17.017 de 17 de setembro de 2016. São Paulo; 2016b. Institui o Ponto de Economia Solidária, Comércio Justo, Cooperativismo Social e Cultura no Butantã e estabelece diretrizes para o seu funcionamento [citado 13 maio 2021]. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-saude-1707-de-20-de-setembro-de-2016>.

Saraceno B. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia; Té Corá; 1999.

Scarcelli IR. Entre o hospício e a cidade: dilemas no campo da saúde mental. São Paulo: Zagodoni; 2011.

Scarcelli R, Alencar LS. Saúde mental e saúde Coletiva: intersectorialidade e participação em debate. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. 2011;1(1):67–76. doi: 10.5007/cbsm.v1i1.68428.

Scarcelli IR, Junqueira V. O SUS como desafio para a formação em psicologia. *Psicologia Ciência e Profissão*. 2011;31(2):340-57. doi:<https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200011>.

Singer P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2002.

Singer P. A economia solidária e a dimensão social da saúde. In: Justo M, organizador. *Invenção Democrática - a dimensão social da saúde*. São Paulo: Nupsi/USP: Autêntica; 2010. p. 83-87.

Singer P. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. 2023.[citado em 13 jul 2023]. Disponível em: Paul Singer – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).

Sistematização de experiências da economia solidária: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização [E-book]. Brasília, DF: Cáritas Brasileira; 2012. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/caderno_sistematizacao_cfes_nacional_parte1.pdf.

Stotz EN. Participação popular e Saúde. Série Saúde e Educação. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos; Rio de Janeiro, 1989.

Svartman BP; Esteves EG; Barbosa MA; Schmidt VL Reflexões sobre as condições psicossociais do exercício da autogestão. In: Ana Lucia Cortegoso & Miguel Gambelli Lucas (Orgs.). Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008 (pp. 39-52).

Svartman BP, et al. A construção do processo autogestionário da Comedoria Quiririm de economia solidária do Butantã. Anales del 19º Seminario Internacional Procoas; 17-19 oct. 2018; Cordoba, Argentina. [citado 15 out 2022]. Disponível em: <https://www.eco.unc.edu.ar/files/comunicacion/PDFs/memorias-XIVPROCOAS2018.pdf>.

Thousand Currents [Internet]. c2023. [citado 15 out 2022]. Disponível em: <https://thousandcurrents.org/about/>.

Tripp D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa [Internet]. 2005 set-dez [citado 19 abr 2021];31(3):443-66. <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQqyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt>.

Universidade de São Paulo. Cartografia social no território Butantã [homepage on the Internet]. São Paulo; 2020 [citado 20 ago 2021]. Disponível em: <http://cartografiasocialbutanta.fau.usp.br/>.

Veja São Paulo. Após pressão de Ponto de Economia Solidária, Butantan muda projeto de obra. Veja São Paulo. 4 jul. 2022. [citado 7 abr 2023]. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/apos-pressao-de-ponto-de-economia-solidaria-butantan-muda-projeto-de-obra/>.

Weil S. O enraizamento. Bauru: Edusc; 2001.

Westphal MF, Mendes R. Avaliação participativa e a efetividade da promoção da saúde: desafios e oportunidades. Boletim Técnico do Senac [Internet]. 2009 maio-ago [citado 13 mar 2023];35(2):16-27. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/243>.

Young IM. Justice and the politics difference. New Jersey: Princeton University Press; 1990. Chapter 2; The faces of oppression; p. 39-65. doi: <https://doi.org/10.2307/j.ctvcm4g4q.7>.

Yasui S. Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2010.

APÊNDICE A - Produto Educacional

PRODUTO EDUCACIONAL

**Mestrado Profissional em Formação
Interdisciplinar em Saúde**

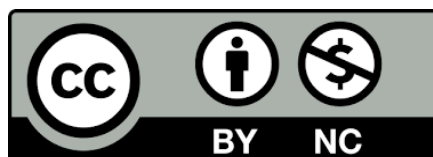
**Guia de Sistematização de Experiências para grupos de geração de renda
dentro de uma interface Saúde Mental-Economia Solidária**

Alessandra Rosini Carrasco
Autora

Prof. Dra Helena Akemi Wada Watanabe
Co-autora



FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE
MESTRADO PROFISSIONAL



Resumo

Este produto educacional foi construído a partir da dissertação de mestrado intitulada *Interface saúde mental/economia solidária: caminhos possíveis rumo à autonomia*, desenvolvida no âmbito do programa de Mestrado Profissional em Formação Interdisciplinar em Saúde/USP, através da proposta de uma metodologia participativa, a Sistematização de Experiências proposta por Oscar Jara Holliday, e identificação de fortalezas, fraquezas, ameaças e oportunidades, com o objetivo de contribuir para uma maior participação em atividades de geração de renda entre usuários da Rede de Atenção Psicossocial municipal, a partir um contexto de autogestão a que se propõe a Economia Solidária.

Palavras-chave: Sistematização de experiências. Metodologias participativas em saúde mental. Inclusão pelo trabalho. Autogestão.

SUMÁRIO

1 Introdução e justificativa	167
2 Objetivos	167
3 Metodologia	168
3.1 Modos de elaboração do produto.....	169
3.2 Material.....	170
4 Sistematizando as Experiências	170
4.1 A Linha do Tempo.....	170
4.2 Oficina: SWOT/FOFA.....	172
4.3 Oficina: elaboração de estratégias de ação na matriz SWOT/FOFA.....	173
4.4 Oficina: devolutiva e validação dos resultados.....	174
5 Finalidade	175
5.1 Contexto de utilização/público-alvo.....	175
5.2 Limites.....	175
Referências	176

1 Introdução e justificativa

Tendo como premissa a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), que preza pelos direitos humanos de pessoas acometidas por transtornos psiquiátricos, e considerando o eixo VII da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), o qual preconiza a assistência de base comunitária e sua operacionalização como diretriz para o desenvolvimento de atividades no território que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção da autonomia e do exercício da cidadania, importa considerar os grupos de geração de renda que, em sua interface com a Economia Solidária (ES), propõem a inclusão de usuários de equipamentos de saúde mental em um cenário de trabalho autogestionado.

A autogestão, enquanto forma de organização do trabalho na perspectiva da ES, preconiza relações de poder horizontalizadas, através de canais de participação como as assembleias, em que as tomadas de decisão são realizadas de forma coletiva, assim como seus resultados são compartilhados.

O que se percebe, muitas vezes, é a falta de capacitação para o trabalho em autogestão, principalmente nas instâncias financeiras e administrativas dos Empreendimentos em Economia Solidária (EES), ficando, em sua maioria, a cargo de técnicos facilitadores e colaboradores. Sendo assim, percebe-se a necessidade de fortalecimento desses coletivos e a preparação de seus trabalhadores de modo a instrumentalizá-los de forma crítica e transformadora para a ação.

2 Objetivos

Desenvolver uma metodologia participativa para aplicação em processos autogestionários dentro de Empreendimentos em Economia Solidária (EES), dentro da interface saúde mental / reabilitação psicossocial / economia solidária. Recuperar o saber fazer dos participantes desses EES, numa ressignificação e reapropriação crítica da experiência vivenciada.

3 Metodologia

O uso de metodologias participativas é amplamente estimulado devido aos seus resultados positivos, conforme concluiu a revisão sistemática realizada por Keinart et al. (2018) e publicada no livro *Pesquisa participativa em Saúde Mental*, em 2018. O objetivo principal dessa revisão foi avaliar a abrangência da utilização da pesquisa verificando seus benefícios, limitações e resultados relatados nos estudos que se valeram de métodos participativos sobre populações com agravos ligados à saúde mental. Os estudos descrevem uma variedade de relatos positivos, não só na identificação de necessidades, planejamento e implementação de práticas que geram conhecimento, empoderam, bem como reduzem o estigma e aumentam a recuperação e qualidade de vida de populações com agravos relacionados à saúde mental. Contudo, apesar de todo o potencial relatado pelas pesquisas que fazem uso de metodologias participativas com usuários, seu uso em saúde mental ainda é pequeno, com poucas evidências disponíveis na literatura médica, conclui o artigo. Dessa forma, justifica-se aqui também o uso dessa metodologia por parte do presente trabalho.

Dentre as várias formas de metodologia participativa, optamos pela metodologia da Sistematização de Experiência, proposta pelo educador popular peruano Oscar Jara-Holliday. Nessa metodologia, um dos requisitos para sua realização é o pertencimento de **todos** numa mesma experiência a ser sistematizada. A sistematização de experiências é entendida como reconstrução ordenada de fatos, na teorização da prática através de um processo participativo e que visa o protagonismo dos sujeitos da experiência a ser sistematizada: “A sistematização é aquela **interpretação crítica** de uma ou várias experiências que, a partir de seu **ordenamento e reconstrução**, descobre ou explicita a lógica do **processo** vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e por que o fizeram desse modo” (Jara-Holliday, 1996, p. 29).

A Sistematização de Experiências, proposta por Jara-Holliday (1996, p.85), se dá em cinco etapas:

1. O ponto de partida:
 - 1a. Ter participado da experiência;
 - 1b. Ter registro das experiências.
2. As perguntas iniciais:

- 2a. Para que queremos? (objetivos);
- 2b. Que experiência queremos sistematizar? (delimitar objeto a ser sistematizado);
- 2c. Que aspectos centrais dessa experiência nos interessa sistematizar? (definir um eixo de sistematização).

3. Recuperação do processo vivido:

- 3a. Reconstruir a história;
- 3b. Ordenar e classificar a informação.

4. A reflexão de fundo: Por que aconteceu o que aconteceu?

- 4a. Analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo.

5. Os pontos de chegada:

- 5a. Formular conclusões;
- 5b. Comunicar a aprendizagem.

3.1 Modos de elaboração do produto

O presente produto educacional, o qual explanamos a seguir, foi planejado enquanto uma atividade de extensão no formato de quatro oficinas com até 3h de duração cada. Importante não se estender muito em sua duração para garantir o tempo de maior atenção e concentração dos participantes, visto ser um público que, em sua maioria, usa medicações psicotrópicas e que podem alterar sua atenção dirigida.

A forma e os métodos usados no planejamento das oficinas dentro da proposta de Jara Holliday vão depender muito dos objetivos que se pretende atingir. Neste caso, propomos enquanto **eixo de sistematização**: Trabalho em autogestão em EES, níveis de autonomia e capacidade propositiva sob a ótica da Promoção da Saúde.

A seguir, detalhamos o formato das quatro oficinas:

1. Sistematização da história da experiência através da confecção de sua Linha do Tempo;
2. Avaliação e monitoramento do processo, utilizando o método de gestão FOFA, com levantamento das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças;
3. Desdobramento da oficina enquanto matriz FOFA, com identificação das estratégias de ação;
4. Devolutiva com validação e socialização dos resultados da oficina para o grupo

e elaboração de plano de gestão

3.2 Material

Para o desenvolvimento das oficinas são utilizados os seguintes materiais:

- Flip chart, cartolina, papel manilha, fita crepe, canetas hidrográficas, lápis de cor, crachá ou etiquetas para identificação dos participantes. Alguém para o registro fotográfico (autorização para uso de imagem). Equipamentos (datashow, tela, notebook);
- Lanche para confraternização em cada oficina.

Composição da equipe: coordenador/a das oficinas, assistente para registro das falas e discussões.

4 Sistematizando as Experiências

4.1. A Linha do Tempo

A primeira oficina tem por objetivo o resgate do processo histórico da experiência a ser sistematizada. Essa ação vem atender ao processo de sistematização de experiência proposto por Jara-Holliday (1996) no que tange ao passo 3: Recuperação do processo vivido.

Elaboramos uma linha do tempo coletiva sobre a história comum aos membros do grupo, de forma a articular diferentes visões sobre acontecimentos, permanências e mudanças vividas por todos e às vezes de formas muito diferentes. Também se presta a revelar como cada um contribui para essa história, proporcionar ressignificações de experiências vividas em seus afetos, facilidades ou dificuldades.

Já no início, os participantes recebem etiquetas com seu nome, para melhor identificação de cada um. No passo seguinte, apresentamos a proposta, seus objetivos gerais e específicos, assim como a metodologia a ser utilizada, o roteiro da presente oficina e informamos também sobre as oficinas subsequentes.

Após um rápido aquecimento em que podem ser empregadas técnicas de respiração a fim de diminuir as ansiedades do grupo e trabalhar o foco na atividade,

cada participante se apresenta e informa em que ano iniciou suas atividades no Ponto de Economia Solidária.

Como atividade inicial, sugerimos uma atividade de aquecimento. Pode-se solicitar que os participantes comentem sobre o impacto que a experiência a ser sistematizada teve em sua vida ou qual habilidade, que não tinha antes dessa experiência, necessitou desenvolver. Esta questão tem como objetivo iniciar a reflexão sobre sua implicação no trabalho coletivo.

Enquanto os participantes respondem a esta questão, a equipe de organizadores faz a divisão em subgrupos, definidos segundo o período de adesão ao EES: um subgrupo com os participantes que estão no EES desde sua inauguração e os demais conforme tempo de adesão à atividade.

Importante frisar que este critério foi pensado por se tratar de um exercício de reconstituição histórica, devendo cada grupo ter vivenciado contextos semelhantes e diferentes de forma a relatar os momentos mais significativos:

Cada subgrupo fará sua linha do tempo a partir da seguinte questão norteadora: *“Quais momentos vivenciaram e que consideram marcantes positivamente ou negativamente para a história deste lugar?”* Para detalhar mais a explicação do processo, tentar levantar as principais conquistas, principais rupturas, entrada ou saída de pessoas significativas, eventos, aprendizados que tiveram etc.

Cada um dos integrantes de cada subgrupo recebe três tarjetas e caneta para que possam registrar eventos que consideram mais marcantes. Após esse registro, ainda nos subgrupos, os seus integrantes realizarão a leitura de cada cartão, organizarão um pequeno mural, em forma de linha do tempo, com todas as respostas registradas e discutidas. Tarjetas podem ser fundidas, ter seus conteúdos redefinidos. A importância da discussão dentro de cada subgrupo deve ser valorizada e registrada.

Depois de realizada a linha do tempo em cada subgrupo, os participantes farão uma visita à linha do tempo dos outros subgrupos, refletindo acerca dos marcos em comum e as suas diferenças.

Finda essa etapa, os subgrupos se reúnem em uma grande roda para a construção de uma única linha do tempo, a partir das contribuições dos subgrupos, priorizando os fatos mencionados por pelo menos dois subgrupos ou mesmo citados por um único grupo, desde que consensuado por todos.

4.2 Oficina: SWOT/FOFA

A segunda oficina propõe o uso de uma ferramenta de gestão – SWOT, ou FOFA, em português, acrônimo de Fortalezas, Ameaças, Fraquezas e Oportunidades, cujo objetivo, para análise e planejamento estratégico de empreendimentos ou projetos, é o reconhecimento do que ocorre internamente (Forças e Fraquezas) e do que ocorre externamente ou no ambiente (Oportunidades e Ameaças) no EES. Apresenta formato de relativa simplicidade no entendimento e é funcional para a análise de uma decisão estratégica, ao focar no que gera mais impacto numa tomada de decisão em um empreendimento.

Trata-se de promover a participação efetiva dos trabalhadores em atividades produtivas num contexto de autogestão, ajudando na instrumentalização de uma análise e de visão mais ampla do seu trabalho.

Propor uma atividade de aquecimento e grupalização é recomendável. Em seguida, é necessário retomar os objetivos das oficinas e desta em particular.

Realiza-se então a divisão em subgrupos. Por se tratar de uma oficina pela qual se objetiva sistematizar o processo dessas experiências, sugerimos critérios apropriados para essa subdivisão, coerentes com a proposta da oficina. Por exemplo, dividir os participantes em subgrupos de acordo com os empreendimentos: em um grupo, os que lidam com alimentos, em outro, os que lidam com cultura, artesanato e comercialização de produtos não alimentícios.

Feita a divisão em subgrupos, começa-se por analisar os fatores inerentes ao ambiente interno, os pontos favoráveis (Fortalezas) ou desfavoráveis (Fraquezas). Apresentamos então as questões disparadoras para o trabalho, com o tempo previsto, e registradas em cartazes ou flip chart:

1. *O que identifico como Fortalezas (meio interno) da experiência e como contribuem positivamente para o seu êxito?*

2. *O que identifico como Fraquezas? Quais foram as fragilidades e fraquezas do coletivo (internas ou controláveis)?* Lembrar defeitos ou fragilidades observadas e momentos experienciados coletivamente que levaram à falta de êxito.

Após esse momento, os subgrupos fazem uma discussão com o objetivo de montar uma apresentação para todo o coletivo.

Levantadas as condições internas, passamos a analisar as condições que vêm de fora ou externamente ao coletivo do Ponto. As questões disparadoras para fazer o

levantamento das Oportunidades e Ameaças que venham do ambiente externo ao Ponto são apresentadas:

1. Oportunidades: situações externas e que podem acontecer e afetar positivamente no trabalho. *Com que recursos (financeiros/econômicos, parcerias, colaboradores, políticas públicas, culturais, ONGs) podemos contar?*

2. Ameaças: situações ameaçadoras externas sobre as quais temos pouco ou nenhum controle. *Preço mais caro do fornecedor, Pandemias, etc.*

A partir daí, outra discussão é realizada nos subgrupos, e o resultado deve ser compartilhado com o grupo maior, montando-se uma apresentação única, com o critério de que seja validado por todos ou que apareça majoritariamente nas apresentações dos subgrupos. Com relação à qualificação dos fatores levantados pelo grupo, pode-se estabelecer que os primeiros citados sejam qualificados como totalmente importantes, seguidos pelos de média importância.

4.3 Oficina: elaboração de estratégias de ação na matriz SWOT/FOFA

A terceira oficina é um desdobramento da anterior e é realizada com o objetivo de se pensar em possíveis estratégias e planos de ação a partir de cada tópico levantado na oficina anterior. Assim começamos lembrando as fortalezas levantadas e as oportunidades, propondo que se pense em ações a partir das seguintes questões norteadoras:

- FORÇAS + OPORTUNIDADES (estratégias ofensivas ou de desenvolvimento): *Quais pontos fortes podem ser usados para maximizar as oportunidades identificadas? Possuo forças capazes de potencializar as oportunidades?*
- FORÇAS + AMEAÇAS (estratégias confrontativas ou de manutenção): *Quais pontos fortes podem ajudar a minimizar o impacto das ameaças? Possuo forças capazes de neutralizar as ameaças?*
- FRAQUEZAS + OPORTUNIDADES (estratégias de reforço ou crescimento): *Que ações podem ser feitas para minimizar as fraquezas através das oportunidades levantadas? Possuo fraquezas que podem me fazer perder oportunidades?*

- FRAQUEZAS + AMEAÇAS (estratégias defensivas ou de sobrevivência):
Quais ações podemos ter para diminuir ou eliminar as fraquezas e minimizar os efeitos das ameaças?

A partir da matriz FOFA, é possível a construção/elaboração de estratégias e planos de ação conforme o cruzamento dos itens levantados.

4.4 Oficina: devolutiva e validação dos resultados

A quarta oficina tem por objetivos apresentar uma devolutiva do processo, realizar a validação dos resultados das três oficinas de sistematização, com complementos e alterações necessárias, e a devolutiva, pelos trabalhadores, sobre a experiência de participação nas oficinas realizadas.

Sobre o processo da oficina, é recomendável dividir a apresentação por temas e projetar um tempo para cada fase:

- Apresentação da Linha do Tempo através de ferramenta digital (ex.: Padlet);
- Apresentação da análise FOFA através de ferramenta digital (ex.: Canva);
- Rodada de devolutiva desse processo pelos trabalhadores do Ponto.

Em cada fase da apresentação, são relidos os itens levantados nas oficinas, sendo complementados ou corrigidos conforme a necessidade, realizando-se, assim, a validação desses resultados.

Também são sugeridas algumas questões a serem refletidas para a devolutiva, com relação à participação nesse processo de sistematização de experiências: *Como foi para você participar desta oficina de sistematização de experiências? O que significou para você essa participação? Algum impacto no seu trabalho? Qual?*

Vale ressaltar que o formato de oficinas reforça a proposta pedagógica desse trabalho. Também é recomendável a busca de outras linguagens além da verbal para servir à expressão de seus participantes, formas que contemplem as facilidades e a diversidade do grupo, como colagens, desenhos, recortes etc.

5 Finalidade

Como finalidades atribuídas a este produto educacional, podemos elencar:

- ordenamento e reconstrução do processo vivido;
- interpretação crítica como resultado do esforço em compreender o sentido das experiências;
- comunicar e socializar com outros(as) o conhecimento gerado;
- promover relações mais emancipatórias e que criem oportunidades de suscitar reflexões e provocar processos de aprendizagem, envolvendo a participação e construção coletiva;
- contribuir para potencializar a consolidação de práticas consideradas bem-sucedidas ou que estejam enfrentando dificuldades ou que necessitem de uma rede-definição de estratégias de trabalho.

5.1 Contexto de utilização/público-alvo

Podemos sugerir este produto educacional para grupos de geração de renda em Economia Solidária ligados à rede de saúde mental ou para um público que esteja em situação de desvantagem social, com o objetivo de aumentar a qualificação para seus trabalhadores em processos autogestionários de trabalho.

5.2 Limites

A realização de quatro oficinas de modo presencial pode não garantir a presença de todos os participantes em todas elas. Considerar a possibilidade de flutuação na participação entre as oficinas, podendo haver uma diminuição dos participantes no decorrer das 4 oficinas.

Por envolver trabalhadores portadores de sofrimento psíquico, a duração das oficinas deve ser de 2 ou, no máximo, 3 horas cada.

Referências

Jara-Holliday O. Para sistematizar experiências. João Pessoa: EUFPB; 1996.

Keinert A, et al. Pesquisa participativa em saúde mental: revisão sistemática da literatura disponível no PubMed. In: Toledo RF, et al. Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas [E-book]. São Paulo: Instituto da Saúde; 2018. p. 189-204. Disponível em: http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2020/01/metodologias_participativas_final.pdf.

Leituras Sugeridas

Bondía JL. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista brasileira de Educação, abril/2002.

Ferreira DM.; Shimbo I. Linha do Tempo da Atuação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares como Ferramenta de Sistematização. Sem data
(31) Análise das condições facilitadoras e dificuldades na construção de uma Linha do Tempo para sistematização de experiências em Economia Solidária. Caso: Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos, SP. | Ioshiaqui Shimbo and Danilo M Ferreira - Academia.edu

Gatto Júnior JR, et al. A participação em pesquisas com metodologias participativas: reflexão sobre experiências. Revista Brasileira em Promoção da Saúde. 2018;31 (supl 6):1-10. doi: <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.8643>.

Lopes CEP, Albuquerque AB. Análise SWOT em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Revista Alcance. 2014;21(2):295-310.

Machado ALB et al. Planejamento estratégico e análise SWOT na gestão do trabalho em saúde. Rev. Saúde em Debate, 2018, 42(117):392-405.

Singer P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2002.

Sistematização de experiências da economia solidária: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização [E-book]. Brasília, DF: Cáritas Brasileira; 2012. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/caderno_sistematizacao_cfes_nacional_parte1.pdf.

ANEXO A -Projeto De Sistematização

Quem sistematiza: Trabalhadores, facilitadores e colaboradores do Ponto de Economia Solidária passando por uma reorganização de seus EES com a passagem da pandemia e alterações cogestivas com a SMS.

Objetivos: A partir da metodologia de sistematização da experiência do Ponto, construir uma proposta de planejamento de trabalho em economia solidária, sob a ótica da promoção de saúde, que possa responder aos novos desafios pós-pandêmicos.

Objetivos específicos: 1. Resgatar a experiência acumulada dos trabalhadores, com suas diversas experiências particulares, identificando o significado que dão a esse trabalho e sua participação nos EES, trazendo elementos para enriquecer suas colocações num ambiente de autogestão e captando elementos que vão no sentido da construção de sua autonomia e capacidade propositiva. 2. Promover a reflexão crítica sobre a prática visando aprimorá-la. 3. Validar coletivamente o conhecimento e as práticas formativas. 4. Disseminar as experiências e os conhecimentos produzidos de forma a inspirar outras experiências.

Delimitação do objeto a ser sistematizado: Experiências de trabalho dos EES localizados no Ponto de Economia Solidária entre 2016 (inauguração oficial do Ponto) e 2021 (até a pandemia).

Eixo de sistematização: Trabalho em autogestão em EES e níveis de autonomia e capacidade propositiva sob a ótica da Promoção da Saúde.

Procedimento: Participam todos os trabalhadores das EES, facilitadores e alguns colaboradores em três oficinas de aproximadamente 3h de duração. Serão propostas três oficinas, com possibilidade de se estender a quatro, a depender da tarefa a ser realizada.

Reconstrução histórica: de 2016 a 2021, do que foi realizado no trabalho de construção dos EES no Ponto, identificando as principais etapas e momentos significativos, entrelaçando com o contexto político-social e sanitário do país e do município. Que elementos haveria que tomar em consideração na reconstrução histórica?

Roteiro para ordenamento, classificação e interpretação crítica

- Objetivos previstos pelo Ponto
- Necessidades colocadas pela comunidade
- Avanços e dificuldades
- Grupos organizados existentes e que surgem na experiência
- Ações geradas com parceiros, colaboradores
- Relação comunidade / Ponto / instâncias de Governo

Roteiro para interpretação crítica do processo

- Houve mudança nos objetivos? Por quê?
- As necessidades continuam as mesmas? Por quê?
- Que ações demonstram que se ganhou em autonomia ou em capacidade propositiva?
- Que fatores (internos e externos) incidiram em maior autonomia ou capacidade propositiva? Quais incidiram negativamente? Foram superados? Por quê?
- A partir do que foi visto, como conceituaremos o trabalho em economia solidária? Que relação têm esses conceitos com a promoção de saúde?

Conclusões:

Produtos de comunicação: folhetos, material de reflexão, propostas comunitárias ou fomentos a mais políticas públicas, audiovisual, peça de teatro

ANEXO B -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Oficina)

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa: "Interface saúde mental / economia solidária: caminhos possíveis rumo à autonomia", que está sendo conduzida pela pesquisadora Alessandra Rosini Carrasco, no Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Saúde da USP, tendo como orientadora a Prof^aDr^a Helena Akemi Wada Watanabe da FSP-USP.

Estamos propondo com essa pesquisa colaborar com a capacitação em autogestão dos trabalhadores envolvidos nos Empreendimentos em Economia Solidária do Ponto de Economia Solidária, Comércio Justo e Cultura do Butantã. Para tanto, utilizaremos de uma metodologia social que ajude a sistematizar as experiências dos atores envolvidos neste trabalho de geração de renda, resgatando o histórico deste coletivo ao qual pertencemos. Objetivamos também fomentar a participação na gestão do Ponto, ao problematizar essas experiências e possibilitar a identificação dos sentidos dessas práticas no processo coletivo. Sua participação é, portanto, fundamental na elaboração desta sistematização de Experiência.

A forma escolhida para este fim virá através da realização de **três oficinas** de aproximadamente **3h de duração cada uma**, em que utilizaremos algumas técnicas de grupo para a coleta de dados. A devolutiva desse processo também virá na forma de oficina e roda de conversa ou sob outros formatos que o grupo achar mais conveniente.

Enquanto benefícios enxergamos a possibilidade de auxiliar na construção e no fortalecimento da autonomia nas práticas de autogestão dos envolvidos, assim como a legitimação de saberes e conhecimentos úteis para a garantia de geração de renda e um maior empoderamento social dos envolvidos. Ressaltamos que sua participação não implica em nenhum risco à sua integridade física ou moral. O(A) Sr.(a) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar.

O(A) Sr.(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, e a sua recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de qualquer benefício ou vínculo com a instituição estudada. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com respeito e seguirá padrões profissionais de ética, assegurando e garantindo o sigilo e confidencialidade dos dados pessoais dos participantes da pesquisa, uma vez que os dados não serão divulgados de forma individualizada.

Seu nome, ou qualquer material que indique a sua participação, não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo se não for de sua autorização. Uma

via assinada deste termo de consentimento livre e esclarecido será arquivada pela pesquisadora e outra será fornecida ao(à) Sr.(a). O estudo poderá ser interrompido mediante aprovação prévia do CEP quanto à interrupção ou quando for necessário, para que seja salvaguardado o participante da pesquisa.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu, _____
_____, RG. _____ fui informada(o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações para motivar minha decisão, se assim o desejar. A pesquisadora **Alessandra Rosini Carrasco** certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e somente os pesquisadores terão acesso. Em caso de dúvidas poderei chamar a pesquisadora **Alessandra Rosini Carrasco** no telefone **(11) 991819050**.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo também poderá ser consultado para dúvidas/denúncias relacionadas à Ética da Pesquisa. O comitê, que tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde, localiza-se na Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – São Paulo, SP. Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 15h. Telefone: (11) 3061-7779, e-mail: coep@fsp.usp.br. Assinei duas vias deste termo de consentimento livre e esclarecido, o qual também foi assinado pelo pesquisador que me fez o convite, e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Uma **via** deste documento, devidamente assinada, foi deixada comigo. Declaro que concordo em participar desse estudo.

Nome Assinatura do Participante

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Entrevista informante-chave)

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa: “Interface saúde mental / economia solidária: caminhos possíveis rumo à autonomia”, que está sendo conduzida pela pesquisadora Alessandra Rosini Carrasco, no Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Saúde da USP e tendo como orientadora a Prof.^a Dr^a Helena Akemi Wada Watanabe da FSP-USP.

Estamos propondo com essa pesquisa colaborar com a capacitação em autogestão dos trabalhadores envolvidos nos Empreendimentos em Economia Solidária do Ponto de Economia Solidária, Comércio Justo e Cultura do Butantã. Para tanto, utilizaremos de uma metodologia social que ajude a sistematizar as experiências dos atores envolvidos neste trabalho de geração de renda, resgatando o histórico deste coletivo ao qual pertencemos.

Objetivamos também fomentar a participação na gestão do Ponto, ao problematizar essas experiências e possibilitar a identificação dos sentidos dessas práticas dentro deste processo coletivo. Assim, além da realização de três oficinas com os integrantes que formam o Ponto de Economia Solidária, realizaremos algumas entrevistas com informantes-chave e com os quais poderemos compor, a partir das informações coletadas, a sistematização de experiências à qual nos propomos. Desta forma, a partir de uma **entrevista semiestruturada**, pretendemos coletar informações do lugar de gestão da Secretaria Municipal de Saúde da cidade de São Paulo, estrutura na qual se insere o referido Ponto de Economia Solidária.

Enquanto benefícios, enxergamos a possibilidade de auxiliar na construção e no fortalecimento da autonomia nas práticas de autogestão dos envolvidos, assim como a legitimação de saberes e conhecimentos úteis para a garantia de geração de renda e um maior empoderamento social dos envolvidos. Ressaltamos, enquanto risco de sua integridade física ou moral, que sua participação nesta entrevista talvez gere um certo desconforto ou mesmo um cansaço físico e mental em decorrência de seu **tempo de duração, estimado em torno de 1 hora.**

O(A) Sr.(a) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O(A) Sr.(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, e a sua recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de qualquer benefício ou vínculo com a instituição estudada. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com respeito e seguirá padrões profissionais de ética, assegurando e garantindo o sigilo e confidencialidade dos dados pessoais dos participantes de pesquisa, uma vez que os dados não serão divulgados de forma individualizada.

Seu nome, ou qualquer material que indique a sua participação, não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo se não for de sua autorização. Uma **via** assinada deste termo de consentimento livre e esclarecido será arquivada pela pesquisadora e outra será fornecida ao(à) Sr.(a). O estudo poderá ser interrompido mediante aprovação prévia do CEP quanto à interrupção ou quando for necessário, para que seja salvaguardado o participante da pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo também poderá ser consultado para dúvidas/denúncias relacionadas à Ética da Pesquisa. O comitê, que tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde, localiza-se na Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – São Paulo, SP. Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 15h. Telefone: (11) 3061-7779, e-mail: coep@fsp.usp.br. Assim como o CEP/SMS também pode ser contatado para denúncias quanto às questões éticas: Rua Gomes de Carvalho 250, sala 15, tel..38464815 ramal 228. smscep@gmail.com

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu, _____
_____, fui informada(o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. A pesquisadora **Alessandra Rosini Carrasco** certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e somente os pesquisadores terão acesso. Em caso de dúvidas poderei chamar a pesquisadora Alessandra Rosini Carrasco pelo telefone (11) 991819050.

Assinei duas vias deste termo de consentimento livre e esclarecido, o qual também foi assinado pelo pesquisador que me fez o convite, e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Uma via deste documento, devidamente assinada, foi deixada comigo. Declaro que concordo em participar desse estudo.

Assinatura do Participante

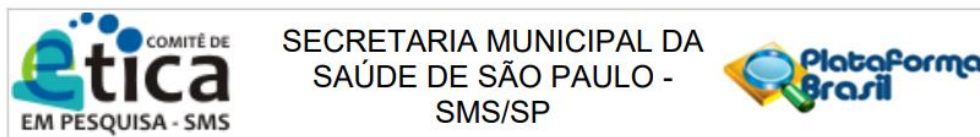
Data:

Assinatura do Pesquisador

Data:

Nome do Pesquisador: Alessandra Rosini Carrasco

ANEXO D – Parecer Consubstanciado SMS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Interfaces Economia Solidária/Saúde Mental: caminhos possíveis rumo à autonomia

Pesquisador: ALESSANDRA ROSINI CARRASCO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53184021.5.3001.0086

Instituição Proponente: COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE CENTRO-OESTE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.206.277

Apresentação do Projeto:

Pesquisa-ação de natureza qualitativa será desenvolvida utilizando a metodologia de sistematização de experiências proposto por Oscar Jara Holliday, entrevista com informante chave e análise documental. 3.1. Campo de Estudo. Em 2016 houve a inauguração do equipamento doravante denominado Ponto de Economia Solidária, Cultura, Comércio Justo e Cooperativismo Social com sede própria, ligada a Supervisão de Saúde do Butantã (STS/Bt), órgão da estrutura de gestão da Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo (SMS/PMSP), a partir de uma portaria da SMS nº1707 de 17/09/2016 que institui o Ponto de Economia Solidária Comércio Justo, Cooperativismo Social e Cultura no Butantã e estabelecendo diretrizes para seu funcionamento. Está localizado no município de São Paulo, na região oeste da cidade, mais precisamente no distrito do Butantã e que possui aproximadamente 500 mil habitantes, segundo o último Censo de 2010. Atualmente o Ponto possui 20 trabalhadores, divididos em 5 Empreendimentos Sociais a saber: • Restaurante/Comedor • Orgânicos no Ponto, • Livraria • Loja • Horta Comunitária Cada EES possui um facilitador/ técnico ligado a estrutura da SMS como servidor públicos, lotados no próprio Ponto e um colaborador, ligado a outros equipamentos da SMS como Caps, Cecco e que fazem uma parte da sua carga horária semanal neste Ponto de Economia Solidária. Coleta de dados e seus instrumentos Reconstruir a história do Ponto de Economia Solidária através da sistematização de experiências, • Pesquisa documental das Portarias que envolvem a criação instituinte do Ponto de Economia Solidária, nas 3 instâncias de

Endereço: Rua Gomes de Carvalho, 250 sala 15

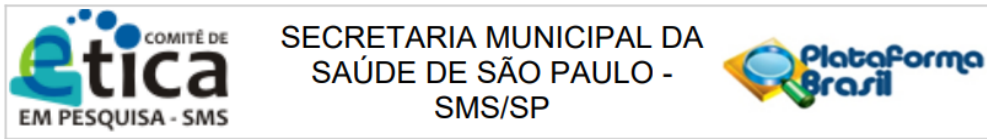
Bairro: Vila Olímpia

CEP: 04.547-001

UF: SP **Município:** SAO PAULO

Telefone: (11)3846-4815

E-mail: cep.smsgabinete@prefeitura.sp.gov.br



Continuação do Parecer: 5.206.277

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1865804.pdf	11/01/2022 00:39:11		Aceito
Outros	pendencias_sms.docx	11/01/2022 00:37:51	ALESSANDRA ROSINI CARRASCO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Oficina_2_corrigido.docx	10/01/2022 23:26:48	ALESSANDRA ROSINI CARRASCO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_entrevista2_corrigido.docx	10/01/2022 23:24:12	ALESSANDRA ROSINI CARRASCO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_entrevista2.pdf	29/10/2021 17:44:25	ALESSANDRA ROSINI CARRASCO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Oficina2.pdf	29/10/2021 17:41:25	ALESSANDRA ROSINI CARRASCO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Economia_Solidaria.pdf	28/09/2021 18:03:15	ALESSANDRA ROSINI CARRASCO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 20 de Janeiro de 2022

Assinado por:
SIMONE MONGELLI DE FANTINI
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Gomes de Carvalho, 250 sala 15
Bairro: Vila Olímpia **CEP:** 04.547-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3846-4815 **E-mail:** cep.smsgabinete@prefeitura.sp.gov.br

ANEXO E – Parecer Consubstanciado FSP/USP

**USP - FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO - FSP/USP**

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Interfaces Economia Solidária/Saúde Mental:
caminhos possíveis rumo à autonomia

Pesquisador: ALESSANDRA ROSINI
CARRASCO

Área Temática:

Versão ¹
:

CAAE: 00.5421
53184021.5.00

Instituição Proponente: de São Paulo - FSP/USP
Faculdade de Saúde Pública da Universidade

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.126.528

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivos da Pesquisa" e "Avaliação de Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo de informações básicas do projeto - PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1818129.pdf (postagem 29/10/2021 17:46:25) e do projeto de pesquisa - Economia_Solidaria.pdf (postagem 28/09/2021 18:03:15).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primario:

- Propor um metodo de fortalecimento dos processos autogestionarios em sua interface Economia Solidaria/ Saude mental.

Objetivo Secundario:

1. Tracar e sistematizar o historico de experiencias do Ponto de Economia Solidaria desde sua inauguracao aos dias atuais
2. Reconhecer e analisar os contextos sociais e economicos nos quais o Ponto se insere
3. Construir/fortalecer, de forma participativa, seus processos de trabalho autogestionario e assim contribuir com uma participacao efetiva nas atividades produtivas dentro dos empreendimentos de economia solidaria

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715, localizado no prédio principal da Faculdade de Saúde Pública, andar térreo, sala de Cerqueira Cesar

Bairro: CEP:

01.246-904

		17:39:02	ROSINI CARRASCO	o
Declaração de concordância	Termo_anuencia.pdf	20/10/2021 21:04:48	ALESSANDRA ROSINI CARRASCO	Aceit o
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Economia_Solidaria.pdf	28/09/2021 18:03:15	ALESSANDRA ROSINI CARRASCO	Aceit o

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Av. Doutor Arnaldo, 715, localizado no prédio principal da Faculdade de Saúde Pública, andar térreo, sala de

Endereço:
Cerqueira César

Bairro: CEP: 01.246-904

UF: SP Município: SÃO PAULO **Fax: (11)3061-7779**

Telefone: (11)3061-7779 **E-mail: coep@fsp.usp.br**

Página 03 de 04

**USP - FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO - FSP/USP**

Continuação do Parecer: 5.126.528

SÃO PAULO, 25 de Novembro de 2021

Assinado por:
Kelly Polido Kaneshiro Olympio
(Coordenador(a))

Av. Doutor Arnaldo, 715, localizado no prédio principal da Faculdade de Saúde Pública, andar térreo, sala de

Endereço:
Cerqueira César

Bairro: CEP: 01.246-904

UF: SP Município: SÃO PAULO **Fax: (11)3061-7779**

Telefone: (11)3061-7779 **E-mail: coep@fsp.usp.br**

Página 04 de 04

